

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MONY IASLYN SAMPAIO LUZ

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA:  
DESENVOLVIMENTO INFANTOJUVENIL

GOIÂNIA, 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Mony laslyn Sampaio Luz

Título do trabalho: Gestão democrática e participativa: desenvolvimento infantojuvenil

### 2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ X ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Mony laslyn Sampaio Luz, Discente**, em 09/02/2023, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Professora do Magistério Superior**, em 09/02/2023, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3517779** e o código CRC **402A3154**.

MONY IASLYN SAMPAIO LUZ

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA:  
DESENVOLVIMENTO INFANTOJUVENIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do curso de Pedagogia, da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal de Goiás - UFG,  
para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

**Área de concentração:** Educação

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup>. Daniela da Costa Britto Pereira  
Lima

**Coorientação:** Fernando Wagner da Costa

GOIÂNIA, 2023

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.**

Luz, Mony laslyn Sampaio  
Gestão democrática e participativa [manuscrito] :  
desenvolvimento infantojuvenil / Mony laslyn Sampaio Luz.  
- 2023.  
169 f.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima ; co orientador: Fernando Wagner da Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Gestão democrática. 2. Gestão participativa. 3. Desenvolvimento infantojuvenil. I. Lima , Daniela da Costa Britto Pereira, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 18 dias do mês de janeiro do ano de 2023 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Gestão democrática e participativa: desenvolvimento infantojuvenil", de autoria de Mony Iaslyn Sampaio Luz, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela professora Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima (FE/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Dr. Luis Gustavo Alexandre da Silva (FE/UFG) e Mestrando Fernando Wagner da Costa (Coorientador, FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Professora do Magistério Superior**, em 18/01/2023, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Gustavo Alexandre Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 19/01/2023, às 07:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Wagner Da Costa, Usuário Externo**, em 25/01/2023, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3456585** e o código CRC **A76F8B80**.

Dedico este trabalho a todo educador e educadora que compreende e aceita seu papel para a formação completa e integral da criança e do adolescente. A busca pela implementação da gestão democrática e participativa nas instituições de ensino é incessante para aqueles que querem se apropriar de todo o processo formativo do educando.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu paizinho no céu que me deu o fôlego de vida e me ajudou a associar todos os ensinamentos e dispusê-los em palavras coesas;

Agradeço ao meu marido, companheiro, confidente e melhor amigo, Emanuel Filipe, que se dispôs a abrir mão de várias coisas importantes de sua vida para me apoiar nesta dura caminhada “tornando minha ilha”;

Agradeço a Nilza e ao Mozaniel, conhecidos como mamãe e papai, que sempre me incentivaram a buscar a educação enquanto ferramenta para a transformação social;

Agradeço a minha sogra, Elke, que sempre se fez aliada e acreditou que eu poderia ser uma boa educadora;

Agradeço a minha irmã, Nimoly, que sempre foi minha incitação para a busca de conhecimento e que um dia eu possa ser tão inteligente quanto você;

Agradeço a Dona Maria e Maurílio, conhecidos por vovó e vovô, que sempre falaram que a coisa mais importante na vida é o conhecimento;

Também agradeço a mim pela persistência e a luta mesmo quando não havia motivo e força para tais;

Agradeço à minha orientadora, Daniela, que abraçou a minha temática com tanto cuidado e me ensinou sobre como apaixonante é ser uma pesquisadora;

Agradeço ao meu coorientador, Fernando, que teve uma escuta atenta às minhas demandas e possibilitou reflexões acerca da educação;

Agradeço aos professores da Faculdade de Educação que me fizeram refletir sobre como a gestão e as políticas públicas impactam o processo formativo dos discentes, de tal modo a ter um olhar singular para esta temática e estudá-la como objeto de estudo;

Agradeço a cada pessoa que trilhou comigo o meu caminho, desde o ventre até hoje posso dizer que sou grata a cada um de vocês que me fizeram pensar, refletir, ser, conhecer, aprender, lutar, chorar, viver e também reviver.

*“We don’t need no thought control [...] All in all, you’re just another brick in the wall [...]”*

(FLOYD, 1979).

*“Eles não me compreendem: não sou a boca para esses ouvidos”.*

(NIETZSCHE, 2018, p. 18).

*“Eu vi tudo isso, e me pus a refletir em todo o trabalho que se tem feito debaixo do sol enquanto homem domina homem para seu prejuízo”.*

(BÍBLIA, 2015, p. 949).

## RESUMO

Esta pesquisa tem o intuito de analisar o tipo de gestão previsto nas instituições de ensino para melhor compreender como a gestão democrática e participativa impacta no desenvolvimento infantojuvenil. Destarte, o estudo tem como objetivo primordial analisar como o princípio constitucional da gestão democrática e participativa influencia no desenvolvimento dos discentes infantojuvenis. A pesquisa é de abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico e documental, sendo a base teórica pautada em textos de natureza bibliográfica e nas leis regulamentadoras da educação básica. O pilar teórico desta pesquisa é fundamentado em Freire (2021, 2022a, 2022b), Hooks (2013, 2017), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), Lück (2013) e Paro (2005, 2016). Assim sendo, ao compreender a meta 19 do PNE (2014-2024) é possível vislumbrar como o princípio constitucional da gestão democrática é um direito fundamental a ser cumprido legalmente nas instituições públicas. Também é preciso considerar como a gestão democrática e participativa é auxiliadora no processo de ensino e aprendizagem. Dessa maneira, ao assimilarmos quais os impactos que a gestão democrática e participativa, quando esta é implementada na escola, nos possibilitará compreender todo o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente. Por conseguinte, é possível afirmar a partir do resultado deste trabalho que a gestão democrática e participativa é fundamental para que ocorra de fato este processo de desenvolvimento infantojuvenil em todas as áreas de sua vida, proporcionando o exercício integral da cidadania do educando e suas aprendizagens significativas.

**Palavras-chave:** Gestão democrática; Gestão participativa; Desenvolvimento infantojuvenil.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the type of management provided in educational institutions to better understand how democratic and participatory management impacts on child and youth development. Thus, the primary objective of the study is to analyze how the constitutional principle of democratic and participatory management influences the development of children and youth students. The research has a qualitative approach and bibliographical and documental nature, with the theoretical basis based on texts of a bibliographical nature and on the regulatory laws of basic education. The theoretical pillar of this research is based on Freire (2021, 2022a, 2022b), Hooks (2013, 2017), Libâneo, Oliveira and Toschi (2012), Lück (2013) and Paro (2005, 2016). Therefore, by understanding goal 19 of the PNE (2014-2024) it is possible to envision how the constitutional principle of democratic management is a fundamental right to be legally fulfilled in public institutions. It is also necessary to consider how democratic and participatory management is helpful in the teaching and learning process. In this way, when we assimilate the impacts that democratic and participatory management, when it is implemented at school, will enable us to understand the entire development process of children and adolescents. Therefore, it is possible to state from the result of this work that democratic and participatory management is fundamental for this process of child and youth development to actually occur in all areas of their lives, providing the full exercise of citizenship of the student and their significant learning.

**Keywords:** Democratic management; Participative management; Child development.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **FIGURAS**

Figura 1 - QR Code de acesso aos trabalhos utilizados no levantamento bibliográfico .....	23
Figura 2 - Nuvem de palavras-chave dos trabalhos selecionados .....	35

## GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico de trabalhos selecionados na CAPES .....	32
Gráfico 2 - Gráfico de trabalhos selecionados na BDTD .....	32
Gráfico 3 - Gráfico de trabalhos selecionados na CAPES .....	33
Gráfico 4 - Gráfico de trabalhos selecionados na BDTD .....	34

## QUADROS

Quadro 1 - Quadro de “Focos dos trabalhos” relacionados com os títulos na CAPES e na BDTD .....	37
Quadro 2 - Artigos encontrados no Descritor (1): "gestão democrática" AND desenvolvimento AND "infantojuvenil"na CAPES .....	92
Quadro 3 - Artigos encontrados no Descritor (2): "gestão democrática" AND "infantojuvenil"na CAPES .....	92
Quadro 4 - Artigos encontrados no Descritor (5): "gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante na CAPES .....	93
Quadro 5 - Artigos encontrados no Descritor (6): "gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes na CAPES .....	102
Quadro 6 - Dissertações e/ou Teses encontrados no Descritor (5): "gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante na BDTD .....	104
Quadro 7 - Dissertações e/ ou Teses encontrados no Descritor (6): "gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes na BDT .....	113

## TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de trabalhos encontrados a partir da utilização ou não utilização de filtros no repositório da CAPES e da BDTD .....	26
Tabela 2 - Quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização dos descritores no repositório da CAPES e da BDTD .....	27
Tabela 3 - Quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização do primeiro descritor no repositório da CAPES e da BDTD .....	27
Tabela 4 - Quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização do segundo descritor no repositório da CAPES e da BDTD .....	28
Tabela 5 - Quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização do terceiro e quarto descritor no repositório da CAPES e da BDTD .....	28
Tabela 6 - Quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização do quinto descritor no repositório da CAPES e da BDTD .....	28
Tabela 7 - Quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização do sexto descritor no repositório da CAPES e da BDTD .....	29
Tabela 8 - Relações de trabalhos selecionados na CAPES e na BDTD com relações às regiões do país .....	31
Tabela 9 - Relações de trabalhos selecionados na CAPES e na BDTD em relação aos anos de publicação .....	33
Tabela 10 - Relações de trabalhos selecionados na CAPES e na BDTD apresentando as quantificações em relação às palavras-chave .....	34
Tabela 11 - Tabela de "Foco dos trabalhos" selecionados na CAPES e na BDTD .....	36

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CF/1988	Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988.
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
LDB/1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.
OS	Organizações Sociais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação (2014-2024)
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b>	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2 METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	<b>19</b>
2.1 TIPO DE ABORDAGEM E PESQUISA	19
2.2 PROCESSO DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	23
<b>2.2.1 Resumos dos trabalhos selecionados</b>	<b>40</b>
<b>3 GESTÃO E SEUS PROCESSOS</b>	<b>49</b>
3.1 A GESTÃO E SUAS SIGNIFICAÇÕES PARA O PROCESSO FORMATIVO	49
3.2 ANÁLISES E RELAÇÕES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	58
<b>4 GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTOJUVENIL</b>	<b>66</b>
4.1 A FORMAÇÃO HUMANA ENQUANTO FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL INFANTOJUVENIL	66
4.2 GARANTIAS DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	71
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>91</b>
APÊNDICE A - ARTIGOS ENCONTRADOS NA CAPES	92
APÊNDICE B - DISSERTAÇÕES E/OU TESES ENCONTRADAS NA BDTD	104

## 1 INTRODUÇÃO

*“Escola! Muito Cuidado! Político não presta favores; cumpre deveres”.*  
(MENEGOLLA, 1991, p. 56)

A temática a ser discutida nesta pesquisa se dá uma vez que se compreende a necessidade de avaliar como funciona a gestão democrática e participativa no seio escolar. Segundo denúncias de Oliveira, Duarte e Clementino (2017), os referidos autores afirmam que: “[...] grande número de diretores (as) chegam a esse posto mediante formas questionáveis do ponto de vista da proposta da gestão democrática (mais de 50%, nos estados, são preenchidos por indicação política)” (OLIVEIRA; DUARTE; CLEMENTINO, 2017, p. 715).

Desse modo, aprende-se como a organização das instituições educacionais são afetadas, na maioria dos casos, por questões meramente políticas e não com o foco vislumbrado numa educação pública e de qualidade aos seus discentes, que é direito estabelecido tanto pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF, 5 de outubro de 1988) quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, nº 9.394, 20 de dezembro de 1996). Posto isso, é prudente a análise de um tema tão atual e necessário para a compreensão do que se espera da gestão educacional do país.

Ainda sob o assunto, é preciso abranger os conceitos que geraram esta pesquisa, tais como: gestão, gestão democrática e gestão participativa em consonância com a ideia do desenvolvimento infantojuvenil. O propósito é considerar e analisar como o tipo de gestão que se estabelece nas instituições educacionais brasileiras influenciam no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, ou seja, assimilar como a gestão democrática e participativa possibilita, de fato, um melhor desenvolvimento de todo o corpo discente infantojuvenil. Por isso é importante a análise do que é gestão e como a mesma se organiza, sendo esta proposta por meio de uma gestão democrática e participativa que auxilie na atuação efetiva de todos os sujeitos envolvidos. Desse modo, será apresentado que a forma como a escola é administrada gera muitos resultados no que tange ao desenvolvimento, como visto, por exemplo, na instituição *Escola Municipal Infante Dom Henrique*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Neste vídeo será apresentado como a implementação da gestão democrática e participativa fundamentou um melhor desenvolvimento infantojuvenil. Assim sendo, apresentamos um exemplo dessa atuação. Quando o diretor toma posse da instituição, o mesmo conversa com os professores sobre quais os problemas (indisciplina e violência) na escola para que haja a sua resolução. A solução se deu a partir da criação do Projeto: *Valores que não tem preço*, de tal forma que foi feita uma votação para a proposição de novas regras na escola, para assim possibilitar a mudança da realidade escolar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JeQWgBXLidg>. Acesso: 26 ago. 2022.

Segundo Menegolla (1991, p. 30), o autor explicita o descaso que o Estado tem com as escolas brasileiras refletindo com a seguinte afirmação: “Açougue-escola, capela-escola, barracão-escola ... Estes fatos têm seu lado positivo: eles servem para demonstrar, dizer, explicar, caracterizar, retratar e entender o tipo de autoridades educacionais que temos para administrar a educação”.

Desta forma, falar sobre gestão educacional sendo esta uma gestão democrática e participativa é urgente. Não há como fechar os olhos para a banalização da educação e como isso afeta de maneira negativa o desenvolvimento dos educandos. Ainda nesta obra, o autor nos apresenta o descaso ao ambiente físico das instituições e como isso impacta e desfavorece o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos indivíduos.

A temática *urra* da necessidade de entender as relações de poder que são convencionadas no âmbito educacional. Nesse sentido, desejamos saber como uma gestão democrática e participativa elucida um melhor desenvolvimento da população infantojuvenil. Ser diretor (a) e coordenador (a) pedagógico (a) vai para além de tomadas de decisões. É imediato o olhar atento e minucioso sobre como o corpo discente se desenvolve e, se não, quais são os fatores e motivos para tal condição. A partir da realidade observada por meio do estágio não obrigatório, foi possível compreender que uma gestão que não é democrática e participativa afeta diretamente no processo de desenvolvimento, não somente dos discentes, mas também de toda a comunidade acadêmica e/ou escolar.

Nessa perspectiva é de extrema relevância e pertinência à temática quando se analisa a Meta 19 do segundo Plano Nacional de Educação (2014-2024), referenciada pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que prevê o estabelecimento da gestão democrática enquanto política de Estado. Sendo assim, a mesma é apresentada como meta a ser cumprida refletindo sua importância no contexto educacional. A meta 19 diz:

Meta 19. Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014).

É um tema bastante relevante, pois quando feito e analisado o levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) vimos especificamente, neste último sítio, que nos correntes anos de 2020 e 2021 não houveram publicações de teses e dissertações sobre o tema disposto, sendo também possível assinalar que

a região Centro-Oeste produz poucos trabalhos relacionados com a temática aqui discutida. Portanto, entendemos a importância deste tema ser discutido e pesquisado, uma vez que ajudará a comunidade brasileira e, mais precisamente, os educadores, a compreenderem como a organização escolar influencia, impacta e afeta no desenvolvimento da criança e do adolescente, como sugerimos neste estudo.

Por conseguinte, a gestão democrática e participativa são princípios fundamentais para a promoção de uma educação pública e de qualidade, haja visto que os documentos normativos e legais preveem. Logo, é necessário a explanação do que é educação, o que se espera da educação e como ela se fundamenta. Em relação a este assunto, Nobre (1999, p. 25) aponta que “[...] a educação é um processo interpessoal que pode provocar mudanças benéficas nas pessoas, mas isso só poderá ocorrer se a aprendizagem acontecer pela pessoa inteira; isto é, se ela for significativa [...]” e também que:

[...] educar pode dar certo quando se facilita o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e habilidades necessárias à resolução de problemas e a assistência mútua no processo de decisão e resolução de problemas. Dessa forma, a comunicação tem mão dupla e a troca de informações é feita sob a forma de solução de problemas através de discussão e planejamento coletivo. (NOBRE, 1999, p. 90).

Assim sendo, tendo como base as afirmações acima notamos o quanto a educação deve estar associada à comunicação, isto posto, o principal pilar para o desenvolvimento total das relações e interações é o saber comunicar para que ocorram aprendizagens significativas que atuaram no indivíduo ao longo da vida. Entretanto, na busca de outras respostas sobre as consequências de determinadas gestões, Paro (2005) e Menegolla (1991) discutem quais são os impactos das atuais políticas neoliberais e gerencialistas na educação brasileira e, como consequência, suas repercussões para o ensino e aprendizagem dos indivíduos. Eles reiteram que “Porque oferecer aos pobres uma educação pobre e aos ricos uma educação rica? E por que dar aos pobres escolas pobres, das quais até a miséria se enoja, e aos ricos escolas ricas, que a todos encantam” (MENEGOLLA, 1991, p. 72) e também é exposto por Paro (2005) que:

[...] há uma impossibilidade estrutural de se construir, sob o capitalismo, uma sociedade na qual possa haver o livre desenvolvimento e realização do homem, já que os antagonismos de classe implicam que a satisfação dos interesses de uns seja condição necessária da negação dos interesses de outros. (PARO, 2005, p. 94).

Com base nessas discussões, parece não haver até o momento como dissociar as políticas capitalistas, neoliberais e gerencialistas do ambiente educacional e seus impactos negativos na atual educação brasileira, pois elas continuam sendo garantidas por um documento que legitima essa atual posição da educação em consonância com as políticas de mercado: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). Este documento possibilita a ampliação de uma agenda global com intuítos da mercantilização de livros e apostilas, promoção de um currículo nacional e assim sucessivamente. O capitalismo chega à escola impondo normas e ações de conduta para serem aceitas a fim de manter a estrutura do mercado e do capital. Segundo Hypólito (2019), o autor registra que:

[...] há uma agenda global que vai se estruturando localmente, a partir de grupos hegemônicos, nem sempre coesos, ora mais liberais, ora mais ultraliberais, ora neoconservadores e autoritários, mas que têm obtido sucesso em impor sua agenda que assume formas múltiplas de atender os ditames do mercado e dos interesses conservadores. A BNCC está no centro desses interesses e, a meu ver, tem servido tanto para aprofundar interesses de mercado como interesses em torno do controle sobre o conhecimento, com as investidas ideológicas conservadoras. (HYPÓLITO, 2019, p. 199).

À vista disso, quando analisamos os problemas que decorrem desse mal-estar no âmbito educacional, Menegolla (1991, p. 19-20) afirma que há mais de trinta anos: “Parece que a escola se tornou um ambiente para que as descargas das neuroses infantis, acumuladas junto à família e à sociedade sejam liberadas”.

Por fim, é necessário um olhar atento para uma política pública tão importante no seio da escola. Uma educação de qualidade prevê que a gestão seja democrática e participativa. A escola é um espaço de todos e do todo, das diferenças, das diversidades, da cultura e do desenvolvimento da sociedade humana. Por isso, o tema deve ser discutido e é extremamente necessário, de tal modo que carece de uma atenção em especial para a compreensão de uma escola democrática, com fundamentos e princípios bem sustentados para a prática de uma pedagogia democrática, reflexiva, emancipatória, engajada e da transgressão.

Por conseguinte é válido citarmos que o problema da pesquisa se dá a partir do seguinte certame: Como a gestão democrática e participativa influencia no desenvolvimento dos discentes? Para a resolução do embate obtivemos enquanto objetivo geral: Analisar como o princípio constitucional da gestão democrática e participativa influencia no desenvolvimento dos discentes infantojuvenis. Assim sendo, para compor a estruturação do estudo dividimos a pesquisa nos seguintes objetivos específicos:

- Realizar o levantamento bibliográfico e documental da pesquisa e expor seus resultados;

- Compreender a gestão, a gestão democrática, a gestão participativa e fundamentos da formação infantojuvenil na educação;
- Observar a formação dos discentes infantojuvenis em consonância com a gestão democrática e a gestão participativa.

A metodologia do estudo se encontra pautada na abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico e documental, tendo em vista a compreensão tanto do que é produzido na área quanto o que a lei normatiza no campo educacional. Assim, o estudo compreenderá como a gestão democrática e participativa promove o desenvolvimento infantojuvenil nas escolas que implementam esse tipo de gestão.

Destarte, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a metodologia da pesquisa, ou melhor, explicará qual foi a abordagem efetuada para realizar o estudo e também mostraremos como foi processado o levantamento bibliográfico. O segundo capítulo discute a gestão e seus processos, isto é, no primeiro subcapítulo mostra o que é a gestão, gestão democrática e a gestão participativa e no segundo subcapítulo apresenta as análises e as relações da gestão democrática e participativa nas instituições de ensino a partir das reflexões feitas, como também dos textos selecionados no ato do levantamento bibliográfico. O terceiro capítulo apresenta as relações entre gestão e desenvolvimento infantojuvenil, ou seja, no primeiro subcapítulo destaca a formação humana enquanto fomento para o desenvolvimento integral infantojuvenil e, no segundo subcapítulo, defende como podemos ter garantias de uma educação democrática e participativa a partir da análise dos textos selecionados no ato do levantamento bibliográfico.

Assim sendo, estruturamos esta pesquisa deste modo para concretizarmos com os nossos objetivos, a fim de assegurar a seguinte constatação: que é a partir de uma gestão democrática e participativa que ocorrerá o integral desenvolvimento da criança e do adolescente em todos os aspectos de sua vida.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste tópico apresentaremos a metodologia aplicada na pesquisa, sendo esta abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico e documental. A mesma se consolida com a base teórica fundamentada em Freire (2021, 2022a, 2022b), Hooks (2013, 2017), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), Lück (2013) e Paro (2005, 2016) e nos documentos regulamentadores da educação básicas, tais como o CF/1988, LDB/1996, PNE/2014-2024 e BNCC/2018. Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática a fim de assegurar a atualidade da temática, o ineditismo do trabalho, o interesse do autor, a relevância e a pertinência do tema.

### 2.1 TIPO DE ABORDAGEM E PESQUISA

Neste tópico abordaremos os fundamentos principais para o desenvolvimento de uma pesquisa e os itens necessários para a sua explanação, tais como: qual tipo de abordagem, qual o tipo de pesquisa, quais instrumentos de coleta de dados e como se deu a análise de dados. Assim sendo, a nossa pesquisa é de caráter qualitativo, do tipo bibliográfica e documental, que busca no auxílio de livros, artigos, dissertações, documentos normativos e legais para a compreensão da gestão em sentido amplo e de seus impactos no desenvolvimento infantojuvenil.

A abordagem de pesquisa que foi desenvolvida ocorreu a partir da abordagem qualitativa, sendo esta que se trata de dados descritivos. Tendo em vista que o ser humano é um ser curioso e observador, há necessidade de diferenciar as distintas classificações que foram feitas para a realização da pesquisa científica, tais como: a sua natureza, seus objetivos, suas abordagens, seus procedimentos e as técnicas de coleta de dados (MENDONÇA, 2017). Sob a curiosidade humana, Freire (2021, p. 54) apresenta que “Histórico-socioculturais, mulheres e homens, nos tornamos seres em que a curiosidade, ultrapassando os limites que lhe são peculiares no domínio vital, se torna fundante da produção do conhecimento”.

Desse modo, pode-se entender que a ciência e a pesquisa devem buscar ampliar o conhecimento já disposto na sociedade, a fim de desenvolver um olhar holístico sobre a realidade, para que haja a sua indagação e a sua intensa (re)construção, de tal modo, a proporcionar e a sanar as curiosidades dos seres humanos (MENDONÇA, 2017).

A abordagem qualitativa tem seu histórico iniciado em meados do século XIX com o foco vislumbrado nas investigações sociais e no estudo do comportamento humano. Essas

abordagens ocorreram a partir da análise da vida urbana na sociedade norte-americana, com essa terminologia só começando a ser utilizada em meados dos anos 1960 (MENDONÇA, 2017). A abordagem qualitativa tende a abarcar todas as Ciências Humanas e, no momento atual, há inúmeras pesquisas científicas sendo feitas no campo educacional, no qual tem-se como objeto de estudo a interpretação e a observação do cotidiano da escola e da sala de aula. Sob esse assunto, Martins (2000) discute que:

As Ciências Humanas não são, portanto, uma análise daquilo que o homem é na natureza, mas, antes, porém, uma análise que se estende daquilo que o homem é, na sua positividade (vivendo, falando, trabalhando, envelhecendo e morrendo), para aquilo que habilita este mesmo homem a conhecer (ou buscar conhecer) o que a vida é, em que consiste a essência do trabalho e das leis, e de que forma ele se habilita ou se torna capaz de falar. (MARTINS, 2000, p. 51-52).

Assim sendo, ao explicar o caráter social e as especificidades da abordagem qualitativa é possível entrever que o objeto de estudo tende a apresentar características pessoais e individuais, tais como: ser histórico, possuir consciência histórica, apresentar identidade com o sujeito, é intrínseca e extrinsecamente ideológica e, por fim, é essencialmente qualitativo (LIMA; MIOTO, 2007). Nesse quesito, vale apresentação de quais são os atributos desta abordagem que:

[...] se traduzem na preocupação do pesquisador quanto ao contexto em que se insere a pesquisa, em registrar os fatos tais como são, não visar produtos e sim processos – por isso abordam o mundo de forma minuciosa. Além disso, a análise dos dados é vista como um funil [...] As abordagens qualitativas permitem explicar acontecimentos sociais e comportamento humano. (MENDONÇA, 2017, p. 91).

Por ora, compreendemos que a abordagem qualitativa poderá nos guiar a um conhecimento mais amplo sobre as pesquisas no campo da educação e mais especificamente sobre como a gestão instaurada na escola pode ajudar na formação humana do educando. Desse jeito, a pesquisa se pautou em análises e interpretações dos textos selecionados, em busca a atender ao seguinte objetivo: analisar como o princípio constitucional da gestão democrática e participativa influência no desenvolvimento dos discentes infantojuvenis. Sendo possível esses diálogos desde o seguimento à etapa do levantamento bibliográfico e aos textos lidos ao longo do curso de pedagogia.

Por conseguinte, vale ressaltar que a pesquisa tem caráter bibliográfico e documental. Assim sendo, vale a apresentação das peculiaridades de cada uma em específico. A princípio,

a pesquisa bibliográfica se configura como “[...] um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Dessa maneira, as autoras apresentam que:

[...] a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 43).

É ainda válido ressaltar que a pesquisa bibliográfica se difere da revisão bibliográfica, pois a mesma:

[...] é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

Em relação aos documentos legais e normativos, foram compreendidos aqueles que são mais citados nos trabalhos selecionados e que discutem a temática aqui escolhida. Sob a discussão deste assunto, é necessário compreendermos o que significa essa terminologia. Bell (2008, p. 109) afirma que o “Documento é um termo geral para uma impressão deixada em um objeto físico, por um ser humano”. Também, optamos por utilizar documentos de valor primário, esse é definido como: “Valor atribuído a documento em documento função do interesse que possa ter para a entidade produtora, entidade produtora levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais” (BRASIL, 2005, p. 171).

Um outro importante instrumento que foi utilizado é a pesquisa em documentos normativos, tais como: a CF/1988, a LDB/1996, o PNE/2014-2024 e a BNCC/2018. Essas pesquisas são essenciais para a busca do que o Estado Brasileiro compreende enquanto gestão democrática e gestão participativa.

Para realizar o levantamento bibliográfico e o referencial teórico, foi utilizado livros da área de gestão e também na busca em repositórios virtuais para coleta de dados, sendo esses: o repositório da CAPES e o repositório da BDTD, a fim de encontrar trabalhos que abordam o objeto de estudo desta pesquisa.

Antes de iniciar o levantamento bibliográfico, sucedeu a escolha de descritores, isto é, palavras-chave para o bom prosseguimento da pesquisa. Assim sendo, escolhemos descritores

que se ligam à temática, tais como: *gestão democrática, gestão participativa, desenvolvimento, infantojuvenil, estudante e discentes*. Esses descritores são de muita relevância, uma vez que facilitou o encontro e a seleção de trabalhos ligados à temática.

A princípio recorreremos a livros e artigos estudados durante todo o curso de pedagogia, buscando associar esses materiais com o objeto de estudo aqui discutido. Nesse sentido, usamos muitos materiais das disciplinas cursadas de *Políticas Educacionais e Educação Básica e Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico* que nos trouxeram amplas discussões sobre a temática de gestão e a de políticas públicas que estão relacionadas com a imposição das políticas extensivas neoliberais, neoconservadores e gerencialistas. Ademais, somado a esse modo, também foi realizada uma pesquisa extensiva na biblioteca central da UFG para encontrar variados materiais relacionados ao tema. Posteriormente, foram lidos, selecionados e categorizados ao longo do andamento da pesquisa.

Em relação à pesquisa nas bases de dados (CAPES e BDTD) foram considerados aptos aqueles trabalhos que cumprirem com os quesitos designados no ato do levantamento bibliográfico, tais como: estar dentro do marco temporal (2014-2020), estar na língua portuguesa, discutir sobre gestão em geral e apresentar a formação do educando. Tentaremos não selecionar trabalhos que tenham em sua metodologia estudos de caso, uma vez que ansiamos por uma pesquisa mais ampla. Entretanto, em alguns casos, será feito e disposto um quadro para nortear os motivos que levaram à escolha ou não escolha dos trabalhos que serão ou não selecionados.

Seguindo a pesquisa acadêmica supracitada, uma etapa essencial é a reflexão sobre o material abordado. Muito além de apenas selecionar, conduzimos nosso pensamento a dezenas de caminhos e distintas formas de reflexão, que farão abordar o tema de múltiplas óticas. Esse processo de análise dos objetos de estudo, refletidos sob a luz dos artigos, livros e dissertações, possibilita a compreensão plena de como a gestão democrática e participativa se deve guiar para a formação e o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Em relação a análise de dados, é compreensível que entendamos quais os passos que foram seguidos para a operacionalização da pesquisa, sendo eles: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise final (MINAYO, 2002).

Em relação à ordenação de dados, utilizando os descritores escolhidos para a pesquisa nos periódicos virtuais, pretendendo antes da seleção dos trabalhos observar os títulos, os resumos e as palavras-chave para ver se relacionam com o nosso objeto de estudo. Sendo

atendidos esses quesitos, os trabalhos selecionados serão catalogados e disponibilizados na nuvem<sup>2</sup>, seguindo cada descritor em específico. Para o acesso da pasta, segue abaixo o QR code.

**FIGURA 1:** QR Code de acesso aos trabalhos utilizados no levantamento bibliográfico



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Durante a escrita do levantamento bibliográfico, a descrição e classificação de dados se deu a partir da leitura da introdução e da conclusão dos trabalhos selecionados e posteriormente foi feito um parágrafo explicando os objetivos e as finalidades dos artigos e das dissertações. Esses parágrafos nos ajudaram a vislumbrar um pouco mais dos conteúdos desses materiais.

Por fim, a análise final dos documentos foi realizada a partir da leitura total dos trabalhos, a fim de que compreendêssemos todos os conceitos e as reflexões apresentados. Assim sendo, tendo essas informações assimiladas, foi possível a construção e a produção de gráficos, de tabelas e de quadros que explicitem os anos de maiores publicações, as regiões mais publicadas, os enfoques de pesquisa, os motivos de aceito e não aceito de trabalhos, isto é, analisar e compreender os dados de todo o levantamento bibliográfico.

Por conseguinte, avaliamos que a partir das disposições citadas acima conseguiremos fazer uma pesquisa teórica fundamentada e interligada com o curso de pedagogia. Pensamos que nossa pesquisa possa ajudar a todos que se interessam pela temática e na busca por uma gestão pautada nos princípios democráticos e participativos. Somente por meio dessa forma de gestão é que pensamos que possibilitará o desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

## 2.2 PROCESSO DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

---

<sup>2</sup> Link para acesso dos textos selecionados na CAPES e na BDTD:

[https://drive.google.com/drive/folders/1E\\_ZI7VGpA4rt9SQhgW3kEbbh7dWzMVck?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1E_ZI7VGpA4rt9SQhgW3kEbbh7dWzMVck?usp=sharing).

Os trabalhos foram divididos a partir do uso de cada descritor e, os detalhes estão explicados no tópico “Levantamento bibliográfico”. Assim sendo, a pasta é dividida em dois grupos, isto é nos seguintes repositórios: CAPES e BDTD. Cada um desses grupos é subdividido em pastas a partir dos descritores e, em cada pasta de descritor há os artigos e dissertações selecionados.

Segundo Borges e Silva (2011), as autoras discutem quais os aspectos essenciais para a “[...] sistematização de planejamento e relatório de pesquisas em educação” (BORGES; SILVA, 2011, p. 34). Uma boa pesquisa, segundo as autoras, é aquela que contém rigor e metodologia científica para a contribuição da formação de novos sujeitos sociais. Aos educadores, essa formação requer que tenham ações fundamentadas na atitude reflexiva, na crítica, na investigação e na transformação. Desse modo, a escola é um campo muito frutífero para a pesquisa e a análise do ensinar, do aprender, da prática e do ato pedagógico. Elas afirmam que: “A formação do professor-pesquisador nas escolas deve se desenvolver voltado para o compromisso com o coletivo, com autonomia social, tarefa fundamental para os que sonham com uma sociedade diferente e emancipada” (BORGES; SILVA, 2011, p. 37).

Assim, as autoras garantem que para ter uma boa pesquisa é necessário que a mesma responda a sete (7) indagações, sendo estas dispostas a seguir:

1. O que pesquisar?
2. Por que pesquisar?
3. Para que pesquisar?
4. Como pesquisar?
5. Quando pesquisar?
6. Com que recursos?
7. Onde investigar?

Esses são tópicos importantes e essenciais para a promoção e proposição de uma competente pesquisa (BORGES; SILVA, 2011).

Quando mencionamos no tópico anterior que a pesquisa no campo educacional é um ambiente farto, também afirmamos que a mesma contém algumas dificuldades para ser considerada ciência e uma pesquisa de qualidade, tendo em vista que é um campo das ciências humanas. Sob o assunto, Gatti (2012) afirma que é necessário a atenção redobrada na utilização de termos e de nomenclaturas que indiquem as mesmas coisas, mesmo tendo significados distintos. Sobre o assunto, a autora registra que:

No contexto internacional, e especialmente entre autores europeus, está posto o debate sobre os termos utilizados para a qualificação de estudos no vasto campo que se denomina “educação”, termos tais como pedagogia, ou ciências da educação, ou ciências do ensino, ou didática etc., considerando-se que a forma e os contextos de emprego desses termos confundem interlocutores de outras áreas, os leigos e gestores, dificultando, muitas vezes, a delimitação de domínios e o clareamento de articulações, interfaces e transvariações com outros campos de conhecimento. Considera-se que os autores adotam um dos termos, sem muita clareza sobre o porquê, ou os usam como sinônimos,

tornando, também, confusa ou ambígua sua qualificação disciplinar em currículos e programas de formação acadêmica. Questiona-se, então, o sentido do uso, abrangências, semelhanças e diferenças e de suas relações. (GATTI, 2012, p. 15).

Em relação a pertinência da pesquisa é necessário a compreensão de suas características e o que a torna relevante. Segundo André (2006), é explicado o que se configura uma boa pesquisa, sendo esta quando se tem relevância científica e social, de tal forma a contribuir para os conhecimentos já disponíveis. Outro ponto é que, de acordo com a autora, os temas escolhidos devem ser engajados na prática social. Também é essencial ter objeto definido, objetivos bem fundamentados e metodologia adequada. Ainda sobre esse ponto é preciso que haja uma análise densa e fundamentada do levantamento bibliográfico e que ocorra o avanço do conhecimento já produzido anteriormente.

Destacamos a importância de mencionar a necessidade do levantamento bibliográfico para a nossa pesquisa, tendo em mente o que Lima e Miotto (2007) explicam e afirmam que o levantamento bibliográfico “Refere-se à classificação do material selecionado como fonte de pesquisa como por exemplo: livros, coletânea de textos (citando o nome daqueles que foram consultados), teses e dissertações, periódicos (citando o nome daqueles que foram consultados)” (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 42-43). Assim sendo, abaixo explicaremos a maneira como foi decidido fazer o levantamento bibliográfico e as observações necessárias e cabíveis sobre o processo de seu desenvolvimento.

Para início da análise do levantamento bibliográfico, este foi realizado entre os marcos temporais do ano de 2014 a 2021, tendo como eixo norteador o *impeachment* sofrido pela presidente Dilma Rousseff no ano de 2016. Após esse impasse, muitas pesquisas foram realizadas entendendo-se que essa situação fomentou ainda mais um período de abnegação em relação às políticas públicas, sendo uma delas o objeto de estudo desta pesquisa: a gestão democrática e a gestão participativa. Com o avanço da nova gestão pública e do neoliberalismo, a gestão democrática e participativa vem sendo deixada de lado no campo educacional e nas instituições de ensino (OLIVEIRA; DUARTE; CLEMENTINO, 2017). Como decorrência, percebe-se que as mesmas não vêm sendo tratadas com tanta importância como a CF/1988 e PNE (2014-2024) indicam em suas prerrogativas.

Em síntese, foi realizado um levantamento bibliográfico nas seguintes plataformas: CAPES e na BDTD no dia 24 de junho de 2022 para a compreensão dos objetivos específicos já listados. Foram encontrados nos periódicos das CAPES vinte e seis (26) artigos que têm

ligações intrínsecas com os descritores indicados na tabela abaixo e também foram identificadas quatorze (14) dissertações que se ligam ao tema deste trabalho.

Assim sendo, apresentamos a seguir na tabela (1) a quantidade de trabalhos encontrados. A primeira tabela irá abordar todos os trabalhos encontrados a partir dos descritores utilizados e dos filtros usados para a obtenção dos resultados.

**TABELA 1** - Quantidade de trabalhos encontrados a partir da utilização ou não utilização de filtros no repositório da CAPES e da BDTD

<b>Descritores</b>	<b>CAPES</b>	<b>Filtros utilizados na CAPES</b>	<b>BDTD</b>	<b>Filtros utilizados na BDTD</b>
"gestão democrática" AND desenvolvimento AND "infantojuvenil"	5	Nenhum	0	Nenhum
"gestão democrática" AND "infantojuvenil"	5	Nenhum	0	Nenhum
"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND "infantojuvenil" OR "infantojuvenil"	0	Nenhum	0	Nenhum
"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND "infantojuvenil" OR "infantojuvenil" AND contribuição	0	Nenhum	0	Nenhum
"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	62	Língua portuguesa, marco temporal (2014-2021) e periódicos revisados por pares.	67	Língua portuguesa, marco temporal (2014-2021) e Área de Conhecimento: CNPQ: Ciências Humanas: Educação
"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes	19	Língua portuguesa, marco temporal (2014-2021) e periódicos revisados por pares.	12	Nenhum

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A seguir apresentamos a tabela (2) que mostra a quantidade de trabalhos selecionados. Um adendo importante é que o número de trabalhos selecionados na segunda tabela é maior do que foi indicado anteriormente e isso se justifica pelo fato do levantamento bibliográfico contar com trabalhos repetidos no uso de diferentes descritores. Os detalhes serão explicados a seguir.

**TABELA 2** - Quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização dos descritores no repositório da CAPES e da BDTD

<b>Descritores</b>	<b>CAPES</b>	<b>BDTD</b>
"gestão democrática" AND desenvolvimento AND "infantojuvenil"	2	0
"gestão democrática" AND "infantojuvenil"	2	0
"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND "infantojuvenil" OR "infantojuvenil"	0	0
"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND "infantojuvenil" OR "infantojuvenil" AND contribuição	0	0
"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	24	12
"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes	7	2

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Assim, notamos que existia uma vasta gama de estudos em relação aos descritores cinco (5) e seis (6) em consonância com nossos objetos de estudo como será explicado nos próximos parágrafos. Por isso, foram utilizados filtros para que pudéssemos analisar cada documento com um olhar singular, detalhado e em particular. Abaixo trazemos um resumo das pesquisas realizadas a partir dos seis (6) descritores selecionados.

**TABELA 3** - Quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização do primeiro descritor no repositório da CAPES e da BDTD

<b>Descritor</b>	<b>Trabalhos encontrados na CAPES</b>	<b>Trabalhos selecionado na CAPES</b>	<b>Trabalhos encontrados na BDTD</b>	<b>Trabalhos selecionado na BDTD</b>
"gestão democrática" AND desenvolvimento AND "infantojuvenil"	5	2	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No **primeiro descritor** encontramos cinco (5) artigos na **CAPES**. Contudo selecionamos somente dois (2), pois o terceiro havia ligações com a área da saúde e os outros dois eram repetidos e estavam em língua estrangeira. Na **BDTD** não foram encontradas nenhuma tese e dissertação.



	encontrados na CAPES sem filtros	encontrados na CAPES com filtros	selecionados na CAPES	encontrados na BDTD sem filtros	encontrados na BDTD com filtros	selecionados na BDTD
"gestão democrática" " AND Gestão participativa" " AND estudante	187	62	24	416	67	12

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No **quinto descritor** foram encontrados cento e oitenta e sete (187) artigos na **CAPES**, os quais, após a seleção de filtros (língua portuguesa, marco temporal e periódicos revisados por pares), foram detectados sessenta e dois artigos (62), um (1) desses artigos era repetido. Foram selecionados vinte e quatro (24) artigos e recusados trinta e oito (38), pois tinham relações com temáticas que não serão discutidas, tais como aqueles trabalhos que estão fundamentados na metodologia de estudo de caso. Dois (2) dos artigos selecionados foram escolhidos tanto no primeiro quanto no segundo descritor.

Na **BDTD** foram encontrados quatrocentos e dezesseis trabalhos (416), entre setenta e nove (79) teses e trezentos e trinta e sete (337) dissertações. Após o uso de filtros (língua portuguesa, marco temporal e Área de Conhecimento: CNPQ: Ciências Humanas: Educação) foram encontrados sessenta e sete (67) trabalhos, sendo que dois (2) deles se repetiram. Dentre os sessenta e seis (66) trabalhos analisados, foram selecionadas doze (12) dissertações que estão ligados com a temática, quarenta e quatro (44) foram compreendidos como estudo de casos, ou seja, sendo temáticas específicas e nove (9) trabalhos não tiveram relação com a temática de acordo com os títulos dos trabalhos.

**TABELA 7** - Quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização do sexto descritor no repositório da CAPES e da BDTD

Descritor	Trabalhos encontrados na CAPES sem filtro	Trabalhos encontrados na CAPES com filtros	Trabalhos selecionados na CAPES	Trabalhos encontrados na BDTD	Trabalhos selecionados na BDTD
"gestão democrática"	62	19	7	12	2

AND Gestão participativa" AND discentes					
--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No **sexto descritor** foram encontrados na **CAPES** sessenta e dois (62) artigos que discutiam as temáticas. Após o uso de filtros (língua portuguesa, marco temporal e periódicos revisados por pares) foram encontrados dezenove (19), dentre eles, foram escolhidos somente sete (7) que tinham relações intrínsecas com a temática. Dentre esses sete (7) trabalhos selecionados, cinco (5) trabalhos também foram selecionados no quinto descritor.

Na **BDTD** foram encontrados doze (12) trabalhos, sendo dez (10) dissertações e duas (2) teses, porém duas (2) dissertações tinham os mesmos títulos e uma foi descartada por não estar dentro do marco temporal escolhido. Dentre os dez (10) trabalhos foram selecionadas somente duas (2) dissertações e as outras oito (8) eram estudos especificamente de casos.

No levantamento bibliográfico, verificamos uma grande problematização em relação ao tema. Dessa maneira, registramos um alto número de trabalhos (artigos, dissertações e teses) que continham enquanto metodologia da pesquisa serem estudos de caso. Essa situação nos mostrou que os estudos de casos abordam a gestão em específico e a gestão num local/região em particular. Essa foi uma adversidade, pois desejávamos que nosso objeto de estudo fosse amplo, por isso, usamos alguns trabalhos que eram estudos de casos, mas procurando atender a ideia central do nosso objeto de estudo recusamos muitos outros trabalhos. Outro problema foram os títulos de trabalhos que tangenciam a temática de gestão democrática e gestão participativa. Desse modo, tentamos buscar trabalhos mais amplos para a discussão, tendo em vista, o objeto de estudo discutido. Também deixamos registrado que existe um apêndice no fim deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que orienta sobre como ocorreu a escolha ou não escolha dos trabalhos no ato do levantamento bibliográfico.

Sobre a questão de a metodologia ser estudo de caso, Ventura (2007, p. 384) destaca que “De acordo com diferentes autores, o estudo de caso tem origem na pesquisa médica e na pesquisa psicológica, com a análise de modo detalhado de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada”. Desse modo, a autora destaca as particularidades e especificidades desse modelo. Ela dialoga que:

[...] o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse

em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações. (VENTURA, 2007, p. 384).

Abaixo trazemos as relações dos trabalhos selecionados diante das suas localizações em nosso país. Defronte a essa disposição foi possível perceber que nas regiões Sul e Sudeste são as localidades que mais produzem dissertações sobre o tema e outra situação foi referente aos artigos das regiões Sudeste e Centro-Oeste que são as que mais publicam. Após essa análise foi disposto as relações de trabalhos selecionados de acordo com seus anos de publicações. Dessarte, foi observado que durante a mudança do governo brasileiro em 2018 foram publicados mais trabalhos relacionados ao tema de gestão democrática e participativa. Entretanto, um ponto que nos chamou a atenção foi que durante os anos 2020 e 2021 não houveram publicações de dissertações que discutem essa temática, fato esse que nos gera diversas reflexões, tais como: Quais os motivos da não publicação de um tema tão importante para a promoção de uma educação de qualidade? Porque a gestão democrática e participativa não é um tema em destaque nas pesquisas nos últimos anos? Será que há entraves - novas gestões estatais - para o não incentivo do tema?

Abaixo segue a tabela (8) das relações de trabalhos selecionados na CAPES e na BDTD em relação às regiões do país e fora do país.

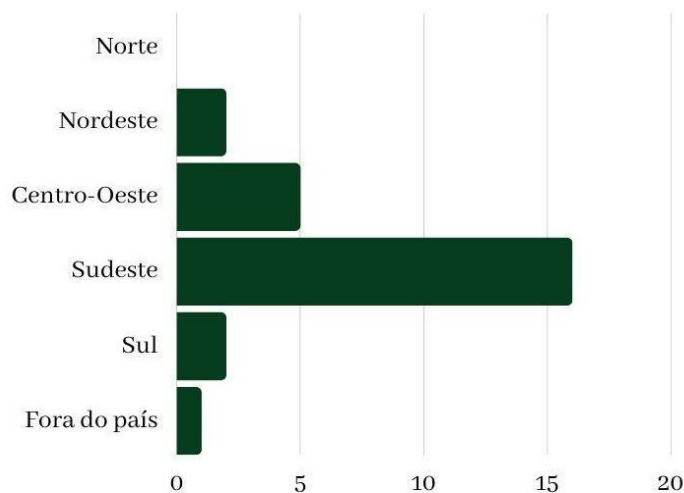
**TABELA 8** - Relações de trabalhos selecionados na CAPES e na BDTD com relações às regiões do país

<b>Região</b>	<b>Trabalhos selecionados na CAPES</b>	<b>Trabalhos selecionados na BDTD</b>
Norte	0	1
Nordeste	2	3
Centro-Oeste	5	2
Sudeste	16	4
Sul	2	4
Fora do país	1	0
<b>Total:</b>	<b>26</b>	<b>14</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Abaixo segue o gráfico (1) das relações de trabalhos selecionados na CAPES em relação às regiões do país e fora do país.

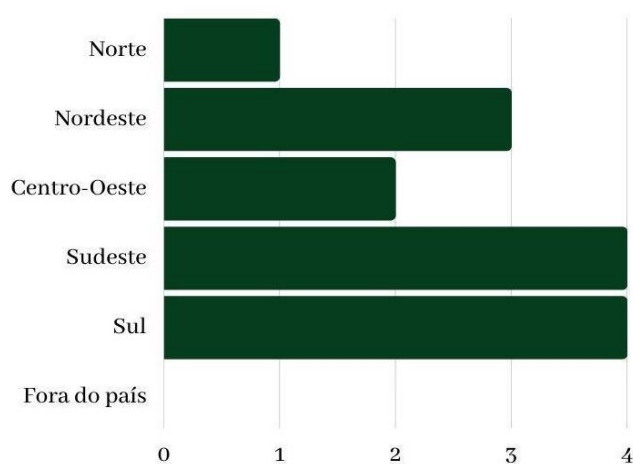
**GRÁFICO 1** - Gráfico de trabalhos selecionados na CAPES



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Abaixo segue o gráfico (2) das relações de trabalhos selecionados na BDTD em relação às regiões do país e fora do país.

**GRÁFICO 2** - Gráfico de trabalhos selecionados na BDTD



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Abaixo segue a tabela (9) das relações de trabalhos selecionados na CAPES e na BDTD em relação aos anos de publicação.

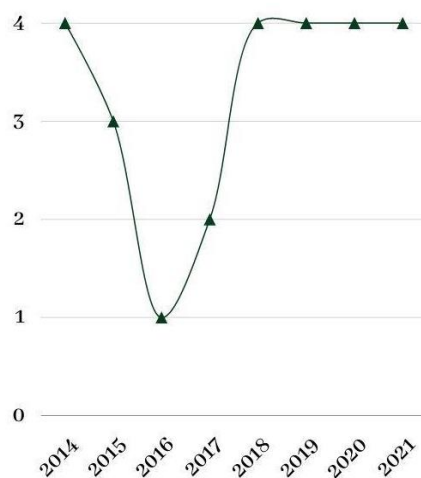
**TABELA 9** - Relações de trabalhos selecionados na CAPES e na BDTD em relação aos anos de publicação

Ano de publicação	Trabalhos selecionados na CAPES	Trabalhos selecionados na BDTD
2014	4	3
2015	3	3
2016	1	0
2017	2	1
2018	4	4
2019	4	3
2020	4	0
2021	4	0
Total	26	14

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Abaixo segue o gráfico (3) das relações de trabalhos selecionados na CAPES em relação aos anos de publicação.

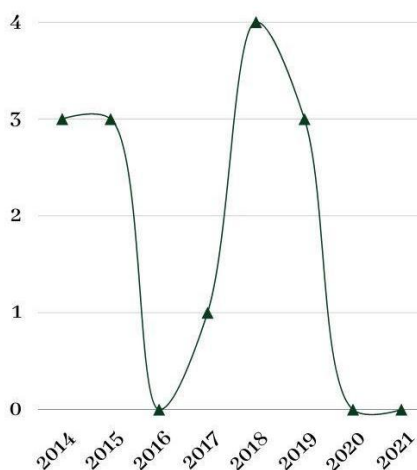
**GRÁFICO 3** - Gráfico de trabalhos selecionados na CAPES



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Abaixo segue o gráfico (4) das relações de trabalhos selecionados na BDTD em relação aos anos de publicação.

**GRÁFICO 4** - Gráfico de trabalhos selecionados na BDTD



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na próxima tabela (10) serão apresentadas quais as palavras-chave que foram encontradas nos trabalhos selecionados e suas recorrências. Desse modo, como já previsto doze (12) vezes o termo *gestão democrática* foi mencionado nos trabalhos, seguido com seis (6) vezes o termo *gestão escolar*, cinco (5) vezes com *educação*, quatro (4) vezes com *participação* e por fim com três (3) vezes segue-se com *Direitos Humanos*, *Qualidade de educação*, *Paulo Freire*, *Política Educacional* e *Conselho escolar*.

**TABELA 10** - Relações de trabalhos selecionados na CAPES e na BDTD apresentando as quantificações em relações as palavras-chave

Palavras-Chave na CAPES e na BDTD	Quantidade (s)
Gestão Democrática	12
Gestão escolar	6
Educação	5
Participação	4
Direitos Humanos / Qualidade da educação / Paulo Freire / Política Educacional / Conselho escolar	3
Medicalização / Escola Justa / Escola Pública / Plano Nacional de Educação / Qualidade escola / professor / Projeto Político-Pedagógico / políticas públicas / Políticas educacionais / Autonomia	2
Educação em direitos humanos / Escola como	

<p> espaço protetivo de direitos / Escola e democracia /  Política Pública educacional / CACS / Funde /  financiamento da educação básica / gestão  democrática da educação / privatização da educação  / Gestão Educacional / Políticas / Públicas  Educativas / Conselho de escola / Cooperação /  escola-comunidade / Política Pública educacional /  Política de Educação do Campo / Organização  Escolar / educação pública / liderança compartilhada  / liderança pública / clima organizacional  /rotatividade / Avaliação externa em larga escala /  Conselhos Gestores / Governança / Governabilidade  /Formação / Funcionários / experiência / tempo  escolar / administração escolar / coach /  Planejamento Educacional / criatividade /  coordenador pedagógico / práticas docentes /  Proposta curricular / ETRN / CEFET-RN /  Empreendedorismo / Ensino / Administração /  avaliação de políticas públicas / indicador  educacional ensino médio / desigualdade social /  meritocracia /deficiente / inclusão social /  acessibilidade / Pesquisas de escolas / eficazes /  envolvimento escolar / pesquisas escolares /  Privatização / Reformas educativas / Educação  Popular e Democrática / Educação Básica /  Formação Continuada / Eleição presidencial /  Sistema Fuzzy / modelos de administração pública  brasileira / ciclo político / Política Nacional de  Habitação / Formação centrada na escola / Trabalho  pedagógico / Paulo Freire e Gestão democrática /  Ensino Integral / Participação das juventudes /  Protagonismo Juvenil / Grêmio Estudantil /  Educação Integral / Relações participativas /  Gerencialismo / Colegiado Escolar / Base legal /  Concepções / Princípios / Gestão Democrático-  Participativa / Base Nacional Comum Curricular /  Políticas educacionais e curriculares / Reformadores  Empresariais da educação / Avaliação em larga  escala / Educação inclusiva / Alunos com  necessidades educacionais especiais / democracia /  John Dewey / Ouvidoria Universitária / Avaliação  Institucional / Controle Social / Transparência /  Reprovação Escolar (Re) / Organização do Trabalho  Pedagógico / Gestão Participativa / Trabalho como  princípio Educativo / Educação Profissional Técnica  de Nível Médio / </p>	1
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A seguir apresentamos a figura (1) que mostra visualmente como essas palavras-chave se apresentam de acordo com a sua reincidência.

**FIGURA 2** - Nuvem de palavras-chave dos trabalhos selecionados



Gestão Democrática e Organização do Trabalho Pedagógico Gestão Democrática e Educação Inclusiva	1	1
Direitos Humanos e Relações Sociais Democráticas Escola Campo e Gestão Escolar Liderança Compartilhada PNE e Qualidade da Educação Relação de corpo discente com corpo docente Formação continuada Modelos de administração pública Gestão Democrática e Financiamento Educacional	1	0
Gestão Democrática e Conselho Escolar	0	3
Gestão Democrática e Tempo Integral Gestão democrática e Equipe Gestora BNCC e Política Educacional	0	1

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Neste próximo quadro (1) apresentamos os títulos dos trabalhos selecionados para facilitar visualmente a divisão dos temas, tendo em vista, o foco dos mesmos.

**QUADRO 1** - Quadro de “Focos dos trabalhos” relacionados com os títulos na CAPES e na BDTD

Foco dos trabalhos	Títulos dos trabalhos selecionados na CAPES	Títulos dos trabalhos selecionados na BDTD
<b>Gestão Democrática em Paulo Freire</b>	A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 – 1991) e suas consequências  Contribuições da pedagogia freireana na formação de administradores empreendedores  As políticas educacionais em municípios que se orientam por referenciais freireanos: outro jeito de fazer escola	Gestão democrática na escola de ensino integral: Limites e Possibilidades
<b>Gestão Democrática e Tempo Integral</b>	Nenhum	Escola experimental de tempo integral e gestão democrática: um estudo do cotidiano escolar
<b>Gestão democrática e participativa</b>	A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação: análise de uma experiência de formação e seus efeitos sobre a escolarização de estudantes em situação de alta vulnerabilidade	Gestão democrática e participação das juventudes

	<p>A gestão educacional como política: proposições na escola pública</p> <p>Taxonomia das diretrizes para educação nos planos de governo dos elegíveis à Presidência da República Brasileira (2018)</p>	
<p><b>Gestão Democrática e Participativa e Gerencialismo</b></p>	<p>Coaching na Educação? Pesquisa-ação com gestores escolares</p>	<p>Gestão escolar na escola pública: interfaces entre gerencialismo e gestão democrática</p> <p>Ouvidoria universitária e avaliação institucional: Uma análise da proposta do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e das orientações da Controladoria Geral da União</p>
<p><b>Gestão Democrática e Projeto Político Pedagógico</b></p>	<p>Novas diretrizes educacionais e novos projetos pedagógicos - (ETFRN E CEFET-RN): entre o pensar e o fazer</p> <p>Representações de professores e gestores de uma escola que se diz pesquisadora</p>	<p>Gestão democrática na educação do campo: o significado do projeto político pedagógico na construção de ações e relações participativas</p>
<p><b>Gestão Democrática e Organização do Trabalho Pedagógico</b></p>	<p>A formação centrada na escola: mediação para a organização do trabalho pedagógico</p>	<p>A organização do trabalho pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar</p>
<p><b>Gestão Democrática e Conselho Escolar</b></p>	<p>Nenhum</p>	<p>O funcionamento efetivo do conselho escolar como prática de gestão democrática</p> <p>A gestão democrática na escola municipal: o conselho escolar em questão</p> <p>Gestão colegiada em escolas públicas estaduais: confronto do sentido democrático no legal e no real</p>
<p><b>Gestão Democrática e Educação Inclusiva</b></p>	<p>O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação</p>	<p>Educação inclusiva e os desafios de uma equipe gestora de uma escola regular de ensino</p>
<p><b>Gestão Democrática e Democracia</b></p>	<p>Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória</p> <p>Planejamento educacional frente às fragilidades da democracia brasileira</p>	<p>Gestão Escolar Democrática e Participação dos sujeitos: Uma análise a partir dos Fundamentos Filosóficos de John Dewey.</p>

<b>Gestão democrática e Equipe Gestora</b>	Nenhum	A gestão escolar como elemento de qualidade da educação pública: limites e possibilidades
<b>Gestão Democrática e Financiamento Educacional</b>	A disputa dos recursos públicos da educação básica, os arranjos do estado com o mercado e seus impactos na gestão democrática e participativa da educação no âmbito dos municípios	Nenhum
<b>Gestão Democrática e Políticas Neoliberais</b>	Gestão escolar e conselho de escola, que relação é esta? Um estudo em busca de novas formas de cooperação entre escola-comunidade na Região de Sorocaba – SP  Estado-avaliador e a reforma do Ensino Médio no Brasil: influências e confluências  Reformas, privação e política educacional: tendências e riscos atuais	Nenhum
<b>BNCC e Política Educacional</b>	Nenhum	Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica do texto da política
<b>Direitos Humanos e Relações Sociais Democráticas</b>	Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante	Nenhum
<b>Escola Campo e Gestão Escolar</b>	Organização da escola do campo: concepções e expectativas de professores	Nenhum
<b>Liderança Compartilhada</b>	Explorando a liderança compartilhada em organizações públicas: evidências da arena educacional	Nenhum
<b>PNE e Qualidade da Educação</b>	Avaliação e qualidade no novo Plano Nacional de Educação: avanços e possíveis retrocessos?	Nenhum
<b>Participação dos Funcionários Qualidade da Escola</b>	A construção de indicadores de qualidade na escola: participação dos funcionários na tomada de decisões  Criatividade em Sala de Aula: Fatores Inibidores e Facilitadores Segundo Coordenadores Pedagógicos	Nenhum

<b>Relação Corpo Discente e Corpo Docente</b>	O tempo na educação pública: ensaio a partir do movimento “ocupa tudo”	Nenhum
<b>Formação continuada</b>	A formação continuada de professores e a elevação da qualidade da educação básica	Nenhum
<b>Modelos de administração pública</b>	Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação	Nenhum

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

### 2.2.1 Resumos dos trabalhos selecionados

Os próximos parágrafos serão um resumo objetivo sobre quais os propósitos que os artigos e as dissertações abordam. Inicialmente começaremos com os vinte e seis (26) artigos e posteriormente com as quatorze (14) dissertações. Assim sendo, esse material nos ajudou a compreender melhor quais os seus conteúdos e suas finalidades com o propósito de utilizá-los para a reflexão dos impactos da gestão democrática e participativa no desenvolvimento infantojuvenil.

- a. Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Santo, Lima e Vale (2020) apresentam em *Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante* a escola enquanto espaço de proteção aos indivíduos em que considera os mesmos sujeitos de direitos e protagonistas de suas histórias. Fazem relações entre o educar e os Direitos Humanos, de tal maneira, que fortaleça as relações sociais democráticas e valorize as diversidades e especificidades das crianças e dos adolescentes.

Angelucci, Watanabe e Brandstatter (2018) discutiram em *A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação: análise de uma experiência de formação e seus efeitos sobre a escolarização de estudantes em situação de alta vulnerabilidade* como o Núcleo de Apoio e

Acompanhamento para Aprendizagem (Naapa) possibilitou a fomentação de práticas democráticas na Educação. Esse Núcleo de Apoio aborda a gestão participativa e o processo de escolarização de pessoas com alta vulnerabilidade social.

Roggero e Silva (2021) apontam em *A disputa dos recursos públicos da educação básica, os arranjos do estado com o mercado e seus impactos na gestão democrática e participativa da educação no âmbito dos municípios* que o financiamento educacional está ligado à gestão democrática a fim de assegurar o direito à educação como proposto pela CF/1988 nas questões relacionadas às políticas públicas. Esse artigo se dispõe a estudar os impactos que o financiamento gera na educação e conseqüentemente na gestão democrática e participativa durante todo o período pandêmico.

Colares, Soares e Cardozo (2021) identificam em *A gestão educacional como política: proposições na escola pública* como a gestão educacional, enquanto política brasileira, contribui para a promoção dos processos democráticos e participativos. Por meio da ilustração do desabrochar da rosa eles orientarão de que formas a gestão deve se organizar para cumprir com o seu propósito disposto em lei maior.

Ferreira, Leite e Corrochano (2015) denunciam em *Gestão escolar e conselho de escola, que relação é esta? Um estudo em busca de novas formas de cooperação entre escola-comunidade na Região de Sorocaba – SP* quais os papéis que os conselhos de escolas vêm tendo desde meados de 1990 com as atuais e constantes políticas neoliberais. Assim sendo, os mesmos registram que “Temos a impressão de que os conselhos desapareceram de cena” (FERREIRA; LEITE; CARDOZO, 2015, p. 174). Os autores disponibilizaram alguns dispositivos para que ocorra a cooperação entre a escola e a comunidade.

Garske, Castilho e Cândido (2019) discutem em *Organização da escola do campo: concepções e expectativas de professores* quais os desafios que se encontram em relação a organização das escolas do campo e analisam a partir de uma pesquisa quais as concepções e expectativas dos professores que atuam em uma escola no município de Rondonópolis. A análise do Projeto Político Pedagógico foi instrumento fundante para a compreensão da Escola do Campo e a gestão implantada.

Carvalho, Sobral e Mansur (2020) argumentam em *Explorando a liderança compartilhada em organizações públicas: evidências da arena educacional* que é preciso uma liderança colaborativa, pois isso fomenta práticas participativas e democráticas. O estudo apresenta resultados a partir da liderança compartilhada, de tais formas que reduzem a rotatividade voluntária de profissionais.

Filipe e Bertagna (2015) debatem em *Avaliação e qualidade no novo Plano Nacional de Educação: avanços e possíveis retrocessos?* qual o entendimento sobre a qualidade escolar, como a instituição do novo PNE influencia no âmbito educacional e como os recursos da educação estão sendo utilizados. Desse modo, farão uma análise dos documentos normativos para a compreensão desses termos e circunstâncias.

Martins, Martins, Oliveira e Soares (2014) analisam em *Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória* que os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são uma das formas da sociedade poder participar ativamente da gestão e do Estado. Desse modo, apresentou que a democracia tem bases participativas e é fundamentada no princípio constitucional da Gestão Democrática.

Almeida e Bueno (2021) tratam em *A construção de indicadores de qualidade na escola: participação dos funcionários na tomada de decisões* como o uso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) promove a definição de um padrão de qualidade dentro da escola. Durante a exposição do artigo é discutido se em um grupo de pesquisa há ou não há a participação dos funcionários nas tomadas de decisões. Desejam saber desse funcionamento, tendo em vista que é necessária essa participação de todos, uma vez que os mesmos estão atuando cotidianamente no chão da escola. O artigo apresenta que existe uma grande dificuldade dos funcionários no que tange a manifestarem suas opiniões quando há espaços para isso.

Franco (2014) aborda em *A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 – 1991) e suas consequências* como ocorreu de fato a gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação (SME). O artigo explica que durante a gestão do patrono da educação tiveram-se quatro eixos fundamentais para uma educação de qualidade, sendo eles: democratização da gestão, acesso e permanência, qualidade da educação e educação de jovens e adultos.

Carvalho e Berti (2018) apresentam em *O tempo na educação pública: ensaio a partir do movimento “Ocupa Tudo”* que há uma grande força dos jovens estudantes diante as ocupações feitas no movimento “Ocupa Tudo” e tenta compreender como o corpo docente atua diante desse direito, sendo ele: a escola pública. Desse modo, será realizada a problematização e os questionamentos referentes às ações pedagógicas. O Movimento “Ocupa Tudo” possibilitou uma análise sobre como se constitui a escola, a escola pública e quais os ofícios do professor (a).

Bick e Ziliotto (2017) investigam o artigo: *Coaching na Educação? Pesquisa-ação com gestores escolares* como a experiência do coaching realizada com gestores nas escolas privadas pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento de uma efetiva gestão escolar.

Scaff, Oliveira e Lima (2018) articulam em *O planejamento educacional frente às fragilidades da democracia brasileira* que a reabertura democrática possibilitou a retomada de planejamentos na gestão pública com sujeitos sociais, tais como a sociedade civil e os municípios. Desse modo, eles atuaram muito mais após a elaboração do PNE, entretanto uma dificuldade são as oscilações políticas e sociais que acontecem durante o percurso de implementação do plano. Assim sendo, as discussões se pautaram em ver como a Emenda Constitucional n.º 95 de 2016 dificulta a implantação deste PNE.

Alencar, Fleith, Borges e Boruchovitch (2018) discutem em *Criatividade em Sala de Aula: Fatores Inibidores e Facilitadores Segundo Coordenadores Pedagógicos* apresentam os:

[...] fatores que dificultam o professor a estimular o desenvolvimento da criatividade discente e procedimentos que o coordenador poderia utilizar para apoiar o docente na promoção da criatividade em sala de aula. (ALENCAR *et al.*, 2019, p. 555).

Pereira e França (2015) irá discutir em *Novas diretrizes educacionais e novos projetos pedagógicos (ETFRN E CEFET-RN): entre o pensar e o fazer* como a Proposta Curricular da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) quanto o Projeto Político-Pedagógico Cefet-RN, feitos de modo participativo no RN, possibilitou aos professores da rede assimilar os princípios norteadores e “[...] contribuiu para avanços nas atividades de ensino e da redefinição do trabalho da equipe pedagógica [...]” (PEREIRA; FRANÇA, 2015, p. 328).

Lucena, Centurión e Valadão (2014) afirmam em as *Contribuições da pedagogia freireana na formação de administradores empreendedores* que exista relações entre a Pedagogia de Paulo Freire e o empreender na educação, de tal modo, que possibilita o desenvolvimento de profissionais nas áreas de Administração. Tentam compreender de que forma os discentes aprendem e desse modo tentam analisar qual a importância do saber empreender.

Marcelino, Santos, Azevedo e Silva (2019) discutiram sobre o *Estado-avaliador e a reforma do Ensino Médio no Brasil: influências e confluências*, como a reforma do Ensino Médio diante da Lei Federal n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, fomenta a implementação de Escolas de Ensino Médios em Tempo Integral. Usaram da concepção de Almerindo Janela Afonso sobre o Estado-avaliador para problematizar essa tal “inovação” que faz a reforma.

Borges e Pereira (2016) apresentam em *O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação*, quais as políticas públicas para as pessoas com deficiência no Brasil e trazem diálogos com a política de educação. Entendem e analisam como essas políticas públicas se organizam e em quais espaços. Também observam a maneira transversal em que são trabalhadas essas políticas tendo como eixo central os diálogos entre sociedade civil e os órgãos governamentais. Assim sendo, “[...] exigindo uma pedagogia da participação social, novas formas de fazer e compreender a política e, mais do que isso, exercitar novas práticas para um mundo mais inclusivo” (BORGES; PEREIRA, 2016, p. 557).

Idelbrando (2019) analisa em *Representações de professores e gestores de uma escola que se diz pesquisadora* como estabelece “[...] as relações entre as práticas pedagógicas e a construção do conhecimento dos educandos” (IDELBRANDO, 2019, p. 3). Sendo feito também a análise do Projeto Político Pedagógico para compreender como acontece a construção do conhecimento, de tal maneira que desenvolva o indivíduo.

Silva, Silva e Santos (2020) explicam em *as Reformas, privatização e política educacional: tendências e riscos atuais* o “[...] debate sobre as reformas educacionais no contexto da privatização desenvolvida na política educacional” (SILVA; SILVA; SANTOS, 2020, p. 2). Tal privatização da educação afeta em todos os âmbitos, sendo eles: Federal, Estadual e Municipal. Esse modelo apresenta os ideais de eficiência produtiva e a lógica do mercado no planejamento educacional.

Aguiar (2017) explica em *As políticas educacionais em municípios que se orientam por referenciais freireanos: outro jeito de fazer escola* como aconteceram influências freirianas nas políticas públicas populares e democráticas nas redes municipais de São Paulo entre os anos de 1989 a 1992.

Esteves e Araújo (2019) discutem em *A formação continuada de professores e a elevação da qualidade da educação básica* como a formação continuada e o desenvolvimento profissional promove melhorias na educação, tendo como análise os seguintes países: Brasil e Portugal. Desse modo, analisaram como essas atitudes promovem uma educação de qualidade, de tal forma a ter o desenvolvimento total dos discentes.

Dias, Oliveira e Pauli (2021) afirmam em *Taxonomia das diretrizes para educação nos planos de governo dos elegíveis à Presidência da República Brasileira (2018)* que mesmo com o acesso à educação pública muitas crianças e adolescentes não conseguem permanecer dentro das unidades educacionais por conta das desigualdades sociais e econômicas. Assim sendo, muitos estudiosos vêm assinalando a importância das políticas públicas nacionais e

internacionais a fim de diminuir esses índices. A gestão democrática e participativa é uma dessas políticas que destaca a importância do envolvimento de toda a comunidade acadêmica para a promoção de uma educação de qualidade. Sendo assim, o artigo abordou as propostas dos elegíveis para a Presidência da República durante a eleição presidencial de 2018.

Drumond, Silveira e Silva (2014) explicam em *Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação* os diferentes tipos de gestões que foram instauradas durante o passar dos anos na administração pública brasileira. Também analisam as políticas públicas vigentes na administração pública e quais os seus impactos na educação.

Carvalho e Mangialardo (2020) apresentam em *A formação centrada na escola: mediação para a organização do trabalho pedagógico* a “[...] reflexão sobre a formação centrada na escola como pressuposto para problematizar a prática docente, visando uma compreensão do processo de organização do trabalho pedagógico” (CARVALHO; MANGIALARDO, 2020, p. 2). Também os autores analisam como a organização do trabalho pedagógico se dá por meio do planejamento do Projeto Político Pedagógico e que necessita da participação de toda a comunidade.

Abaixo seguem-se os resumos das dissertações selecionadas na BDTD.

#### b. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (**BDTD**)

Quaresma (2015) apresentou em *Gestão democrática na escola de ensino integral: Limites e Possibilidades* neste trabalho a efetivação da gestão democrática numa escola pública estadual baseada nos princípios de diálogo, participação e autonomia com base em Paulo Freire e em sua pedagogia libertadora. Também discutiu como a gestão democrática pode ser desenvolvida no Programa de Ensino Integral.

Bôas (2018) abordou em *Gestão democrática e participação das juventudes* como pode-se transformar a escola e a mesma afirma que é através de uma gestão democrática e participativa que envolva os estudantes e que tenha uma participação estudantil mais forte nos âmbitos escolares, de acordo com a CF/1988. Todas essas coisas mencionadas afetam a qualidade do ensino para que haja o fomento ao exercício da cidadania e o fortalecimento da autonomia discente.

Souza (2017) explicou em *O funcionamento efetivo do conselho escolar como prática da gestão democrática* que um do órgão que pode ajudar na promoção da gestão democrática é o conselho escolar. Esse órgão é responsável pela participação efetiva de toda a comunidade

escolar e esses indivíduos devem participar ativamente na tomada de decisões na escola pública. É um estudo de caso sobre a Escola Estadual de Tempo Integral Raimundo Lourenço que irá compreender como o Conselho Escolar possibilita e é um instrumento da gestão democrática.

Vargas (2018) analisou em *A gestão democrática na escola municipal: o conselho escolar em questão* os Conselhos Escolares no município de Alegrete e entendeu como esses espaços são de democracia. Também apresentou como se configura a participação do Sistema Municipal de Educação nas escolas. É dito que o processo de democratização dos sistemas de ensino e da escola é algo construído coletivamente e que cada escola deve levar em conta a sua especificidade histórica para a construção de uma concepção de gestão democrática.

Vieira (2015) explorou em *Escola experimental de tempo integral e gestão democrática: um estudo do cotidiano escolar* sobre o papel da escola pública brasileira e discutiu o tempo integral em relação às concepções de democracia. Desse modo, a gestão democrática abre portas para que toda a comunidade escolar possa ter voz e possa se manifestar, de tal maneira que contribua para a emancipação do sujeito. A pesquisa focou nas relações entre comunidade-escola-comunidade.

Silva (2014a) apresentou em *Gestão democrática na educação do campo: significado do projeto político pedagógico na construção de ações e relações participativas* como o projeto político pedagógico na compreensão de professores da escola de campo contribui para a construção de ações e relações participativas, ou seja, democráticas. O autor irá pensar de que maneiras a gestão democrática pode consolidar os mecanismos de participação da comunidade com a escola e os princípios de democratização.

Clemente (2015) afirmou em *Gestão escolar na escola pública: interfaces entre gerencialismo e gestão democrática* que o processo de democratização no país possibilitou “[...] orientações mais progressistas de cunho participativo e democrático” (CLEMENTE, 2015, p. 14). Também discutiu a gestão escolar enquanto práticas baseadas nos princípios democráticos e participativos de forma emancipatória e autônoma dos indivíduos em contraposição com os modelos atuais e neoliberais do gerencialismo.

Segundo Silva (2014b) em seu artigo: *Gestão colegiada em escolas públicas estaduais: confronto do sentido democrático no legal e no real* explica que após a abertura política é instaurado a concepção de que a gestão escolar seja fundamentada nos princípios das empresas para atingir os objetivos de desempenho da escola. O trabalho discutiu estas abordagens e mostrou como o Colegiado Escolar contribui para a gestão democrática e a promoção da escrita do Projeto Político Pedagógico.

Mesenbrug (2019) abordou em *A gestão escolar como elemento de qualidade da educação pública: limites e possibilidades* como a equipe gestora atua e interfere na qualidade das escolas investigativas tendo como perspectiva a gestão democrática. Há uma preocupação com os resultados da escola, tendo em vista, as pressões exigidas tanto do Estado quanto dos órgãos públicos aos gestores.

Silva (2018b) discutiu em *Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica do texto da política* como a BNCC é um instrumento normativo para formatação de um currículo nacional entendendo-o seus “[...] nexos, sentidos e efeitos na formação dos/das estudantes” (SILVA, 2018, p. 17). A autora abordou um panorama histórico dos principais documentos legais que fomentaram a criação da construção deste documento legal.

Silva (2018a) abordou a *Educação inclusiva e os desafios da equipe gestora de uma escola regular de ensino* fez um estudo de caso na Escola Estadual Herbert José de Souza-Betinho trazendo uma análise de quais as dificuldades que a equipe gestora enfrenta na efetivação da educação inclusiva no ensino regular. Dentre essas análises será conceituado a terminologia da gestão democrática e como a mesma contribui para a efetivação da escola inclusiva.

Bertineti (2014) discute em *Gestão Escolar Democrática e Participação dos sujeitos: Uma análise a partir dos Fundamentos Filosóficos de John Dewey*:

[...] o que é democracia e verificar qual a importância das experiências dos indivíduos na construção de uma educação democrática. Buscamos compreender o que é Gestão Escolar Democrática, desvendar seu histórico no Brasil e a relevância de sua implantação/operacionalização nas instituições de ensino. (BERTINETI, 2014, p. 12-13).

A dissertação de Santos (2019) *Ouvidoria universitária e avaliação institucional: Uma análise da proposta do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e das orientações da Controladoria Geral da União* foi selecionada porque no capítulo dois “ESTADO, GESTÃO E AVALIAÇÃO” discutiu as relações entre estado burocrático e estado gerencial, a gestão democrática e participativa e a concepção de um estado avaliador. Desse modo, compreendemos a significativa importância deste estudo.

Duarte (2019) apresentou em *A organização do trabalho pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar* maneiras de melhorar o processo de ensino-aprendizagem e as práticas pedagógicas para minimizar os indicativos de reprovação escolar. A dissertação foi escolhida, uma vez que, a mesma trará discussões no capítulo dois em referência a gestão democrática e a organização do trabalho pedagógico.

Assim sendo, entendemos que todos esses trabalhos nos ajudaram a compreender melhor como dispõe a gestão democrática e participativa, a fim de proporcionar um melhor desenvolvimento infantojuvenil. Desse modo, buscamos entender como uma gestão que se intitula democrática e participativa fornece ferramentas para a construção do desenvolvimento.

### 3 GESTÃO E SEUS PROCESSOS

Neste capítulo abordamos dois pontos, sendo o primeiro a exposição terminológica do que é gestão, gestão democrática e gestão participativa e como os documentos legais as consideram políticas essenciais para a consolidação do processo formativo infantojuvenil. Num segundo momento, realiza-se uma análise a partir dos textos selecionados no ato do levantamento bibliográfico para a compreensão de como a gestão democrática e participativa devem ser consolidadas nas instituições de ensino.

#### 3.1 A GESTÃO E SUAS SIGNIFICAÇÕES PARA O PROCESSO FORMATIVO

*“Educação é o que torna o ser humano o que ele deve ser. Somos humanos porque transcendemos o universo da natureza e mergulhamos no mundo dos sonhos”.*

(LOBOSCO, 2009, p. 13)

Enquanto pedagogos devemos refletir, indagar, questionar, buscar, sistematizar o conhecimento e o saber. Um corpo gestor consciente é aquele que busca entender os motivos do ato de gerir e os porquês de estar dentro e fora das instituições.

Nesse sentido, o desenvolvimento integral infantojuvenil deve ocorrer, como já elucidamos em toda a pesquisa, a partir de uma gestão democrática e participativa. Dourado (2007, p. 922) afirma que: “[...] é fundamental não perder de vista que o processo educativo é mediado pelo contexto sociocultural [...]”. Assim sendo, compreendemos que todo o recinto, isto é, o ambiente que os discentes estão inseridos configura o indivíduo e como resultado auxilia na disposição de uma eficiente gestão escolar.

Posto isso, a princípio, é prudente a compreensão do que significa o termo gestão. Segundo Cury (2005), ele afirma que:

Gestão é um termo que provém do latim e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito e um dos substantivos derivado deste verbo nos é muito conhecido. Trata-se de gestatio ou seja gestação isto é: o ato pelo qual se traz dentro de si algo novo e diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz provém os termos genitora, genitor, germen. (CURY, 2005, p. 21).

Conforme Ferreira (2004) conclui que a gestão da educação é:

[...] tomar decisões, organizar e dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania, no contexto da complexa cultura globalizada. Isso significa aprender com cada ‘mundo’ diferenciado que se coloca, suas razões e lógica, seus costumes e valores que devem ser respeitados, por se constituírem valores, suas contribuições que são produção humana. (FERREIRA, 2004, p. 1241).

Sob a voz de um grande estudioso da área de gestão, Vitor Paro (2005), observemos como o mesmo conceitua a administração/gestão. Para ele, a administração e a gestão são ações inteiramente humana e consciente e são vistas como sinônimo. Por isso, ele diz:

A atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender as necessidades e interesses de pessoas e grupos. Da mesma forma, a educação escolar não se faz separada dos interesses e forças sociais presentes numa determinada situação histórica. A administração escolar está, assim, organicamente ligada à totalidade social, onde ela se realiza e exerce sua ação e onde, ao mesmo tempo, encontra as fontes de seus condicionantes. Para um tratamento objetivo da atividade administrativa escolar é preciso, portanto, que a análise dos elementos mais especificamente relacionados à administração e à escola seja feita em íntima relação com o exame da maneira como está a sociedade organizada e das forças econômicas, políticas e sociais aí presentes. (PARO, 2005, p. 13).

Pensando nessas análises, Paro (2005) continua a mencionar que “[...] a administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados [...] uma atividade exclusivamente humana [...]” (PARO, 2005, p. 18). O mesmo prossegue atestando que “A atividade administrativa é, então, não apenas exclusiva, mas também necessária à vida do homem” (PARO, 2005, p. 19). Desse modo, compreendemos o papel significativo que a administração/gestão dispõe para o ser humano e mais propriamente para a educação.

Por conseguinte, compete citarmos que há distintas formas de nomear a gestão como citamos no exemplo acima. Nesse sentido, para Paro (2013), o mesmo utiliza a nomenclatura administração como sinônimo de gestão, e isso se dá como parte dos ditames do mercado editorial. Em certa entrevista<sup>3</sup>, ele explicou como funcionam esses empregos.

A palavra administração, que eu prefiro em lugar de gestão, **mas eu tenho utilizado ultimamente porque existe as modas, mas as modas nunca são inocentes**. Eu prefiro administração, mas eu tenho um livro sobre “Administração Escolar: Introdução Crítica” e um livro sobre a “Gestão

---

<sup>3</sup> Entrevista completa: “Gestão Escolar Democrática - Prof. Vitor Henrique Paro“. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WhvyRmJatRs&t=446s>. Acesso em: 15/07/2022.

Democrática da Escola Pública”. Eu não tenho nada contra. Eu passei, para não entrar em grandes discussões, a cada vez que vou falar sobre o assunto a utilizar como sinônimo: gestão e administração. Mas veja, isso já é uma posição crítica diante do fato. Eu uso como sinônimo porque eu quero que gestão ou administração signifique mediação, todo tipo de mediação. (PARO, 2013, grifo nosso).

Desse modo, compreendemos que a gestão é a execução, é a prática e é o chão da escola. Consequentemente devemos levar a sério também a teoria que envolve a gestão escolar, uma vez que os conceitos de teoria e prática são indissociáveis para uma educação que se diz libertadora e emancipatória. Em relação a essa gestão escolar, Souza (2012) apresenta que:

[...] a gestão escolar pode ser compreendida como um processo político, de disputa de poder, explícita ou não, no qual as pessoas que agem na/ sobre a escola pautam-se predominantemente pelos seus próprios olhares e interesses acerca de todos os passos desse processo. Assim, visam a garantir que as suas formas de compreender a instituição e os seus objetivos prevaleçam sobre as dos demais sujeitos, a ponto de, na medida do possível, levá-los a agirem como elas pretendem. (SOUZA, 2012, p. 159).

Nessa perspectiva, após a explanação sobre o que é gestão e o que é gestão escolar, torna-se cabível o registro conceitual do que é democracia, para entendimento do termo, e sua construção para a formalização do que seja a gestão democrática. Para Sathler e Sathler (2020), os autores afirmam que a democracia é um:

Regime político na qual o titular da soberania é o povo. Há autodeterminação: a própria comunidade decide sobre as regras gerais (leis) que serão aplicadas no âmbito da sociedade. O acesso ao poder é distribuído igualmente: todos os cidadãos podem concorrer aos cargos de governo. Há separação de poderes e controle social. (SATHLER; SATHLER, 2020, p. 48).

Dessa maneira e tendo em mente esse conceito base, podemos considerar o que é realmente a gestão democrática e como a mesma se constrói e se apropria do ambiente escolar. Assim sendo e considerando as conceituações e significações referenciadas acima, é cabível a apresentação de como se desempenha e atua a gestão democrática em âmbito educacional. Para Paro (2016), ele assenta que:

É nesse sentido, portanto, que vejo a necessidade de a escola organizar-se democraticamente com vistas a objetivos transformadores (quer dizer: objetivos articulados com vistas aos interesses dos trabalhadores). E aqui subjaz, portanto, o suposto de que a escola só poderá desempenhar um papel transformador se estiver junto com os interessados, se se organizar para atender aos interesses (embora nem sempre conscientes) das camadas às quais

essa transformação favorece, ou seja, das camadas trabalhadoras. (PARO, 2016, p. 17).

Para outros importantes autores da área, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), os pesquisadores afirmam que a gestão democrática se configura como:

A participação, o diálogo, a discussão coletiva, a autonomia são práticas indissociáveis da gestão democrática, mas o exercício da democracia não significa ausência de responsabilidades. Uma vez tomadas as decisões coletivamente, participativamente, é preciso pô-las em prática. Para isso, a escola deve estar bem coordenada e administrada. (LIBÂNEO; OLIVEIRA, TOSCHI, 2012, p. 454).

Ainda outros autores, Quinziolo e Quinziolo (2019), afirmam que a gestão democrática deve:

[...] valorizar o pluralismo na escola, sempre se pautando no princípio assegurado por lei de igualdade, dando voz a todas as parcelas que compõem a comunidade escolar através da representatividade, atuando para descentralizar o poder com a participação de todos. (QUINZIULO; QUINZIULO, 2019, p. 6).

Com base nos autores supracitados, foi possível compreender as múltiplas visões e concepções sobre a gestão democrática e suas aplicações. Por isso, é válido afirmar que as escolas que têm esse princípio constitucional em suas diretrizes poderão ofertar uma educação de qualidade e que se pautem numa educação para transformação e emancipação dos indivíduos, ouvindo-os em sua integralidade e contando com sua colaboração.

Por conseguinte, é válido a partir dessas diversas menções sobre o que é gestão democrática, considerar o que a lei, isto é, o que a CF/1988 registra sobre o assunto. No artigo 206, inciso VI, preconiza que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988). Assim sendo, vimos que é um direito legal e que deve ser cumprido na rede pública.

Na LDB/1996, a gestão democrática será tratada pela combinação dos artigos 3º e 14º que falam:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
VIII - **gestão democrática** do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;  
Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da **gestão democrática** do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, grifo nosso).

A partir dessas bases legais e normativas é considerado que as escolas públicas devem cumprir com esses preceitos. Nos artigos analisados da LDB/1996 são apresentadas as funções que a gestão democrática prediz. Assim sendo, é perceptível que há diversas formas de implementação dos princípios democráticos e participativos no ambiente escolar.

Em relação à BNCC/2018, não há menções explícitas em todo o documento sobre a gestão democrática. Quando se pesquisa a palavra *gestão* é obtido doze (12) resultados. Para a discussão, trouxemos duas citações abaixo do tópico *Base Nacional Comum Curricular e currículos* que diz “[...] decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à **gestão** do ensino e da aprendizagem” (BRASIL, 2018, p. 16, grifo nosso). A BNCC/2018 continua dizendo que é preciso “[...] manter processos contínuos de aprendizagem sobre **gestão** pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino” (p. 17, grifo nosso). Ademais, a BNCC/2018 cita no tópico *Base Nacional Comum Curricular e regime de colaboração* que:

Com a homologação da BNCC, as redes de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da **gestão** curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica. (BRASIL, 2018, p. 20, grifo nosso).

Desse modo, podemos refletir que a BNCC/2018 não propõe o uso de uma gestão democrática, mas quando se menciona sobre gestão é dito que é importante a colaboração da equipe escolar para que haja a gestão de ensino e aprendizagem. Noutro momento é assinalado que há relações entre a gestão pedagógica e curricular para a proposição de processos de aprendizagens. E, por fim, afirma que a gestão curricular deve seguir os parâmetros impostos pela BNCC/2018. Sendo assim, vê-se uma falha e uma ocultação no que tange a proposição de currículos democrático e participativos, pois essas especificidades da gestão não estão identificadas neste documento, o que proporciona o descaso a própria gestão democrática e participativa nas instituições e redes particulares de ensino. Em resumo, a BNCC/2018:

[...] não indica um melhor cenário: a perspectiva é desconsiderar a existência desta conjuntura que compreende o pluralismo de ideias e concepções. Ao invés de promover a igualdade vê-se, através de seu texto, a educação ganhar contornos cada vez mais nítidos de uma política monocultural e excludente, com destaque ao princípio da meritocracia. (SILVA, 2018b, p. 136).

Por conseguinte, compreendemos diversos pareceres sobre a gestão democrática e a concebemos da mesma maneira que os autores registraram acima. Ponderar nessa gestão democrática nada mais é do que considerar também o modelo de organização disposto em nossa sociedade: a democracia. Quando pensamos na democracia entendemos que é um poder com ideais progressistas e que esteja disposta a ouvir a população, porque o poder é do povo e emana dele. Entretanto, muitas são as situações que nos são impostas para o silenciamento do povo e de seus ideais, e a escola não é excluída desse projeto mundial em que existe múltiplas imposições autoritárias e contínuas decorrentes das atuais políticas que estão interligadas a agenda global para agregação da escola aos ditames do mercado capitalista (HYPÓLITO, 2019).

Em relação aos conceitos de neoliberalismo e o neoconservadorismo é preciso compreender que há alianças peculiares para a usurpação da educação em consonância com os anseios econômicos e ao crescimento dos valores tradicionais e disciplinares, sendo assim um movimento direitista contraditório (APPLE, 2002). Tendo em vista todas as consequências do neoliberalismo no campo educacional é necessário à sua conceituação. Harvey (2008, p. 27) afirma que o neoliberalismo é “[...] um projeto político de elites econômicas [...]” que se afirma sobre as demais classes sociais. Desse modo, antes de iniciar propriamente as discussões sobre o neoliberalismo é preciso compreender a sua base: o liberalismo. Por isso, segundo Marcuse (2006) é dito que:

O liberalismo é a teoria econômica e social do capitalismo industrial europeu naquele período em que o portador propriamente dito do capitalismo era o “capitalista individual”, o empresário privado em seu sentido literal. Apesar de toda a diversidade estrutural do liberalismo e de seus defensores nos vários países e períodos, o seu fundamento uniforme se mantém: a liberdade do sujeito individual econômico em dispor da propriedade privada e garantia jurídico estatal dessa liberdade de disposição. (MARCUSE, 2006, p. 52)

Assim sendo, foi possível analisar que quando falamos da configuração do liberalismo é oportuno salientar que se estabelece e se fundamenta a partir do sistema capitalista. Esse sistema do capital faz com que a educação seja mais um local para a propagação dos ideais

liberais e conservadores. Neste percurso apresentamos também o conceito sobre o neoliberalismo e posteriormente o neoconservadorismo. Assim sendo,

[...] ele (*neoliberalismo*) pode ser entendido como uma doutrina e uma política econômica fundadas na ideia de que o mercado deve prevalecer sobre todos os setores da vida humana, dos mais universais aos mais particulares. Envolve ideais e práticas que aprofundam a desigualdade econômica e levam à perda de valores e ideais políticos e sociais: o neoliberalismo “manteve e mantém uma campanha inexorável contra tudo o que possa parecer ‘social’, de modo a priorizar tudo o que possa ser ou parecer ‘econômico’ ”. (IANNI, 2004, p. 332)

[...] a ideologia neoconservadora passou a ser construída a partir de ideias provenientes, centralmente, de duas correntes já existentes: velho conservadorismo e libertarianismo. Tais pressupostos foram resgatados e passaram a ser reconstruídos, sendo que a novidade se estabeleceu pela fusão dessas correntes tão distintas. (LIMA; HYPÓLITO, 2019, p. 6)

[...] o neoconservadorismo forma-se a partir desses elementos contraditórios, de modo que a principal novidade do movimento em relação ao velho conservadorismo é a incorporação de ideias libertárias, pois estas se aproximavam muito de pressupostos neoliberais, principalmente pelo foco no indivíduo e na livre economia. Portanto, ao mesmo tempo em que neoconservadores incorporam princípios dos velhos conservadores – afirmam a centralidade da sociedade como um lugar de crenças e laços sociais, baseados em uma série de valores morais comuns –, passam a defender, também, um foco no indivíduo e na sua capacidade de escolha. (LIMA; HYPÓLITO, 2019, p.7)

Quando entendemos essa construção do neoliberalismo e, acrescentamos associado a ele o neoconservadorismo, enquanto políticas de Estado em união com as políticas econômicas, observamos que há imposições também dentro da instituição escolar. Por isso, é também necessário a compreensão do que seja o *Gerencialismo*. Newman e Clarke (2012) dizem que:

O gerencialismo é uma ideologia que legitimava direitos ao poder, especialmente ao direito de gerir, construídos como necessários para alcançar maior eficiência na busca de objetivos organizacionais e sociais [...] o gerencialismo é uma estrutura calculista que organiza o conhecimento sobre as metas organizacionais e os meios para alcançá-las [...] Assim, diferentes formas de gerencialismo enfocam liderança, estratégia, qualidade e assim por diante para produzirem um campo complexo e mutante de conhecimento gerencial. (NEWMAN; CLARKE, 2012, p. 359)

Em relação à classificação do termo *Gerencialismo* e suas concepções é prudente analisarmos as suas mudanças em relação ao *Novo Gerencialismo*. Por conseguinte, é preciso compreender que o novo gerencialismo está relacionado com a Nova Gestão Pública (NGP) e

ao Novo Institucionalismo (OLIVEIRA; DUARTE; CLEMENTINO, 2017), aos quais esses sofrem impactos das “[...] transformações e mudanças propugnadas para a organização e administração dos sistemas de ensino [...]” (CLEMENTE, 2015, 67) após a redemocratização do país. Assim sendo, os autores afirmam que esse novo gerencialismo se configura como “[...] que o tratam como o conjunto de regras e normas que transcende os limites das organizações, correspondendo ao modo como uma instituição é incorporada em estruturas e processos organizacionais” (OLIVEIRA; DUARTE; CLEMENTINO, 2017, p. 710), isto é:

[...] tendência hegemônica influenciando concepções e práticas organizacionais dos serviços públicos, incorporando, nesse setor, a lógica concorrencial, em que o ‘empreendedorismo’ é tomado como a força propulsora das mudanças. Tendo como paradigma o mercado, estimula-se a realização de parcerias entre agências públicas e privadas e se introduzem inovações gerenciais, como, por exemplo, programas de qualidade total. (OLIVEIRA; DUARTE; CLEMENTINO, 2017, p. 710).

Entendendo todos esses trâmites, avaliamos que a gestão democrática é essencial para a promoção de uma educação de qualidade. Também interpretamos que, quando falamos de gestão participativa alinhada aos ideais da gestão democrática, será aquela que busca a promoção da participação efetiva de todos os entes da escola. Dessa maneira, é preciso a explanação do que seja a democracia participativa, que segundo Sathler e Sathler (2020) é:

[...] a democracia participativa inclui o povo diretamente no processo de decisão. Os teóricos que defendem a democracia participativa entendem que o consentimento do povo aumenta com a participação, pois as pessoas se sentem coautoras das decisões, mesmo quando tais decisões não correspondam àquelas que as pessoas prefeririam que fossem tomadas. (SATHLER; SATHLER, 2020, p. 55).

Segundo uma autora renomada da área da gestão participativa, Lück (2013), afirma que esta gestão se consolida como:

[...] a participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, visando a efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos. (LÜCK, 2013, p. 30-31).

Ainda analisando a sua perspectiva, Lück (2013, 2013, p. 17) garante que: “[...] é pela gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, consistência e coerência a ação

educacional, a partir do paradigma, ideário e estratégias adotadas para tanto”. Dessa forma, compreender a gestão participativa é concebê-la:

[...] no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e do emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais ocorrentes no contexto de sistemas de ensino e escolas, em torno de objetivos educacionais, concebidos e assumidos por seus membros, de modo a constituir um empenho coletivo em torno de sua realização. (LÜCK, 2013, p. 22).

Ao analisar esses embates, afirmamos que o ato de saber, o ato de ler e o ato de estudar são fundamentais para a formação contínua do professor, de tal modo que tenham uma base sólida e teórica para que a prática educativa seja bem estruturada. Fazendo uma analogia com o que é disposto no livro *Conto da Aia* (2017), pudemos perceber que o pensar é algo de muita preocupação para os agentes governamentais, pois nos oferta as distintas possibilidades de caminhos e de reflexões a partir das realidades vivenciadas e experienciadas, e dá ao corpo acadêmico todas as possibilidades de autonomia que a gestão democrática e participativa prevê. Ela nos oferece a possibilidade de luta pela mudança e da não aceitação do que é imposto arbitrariamente.

Atwood (2017), autora do livro, afirma que em um mundo distópico - mas não tão longe da nossa realidade - que “Tento não pensar demais. Como outras coisas agora, os pensamentos devem ser racionados. Há muita coisa que não é produtivo pensar. Pensar pode prejudicar suas chances, e eu pretendo durar” (ATWOOD, 2017, p. 16).

Nessa mesma linha de raciocínio, uma personagem muito importante da literatura americana é Clarisse McClellan, que responde à questão de Guy Mustang sobre pensar demais. Ela diz:

Eu raramente assisto aos “telões”, nem vou a corridas ou parque de diversão. Acho que é por isso que tenho tempo de sobra para ideias malucas. Já viu os cartazes de sessenta metros no campo, fora da cidade? Sabia que antigamente os outdoors tinham apenas seis metros de comprimento? Mas os carros começaram a passar tão depressa por eles que tiveram de espichar os anúncios para que pudessem ser lidos. (BRADBURY, 2020, p. 27).

Esses dois livros distópicos são alguns dos milhares que se dedicam a entender como será o futuro dessa sociedade que se alimenta do pensar alheio, isto é, quando analisamos os sistemas educacionais percebemos as imposições de uma gestão escolar pautada nos ideais capitalista, neoliberais, neoconservadores e gerencialistas e, conseqüentemente, não há

possibilidades de discussões democráticas e participativas no ambiente escolar. Nesse sentido, as distopias batem à porta desse país. Desse modo é necessário a conscientização do *eu* e do *mundo*. As escolas e todo o corpo docente devem ter a responsabilidade de promover e intervir em busca de uma educação de qualidade, pública, gratuita, crítica, libertadora, da emancipação e da transgressão. A nossa função enquanto professores é o incentivo ao ensinar para o além do que é ofertado pela Indústria Cultural. Ao corpo gestor, são prudentes as discussões e a implementação de uma gestão pautada nos conceitos democráticos e participativos, de tal modo que todos que compõem a escola tenham vozes nas discussões e nas tomadas de decisões.

Por conseguinte chegamos à conclusão, juntamente com os autores mencionados, de que é somente por meio de uma gestão democrática e participativa que se fundamenta uma efetiva organização do espaço escolar. Uma gestão participativa é aquela que tem em suas bases fundantes as características democráticas e conta com a participação de todos os membros da comunidade, sendo eles: os pais, os alunos, os docentes, os técnicos e os servidores. Desse modo, afirmamos que a gestão democrática e participativa auxilia no desenvolvimento infantojuvenil, pois entendemos que uma ativa condução da gestão possibilita uma melhor educação de qualidade. Assim sendo, compreendemos que:

[...] a escola é uma organização em que tantos seus objetivos e resultados quanto seus processos e meios são relacionados com a formação humana ganhando relevância, portanto, o fortalecimento das relações sociais, culturais e afetivas que nela têm lugar [...] Instituições escolares, por prevalecer nelas o elemento humano, precisam ser democraticamente administradas, de modo que todos os seus integrantes canalizem esforços para a realização de objetivos educacionais, acentuando-se a necessidade da gestão participativa e da gestão da participação. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 412)

Finalizamos este tópico entendendo que a gestão democrática e participativa é necessária para a promoção de uma educação de qualidade, isto é, aquela que preze pela comunicação entre todo o corpo acadêmico como é disposto em lei máxima no país. Assim sendo e tendo por bases os autores referenciados anteriormente, esses nos ajudaram a aprofundar nosso objeto de estudo. Por conseguinte, a análise de cada pensamento teórico nos possibilitará compreender como a gestão implantada na escola afeta e influencia no desenvolvimento infantojuvenil, como veremos no tópico seguinte.

### 3.2 ANÁLISES E RELAÇÕES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

*“A democracia participativa significa bem mais que pleitear o direito de assento nos espaços de negociação dos interesses públicos. Significa construir uma cultura política democrática fortalecida, em especial, pelo exercício da cidadania ativa”.*

(MARTINS *et al.*, 2014, p. 178-179).

Tendo em mente as discussões apresentadas no item anterior é cabível o estudo de como a gestão impacta o processo democrático e participativo nas instituições de ensino a partir das leituras dos trabalhos selecionados no ato do levantamento bibliográfico. Nesse sentido, compreendemos na seção anterior o que é a gestão democrática e a gestão participativa, mas ainda cabe entendermos as relações estabelecidas entre a gestão e o processo de desenvolvimento infantojuvenil no seio da escola por meio destes estudos escolhidos.

Uma questão muito emblemática sobre a Educação Básica são os impasses referentes às disputas pelos recursos públicos que são enviados às instituições educacionais, sejam elas públicas ou privadas, a fim de proporcionar, com esta verba, uma educação de qualidade. Esta qualidade educacional significa que “[...] não é ‘algo dado’, não existe ‘em si’ [...] É um conceito que nasce da perspectiva filosófica, social, política de quem faz o julgamento e dela é expressão” (SOUSA, 2008, p. 267). Desse modo, é importante considerarmos que:

A qualidade da educação e, portanto, sua qualidade social está diretamente relacionada ao Projeto Político-Pedagógico promovido, organizado, desenvolvido e avaliado no coletivo, a partir de processos de reflexividade da comunidade escolar, nos quais são utilizados os dados dos diferentes níveis de avaliação – de sala de aula, institucional e de larga escala ou de sistemas de ensino. (WERLE; SCHEFFER; MOREIRA, 2012, p. 28).

Por conseguinte, é possível vislumbrar que existem programas, tais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que são tão burocráticos que resultam na dificuldade do pleno exercício da cidadania do corpo acadêmico e gestor sobre a direção e coordenação das instituições de ensino (VIEIRA, 2015; ROGGERO; SILVA, 2021). Essas demandas burocráticas denunciadas por Roggero e Silva (2021) não promovem relações democráticas e participativas das ações da escola, isto é:

Esses dados revelam fortes contradições em relação ao que se entende por gestão democrática e participativa, assim como a continuidade de práticas de patrimonialismo e compadrio [...] no âmbito das relações entre escolas e comunidades, realidade que expõe o autoritarismo brasileiro e as dificuldades

de transformação social em direção à emancipação de velhos padrões e para autonomia. Mas esses processos ficam escamoteados e intrincados em procedimentos burocráticos. Aos supostos avanços em relação ao financiamento, em sua especificidade, na descentralização de recursos financeiros, não têm correspondido, portanto, práticas efetivamente inclusivas, participativas e democráticas. Até mesmo, os conselhos municipais e estaduais de educação não têm sido eficientes neste acompanhamento e orientações, talvez porque se mantêm muito descolados da realidade das escolas, funcionando não raro, como órgãos sem grande representatividade junto às suas comunidades. (ROGGERO; SILVA, 2021, p. 6).

Assim sendo, é perceptível que a escola é um campo de poder e que muitos anseiam a sua dominação para cumprimento de projetos relacionados aos seus ideais, tendo em mente as concepções e as imposições de políticas neoliberais e neoconservadoras, como visto no tópico anterior (FRIGOTTO, 2003; HYPÓLITO, 2019). Pois bem, uma crítica muito forte sobre a atual educação brasileira é que a mesma se vê aliada e alinhada com o setor de empreendedorismo e do *coach* e, que de tal modo, utilizam-se de discursos democráticos e participativos para a manutenção de ações *empreendedoras* e *positivas* do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, estas práticas não se preocupam de fato com as ações democráticas e participativas, isto é, maquiagem a educação para o bel benefício (LUCENA; CENTURIÓN; VALADÃO, 2014). Por essa questão, Ferreira, Leite e Corrochano (2015, p. 8) afirmam que existe na escola, como em qualquer outra instituição de poder e de disputas de forças, uma “[...] produção da homogeneização, com sufocamento dos processos inventivos, fica presa ao modelo de gestão burocrática, autocrática [...] inibindo, assim, o nascimento de uma nova cultura política emancipatória [...]”.

Posto isso e a partir da reflexão feita anteriormente podemos enfatizar que, mesmo com a proposição de políticas de descentralização dos financiamentos dispostos para a educação, as escolas vêm-se como que embriagadas e abarcadas a manutenção das contradições existentes no sistemas educacionais e que impactam ativamente no modelo de implementação da gestão educacional e que, conseqüentemente, afetam os indivíduos participantes das instituições em todo seu caminho de desenvolvimento (MENDONÇA, 2001; ROGGERO; SILVA, 2021).

Outra emblemática atual e viva desses embates é que esses recursos vêm sendo transferidos para a rede privada com a alegação e conformação da lógica neoliberal e neoconservadora sob a educação pública. Essa realidade irá resultar numa série de ações para a desmobilização da educação pública e gratuita e o crescente aumento da implementação da gestão do Terceiro Setor com as Organizações Sociais (OS) e a militarização das escolas públicas sob domínio da administração escolar. Essas situações demonstram o descompromisso com as políticas públicas e sociais a fim de não garantir o que é proposto como direito legal na

CF/1988 e na LDB/1996 (FILIPE; BERTAGNA, 2015; SOUZA; FLORES, 2017).

Nesse sentido, há ainda outra demanda infiltrada nas escolas públicas com ênfase para o seu desmonte. Esse desígnio tem em mente as políticas educacionais pautadas no conceito de financeirização. Essa terminologia que:

[...] representa uma alteração na configuração do sistema capitalista, que **enxerga a educação como mercadoria a ser comercializada, defende a lógica da eficiência e da competição à moda empresarial**; estimula a concorrência e a privatização, por meio de avaliações em larga escala (que não referem as especificidades do processo educacional) e ranqueamentos inúteis à melhoria da qualidade da educação (visto que não alcançam os avanços esperados desde que criados); controla a produção do conhecimento por meio das demandas muito específicas dos setores produtivos (com pouco financiamento e condições de trabalho adversas e questionáveis); pressiona o sistema público a diminuir os gastos com a educação, argumentando pela eficácia e desconsiderando as desigualdades sociais nacionais e regionais); e direciona a implementação de uma política compensatória para diminuir a tensão social e conter conflitos, mas não diminuir as desigualdades. (ROGGERO; SILVA, 2021, p. 7, grifo nosso).

Nesse viés, a educação está sendo transformada e moldada a ser mercadoria do sistema capitalista (CLEMENTE, 2015), promovendo aos educandos uma não educação para a transformação e sua emancipação, pelo contrário, irá pontualmente incentivá-los a uma educação como Roggero e Silva (2021, p. 9) denunciam baseada na “[...] importância dada aos resultados e à busca da eficiência a qualquer custo [...] A educação é mensurada e regulada como uma mercadoria e submetida à política econômica, como nunca antes, em benefício do mercado”.

Desse modo, a educação sofre sérios riscos de perder o seu propósito enquanto ferramenta oriunda do ser humano para se tornar instrumento de comercialização e capitalização de recursos, isto é, uma educação *bancária* que desvirtua a proposta inicial de sua criação (FREIRE, 2022b), como já estamos avistando nos seios das escolas brasileiras. Assim sendo, a nossa diferenciação com os demais seres vivos é que nos dispusemos a apresentar “[...] atividade humana intencional que envolve formas de organização, objetivando a produção dos bens necessários à vida humana” (ANDERY, 2006, p.11). Nesse viés é possível assimilar que, enquanto indivíduos pensantes, é incompreensível a alienação referente ao propósito da educação e da escola, como também a aceitação desses preceitos liberais.

Destarte, só é possível compreender as implicações de uma educação democrática e participativa quando levamos em conta o histórico do país, isto é, as desenvolturas do papel da educação com o passar do tempo. Dessa maneira, Martins *et al.* (2014, p. 155) dialogam que o

Brasil “[...] constituiu-se dentro de uma tradição patrimonialista, cultivando relações corporativas com grupos privilegiados e excluindo a grande maioria das pessoas. Desde os primórdios da nossa história política, o povo é mantido à margem do sistema político”.

Por esse motivo devemos levar em conta todo esse processo histórico e social das organizações das escolas, pois as mesmas impactam no desenvolvimento sócio, histórico e cultural da instituição e de seus propósitos. À vista disso, por séculos a educação foi guiada para subsidiar uma alta classe econômica do país, a fim de garantir a implementação de uma educação elitista e exclusiva às classes abastadas e uma educação tecnicista para os oprimidos, de tal modo a servirem como mão de obra ao capital (SAVIANI, 2019). Essa situação resgata a manutenção das divisões sociais, econômicas e culturais sob o povo brasileiro. Conforme Dale (2004), o autor apresenta quais são os impactos da globalização na educação, de tal maneira a dar continuidade às políticas restritivas e conservadoras. Assim ele discute que “A ‘globalização’ é frequentemente considerada como representando um inelutável progresso no sentido da homogeneidade cultural [...]” (DALE, 2004, p. 424).

Segundo Santos (2002, p. 27), o autor define a globalização como sendo “[...] um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro [...]”. Por isso é fundamental a luta contínua de toda sociedade pela implementação de uma gestão democrática e participativa (BÔAS, 2018) nas instituições de ensino, para que seja possível barrar essas políticas de homogeneização da nação, haja visto que:

Mesmo que o princípio da gestão democrática da educação pública esteja garantido nos instrumentos legais, considera-se que o seu processo de materialização é contraditório, lento e atravessado por conflitos, avanços e retrocessos, pois ainda se vivenciam práticas autoritárias e clientelistas do mandonismo local e regional e da hegemonia da elite sobre as classes populares (CARDOZO; COLARES, 2020, p. 6).

Afirmamos com base nos teóricos analisados anteriormente que a solução de um assentado desenvolvimento infantojuvenil será a partir da concretização de fato da gestão democrática e participativa (SILVA, 2014a; PARO, 2016; BÔAS, 2018), para que se promova o respeito às múltiplas culturas, saberes, conhecimentos e o impedimento da lógica neoliberal no campo educacional. Por esse caminho nos propomos a acreditar que a educação e mais propriamente:

A democratização da gestão pressupõe o envolvimento e a participação dos

atores educacionais, bem como a descentralização de processos. Ela permite, entre outras finalidades, cooperação de atividades, responsabilizar o coletivo e somar outros esforços na condução das instituições de ensino, que não podem ser ditadas por regras externas [...] (COLARES; SOARES. CARDOZO, 2021, p. 5).

Desse modo, para que ocorra o desenvolvimento infantojuvenil e de sua aprendizagem seria necessário que a escola buscasse “[...] possibilitar que o ambiente escolar seja propício e aberto para que a comunidade se sinta estimulada a participar [...]” (COLARES; BRYAN, 2014, p. 185). Assim a escola, sendo uma *espécime* ativa no processo de desenvolvimento e aprendizagem infantojuvenil, e em conjunto com a sociedade lutem pela “[...] defesa da escola pública e das práticas inclusivas e democráticas [...] A luta pela viabilização de enfraquecimento das reformas empresariais constitui-se como pauta necessária para barrar essa ideologia, a qual objetiva ofertar uma escola pobre para os pobres” (SILVA; SILVA; SANTOS, 2020, p. 14).

Nesse sentido, é sabido que para esse desenvolvimento integral ocorrer é preciso que se suceda uma educação pautada nos princípios democráticos e participativos, de tal modo como estamos analisando. Por isso, segundo Souza (2017b, p. 66-67) “[...] a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar é primordial para que a escola desenvolva e execute suas ações com um caráter democrático”.

Outro debate permeia uma educação baseada nos princípios democráticos e participativos é a educação inclusiva, ou seja, a inclusão de pessoas com deficiência nos espaços escolares. Sob este assunto, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) (BRASIL, 2009) afirma que esses cidadãos são: “[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

Neste mesmo documento é redigido sob quais são os princípios gerais que esses indivíduos devem ter para a plena participação e inclusão na sociedade, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, entre outros. Outro documento que se associa ao CDPD e que irá legitimar os direitos desses cidadãos é a Lei nº 13.146/2015, que apresenta o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Desse modo, a educação democrática e participativa deve ter enquanto foco:

A escola como espaço de reconhecimento da diversidade e da educação como direito humano está desafiada à construção de um sistema educacional inclusivo e, ao mesmo tempo, disposta ao diálogo com outros setores da sociedade, como processo de reflexão e prática, que possibilita efetivar

mudanças conceituais, políticas e pedagógicas, coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito de todos à educação, preconizado pela Constituição Federal de 1988. (BORGES; PEREIRA, 2016, p. 568).

[...] as escolas são formas sociais que ampliam as capacidades humanas, a fim de habilitar as pessoas a intervir na formação de suas próprias subjetividades e a serem capazes de exercer poder com vistas a transformar as condições ideológicas e materiais de dominação em práticas que promovam o fortalecimento do poder social e demonstrem as possibilidades de democracia. (GIROUX; SIMON, 1995 *apud* BORGES; PEREIRA, 2016, p. 569).

Assim sendo, é possível compreender que a gestão não se faz somente no escopo da direção escolar. Isto posto, Bertineti (2014, p. 65) explica que pensar a escola “[...] é fazer com que a vida dos seres humanos que passam por ela torne-se mais significativa, digna, justa e humana. Nesse sentido, gestão precisa ser vista para além do ato de dirigir e administrar”.

Por conseguinte, ao defender uma educação pautada na gestão democrática e participativa, é possível falar em “[...] trabalho cooperativo, em que buscamos realizar interesses coletivos e individuais, onde haja o comprometimento dos envolvidos e ocorra uma parceria entre todos os segmentos que compõem uma realidade escolar [...]” (BERTINETI, 2014, p. 67). Assim, compreendemos que a gestão escolar pautada nos ideais democráticos e participativos afliu a melhor comunicação na escola entre os envolvidos no processo formativo e a consolidação do desenvolvimento integral infantojuvenil.

Por fim, em virtude da análise e estudo do levantamento bibliográfico, foi possível verificar nas leituras que a gestão se faz presente para além do corpo gestor, isto é, a gestão democrática e participativa está em todos os espaços da escola e todos estão envolvidos nesse processo da formação da criança e do adolescente. Tendo em mente que o objetivo desta pesquisa é analisar como o princípio constitucional da gestão democrática e participativa influencia no desenvolvimento dos discentes infantojuvenis, aferimos que, nos textos selecionados, a gestão democrática e participativa é baseada nos princípios democráticos e participativos aos quais promovem um maior desenvolvimento sócio-histórico e cultural dos envolvidos, obtendo as múltiplas aprendizagens de modo significativo.

Neste sentido, é na educação pública que esses preceitos serão ampliados e continuados, dado a importância da conservação e da manutenção do repasse financeiro às essas instituições. Outro embate dialogado neste subcapítulo, a partir dos estudos selecionados, foram as denúncias sobre as variadas políticas neoliberais que anseiam promover a privatização das escolas públicas, tendo como objetivo central a ascensão das políticas de mercado no seio escolar. Em seguida, foi observado que uma educação e uma gestão democrática e participativa

devem estar atenta às necessidades dos indivíduos, tendo em mente as políticas inclusivas para afirmação da cidadania da criança e do adolescente em todo o contexto social, haja visto que é a partir da democratização da educação que os cidadãos terão possibilidade de se desenvolverem em diversos aspectos sociais, motores e assim sucessivamente, enquanto sujeitos de direitos.

Posto assim, aferimos pelas análises estudadas que a gestão democrática e participativa aflui um melhor desenvolvimento infantojuvenil, uma vez que a mesma está atenta às demandas de todos partícipes do processo educacional. Dessa maneira, esta gestão terá em suas bases o princípio democrático e participativo a fim de resultar numa educação de qualidade, laica, gratuita e universal.

## 4 GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTOJUVENIL

Neste capítulo apresentaremos como se consolida a gestão democrática e participativa na prática pedagógica para que ocorra o processo de desenvolvimento infantojuvenil. Assim, dividimos esse capítulo em duas partes. A primeira irá abordar a formação humana enquanto fomento para o desenvolvimento integral infantojuvenil. Num segundo momento abordaremos as garantias para a promoção de uma educação democrática e participativa baseada nos textos selecionados no ato do levantamento bibliográfico.

### 4.1 A FORMAÇÃO HUMANA ENQUANTO FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL INFANTOJUVENIL

*“Na verdade, após anos de magistério, a escola transformou você num indiferente. Com o passar do tempo o desencanto tomou conta da sua vida. A escola e os anos de prática docente te transformaram num operário”.*  
(TENÓRIO, 2020, p. 132).

Ao observar a epígrafe acima, notamos que existem embates no que tange ao cotidiano dos professores, isto é, essa classe se encontra com inúmeros problemas de saúde decorrente da sala de aula e das obrigações impostas arbitrariamente pelo Estado (FERREIRA; LEITE; CORROCHANO, 2015). O grande debate que sugerimos é que, a partir da existência e da propagação de uma efetiva gestão democrática e participativa, poderemos fomentar o desenvolvimento integral infantojuvenil. Por isso, é fundamental discutirmos como uma gestão democrática e participativa corrobora na promoção do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, como também facilita a organização da escola e conseqüentemente num vantajoso trabalho docente.

Por conseguinte, pensamos numa educação para a libertação, para a emancipação e para a transgressão do sujeito, tendo por intuito possibilitar que crianças e jovens pensem e analisem criticamente a sua realidade e a de outros, isto é, ponderar sobre os impasses da sociedade brasileira. Quando essa educação tem como objetivo a transformação, é possível ter um ensino que vai para além de conteúdos e da sala de aula, ou seja, uma educação de qualidade. Essas afirmações nos levaram para uma pedagogia do amor, isto é, a pedagogia que ensina o indivíduo que tem que se libertar da opressão dos opressores, ou melhor, da classe dominante e

hegemônica. Freire (2022b, p. 98) discute que: “A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”.

Por isso, buscamos no renomado patrono da educação, Paulo Freire (2021, 2022a, 2022b), fundamentos de educação e mais propriamente sob o processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento dos educandos. Segundo o patrono da educação afirma-se que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2021, p. 24). E continua dialogando que a práxis é a “[...] reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação” (FREIRE, 2022b, p. 127). Desse modo, observamos o quanto a educação tem um caráter singular e é essencial para a formação e o desenvolvimento do indivíduo.

Tendo esse parecer de educação, Paulo Freire (2022b) afirma que a educação não pode ser bancária, uma vez que sendo esta propagada, a educação será considerada como a de contradições e da hipocrisia, que não leva em conta o educador e muito menos o educando. Sobre isso, o autor afirma que essa visão bancária da educação, ou seja “[...] a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2022b, p. 80). Ainda sob esse paradigma, o pensador assegura que:

Na concepção "bancária" que estamos criticando, para qual educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da "cultura do silêncio", a "educação" "bancária" mantém e estimula a contradição. (FREIRE, 2022b, p. 82).

Não é de estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que eles são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. (FREIRE, 2022b, p. 83).

Tendo esse embasamento em mente, o autor afirma que só teremos um processo de ensino e aprendizagem para efetivar o desenvolvimento quando garantimos que: “Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também” (FREIRE, 2022b, p. 81).

Ao questionar os caminhos que a educação brasileira segue assumindo, sendo elas: as políticas neoliberais, as políticas neoconservadoras e as políticas gerencialistas, o mesmo assevera que “Na verdade, o que pretende os opressores ‘é transformar mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime’, e isto para que, melhor adaptando-os a uma situação, melhor os dominem” (FREIRE, 2022b, p. 84). Desse modo, a transformação que o educador anseia somente ocorrerá a partir das reivindicações, da luta e da união dos oprimidos frente às imposições dos opressores, tendo em mente a conquista por uma educação de qualidade pautada nos preceitos democráticos e participativos.

Em relação ao ser humano, Freire (2021) amplia as discussões sobre como somos um “[...] ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento” (FREIRE, 2021, p. 50). Assim sendo, enquanto docentes é preciso a compreensão de que “[...] estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2021, p. 57), isto é, não há indivíduo que consiga se desenvolver sem as múltiplas e distintas relações e interações humanas. Assim sendo é preciso compreender que:

É na inclusão do ser, que se sabe como tal, que se funde a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inclusão de que nos tornamos conscientes. E que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança. (FREIRE, 2021, p. 57).

Por conseguinte, Paulo Freire (2021) apresentou em sua obra como o ser humano e, mais especificamente, o indivíduo brasileiro se desenvolveu culturalmente, apesar dos limites impostos, ao aprender e ao se discorrer na solidão. Por isso, ele traz questões essenciais sobre o silenciamento da nação brasileira. Nesse sentido, selecionamos alguns embates sobre esse silenciamento dos cidadãos, ou melhor, o silenciamento que é algo construído e que virou situação frequente sob a cultura nacional. Freire (2022b) afirma que por muitos anos, desde a invasão em nosso país e do genocídio dos povos originários, o Brasil se manteve em silêncio, ou melhor, ele não apreendeu a se manifestar e a se impor frente aos desafios. Freire (2022a, p. 91) garante que “A nossa colonização foi, sobretudo, uma empreitada comercial. Os nossos colonizadores não tiveram - e dificilmente poderiam ter tido - intenção de criar, na terra descoberta, uma civilização. Interessava-lhes a exploração comercial da terra”.

Tendo como análise o trecho acima, percebemos o quanto a nação brasileira foi tratada com descaso pela metrópole portuguesa, que no nosso caso somente ansiava, em sua maioria,

pelo que o Brasil poderia oferecer em termos de riquezas materiais, tais como: o pau-brasil, o açúcar, o ouro e assim sucessivamente. Assim sendo, o povo brasileiro concebeu algumas características culturais em resultado desta invasão e do ocasionado genocídio em massa. Freire (2022b) dialoga que é:

[...] o 'mutismo' brasileiro. As sociedades a que se negam o diálogo - comunicação - e, em seu lugar, se lhe oferecem 'comunicados', resultantes de compulsão ou 'doação', se fazem preponderantemente 'mudas'. O mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta que falta teor marcadamente crítico. (FREIRE, 2022b, p. 94).

Desse modo, compreendemos que foi a partir de todo o histórico sanguinário e violento que construiu esse povo que aqui se organiza. E é triste pensarmos que essas violências também se manifestam no espaço escolar. Por isso, nossa ênfase se dá na dialogicidade e na transformação desta educação do silenciar e antidemocrática. Nesse impasse, há questões referentes à disposição das políticas democráticas, em outros termos, é preciso considerar esse passado horripilante e conspirador. Por isso, o educador diz que:

Realmente o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas as experiências democráticas. O sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatório, a base da exploração econômica do grande domínio, em que o 'poder do senhor' se alongava 'das terras às gentes também' e do trabalho escravo inicialmente do nativo e posteriormente do africano, não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro. (FREIRE, 2022a, p. 90-91).

Nesse sentido, trazemos todas essas reflexões que impactam também o contexto que se configura a escola brasileira. As nossas instituições carregam as marcas das chibatadas de um povo silenciado e que foi renegado a sua própria história. Assim sendo, aprendemos com Bell Hooks (2013) o significado de uma educação para a transgressão e uma educação em que todos possam apreender. Segundo a autora, ela caracteriza a educação como: “A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (HOOKS, 2013, p. 25). Desse modo, percebemos que a educação tem um papel fundante em apresentar os distintos e múltiplos saberes. A escola é um campo de muito poder e isso é essencial para a promoção de uma educação de qualidade. Sob esse assunto Foucault (1984) diz que:

[...] Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que

se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, ou uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. (FOUCAULT, 1984:XIV *apud* JARDIM, 2006, p. 105).

Esse é um princípio muito importante na sociedade do capital e por isso é tão significativa entender que o próprio conhecimento é também ferramenta do poder. E esse destaque se vale de um autor bastante conhecido no campo filosófico: Platão. Quando este afirma que os homens viam através de sombras, quer questionar sobre o que de fato conhecemos e observamos. Ele nos convida a conhecer e a buscar a luz, mesmo que essa lhe seja causa de dor. Por assim dizer devemos assimilar os diversos conhecimentos, ou seja, temos que atingir ao mundo inteligível e por isso não há motivos para a volta e a continuidade ao plano sensível (MARCONDES, 2000).

Essa ilustração é relevante para nós educadores, uma vez que temos de cultivar uma indescritível vontade de aprender as coisas e o todo, pois temos a obrigação de compreender que o saber é infinito. Vale o destaque que esse debate não é exclusivo somente deste campo do saber, mas também está envolvido com os distintos tipos de gestões que são implementadas nas instituições e como essas questões afetam o/no desenvolvimento dos indivíduos (MARCONDES, 2000).

Sob este assunto, é necessário mencionarmos o fundador da filosofia: Sócrates. Esse filósofo foi um verdadeiro incômodo para o povo grego. Ele assumia quem era e por isso não aceitava o comodismo. Sócrates construía o seu saber a partir do diálogo, sendo formado a partir da ironia/crítica, ou seja, com a desconstrução da argumentação e, com a maiêutica, isto é, com a reconstrução e a síntese das ideias (CHAUÍ, 2000).

Assim sendo, pensamos que nossas gestões devam partir da filosofia do diálogo, da construção e da reconstrução do saber, tendo em vista que o maior conselho que o filósofo nos repassou é *Conheça-te a ti mesmo* (CHAUÍ, 2000). Por isso é fundamental a criação e manutenção da *carteira de identidade da escola*, ou seja, o projeto político pedagógico ou curricular, como alguns autores preferem intitular, para apresentar as características, ideais e especificidades da escola. Um destaque importante deste documento é que o mesmo é ferramenta essencial para a promoção da gestão democrática e participativa.

Sob esse documento, Libâneo, Oliveira Toschi (2012) dizem que “O projeto pedagógico-curricular é um documento que expressa as intenções, os objetivos, as aspirações

de um processo de escolarização e inclui a proposta curricular” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 426).

Assim sendo, pensar o desenvolvimento integral da criança e do adolescente é conceber a ambos enquanto sujeitos históricos e de direitos, aos quais devem ter acesso a uma educação de qualidade que se paute numa política democrática e participativa. Ao analisar a formação humana, é possível compreender que enquanto sujeitos críticos, históricos e sociais, estamos envolvidos com toda a *agremiação* e, que por isso, é de direito uma educação que nos leve a um desenvolvimento e aprendizagem significativa. Assim, concordamos com Cury (2005, p. 5) quando o mesmo afirma que: “O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural”. Desse modo, a educação não é doação, ela é direito conquistado constitucionalmente a partir de muita luta e sangue derramado. Sendo assim, no próximo subcapítulo verificaremos as garantias que esta gestão democrática e participativa promove nas instituições de ensino a partir da análise dos textos selecionados no levantamento bibliográfico.

#### 4.2 GARANTIAS DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

*"[...] é na escola que vivemos as experiências germinais de nossa convivialidade. Como somos seres sociais e políticos em essência, na escola vemos despertar nossas inclinações mais genuína a esse respeito".*  
(LOBOSCO, 2009, p. 21).

Quando pensamos numa educação baseada nos preceitos democráticos e participativos compreendemos que o conhecimento é o “[...] aprendizado como revolução” (HOOKS, 2017, p. 10), isto é, a educação tem o compromisso com a sociedade em atuar ativamente no desenvolvimento e nos processos de aprendizagem dos cidadãos. Nesse sentido, é fundamental que no espaço escolar haja: “A prática do diálogo [...] um dos meios mais simples com que nós, podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças” (HOOKS, 2017, p. 174).

Outro aspecto fundante para a promoção de uma educação para a transformação e a emancipação das crianças e dos adolescentes é entender que a escola tem suas limitações e que, por esse motivo, o poeta Fernando Pessoa (2019, p. 16), declamou a nós, seres humanos, que:

"Sabemos bem que toda obra tem que ser imperfeita, em que a menos segura das nossas contemplações estéticas será a daquilo que escrevemos. Mas imperfeito é tudo [...]". Por isso, a necessidade de compreendermos o papel do educador no processo formativo, ou seja, "Professores são diferentes. São seres capazes de professarem-se ao mundo, revelarem-se. São capazes de deixar sua alma à flor da pele" (LOBOSCO, 2009, p. 18). Assim, tendo esses dois pontos de vista, é possível vislumbrar que a ação docente é imperfeita pois entende-se que não há nada perfeito, entretanto, educadores e educadoras se empenham para fomentar uma educação de qualidade para seus educandos.

Nesse entremeio, como já mencionamos anteriormente, este tópico está baseado nas leituras selecionadas no ato do levantamento bibliográfico para a sua explanação, de tal modo a compreendermos quais são as garantias que uma educação democrática e participativa prevê no seio escolar para que ocorra o integral desenvolvimento infantojuvenil.

Assim sendo, um aspecto importante para a compreensão de como ocorre o desenvolvimento da ação educativa e pedagógica é essencial que o docente entenda "[...] que é fundamental o trabalho coletivo, a pesquisa como suporte para o pedagógico e, ao mesmo tempo, mediação e espaço formativo" (CARVALHO; MANGIALARDO, 2020, p. 6).

Ao analisarmos no tópico anterior como ocorre esse processo de desenvolvimento, foi possível verificar que deve haver a participação de toda a sociedade, a fim de que todos compreendam a "[...] democracia pela prática da participação. Aprendendo democracia pela experiência da decisão, da crítica, da denúncia, do anúncio" (FREIRE, 1994, p. 140). Por assim dizer, podemos afirmar que a base da educação deve ser o "[...] educar em direitos humanos é fundamental porque tanto é uma garantia de que o direito à educação se materialize, quanto salvaguarda que, por meio desse direito, seja aperfeiçoada e protegida a democracia num país" (LIMA; SILVEIRA, 2016, p. 49).

Ao concebermos a educação enquanto agente da transformação social e cultural, é preciso levar em conta que a mesma possibilita a ascensão aos conhecimentos e saberes para além do disposto pela indústria cultural e das maquinações dos ideais capitalistas. Por esse viés, Dallari (2016, p. 18) apresenta que a educação baseada nos princípios democráticos e participativos dá aos cidadãos: "[...] um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social".

Neste sentido, o ambiente educacional é um local para a promoção dos saberes para além daquilo que está disposto socialmente e culturalmente, ou melhor, a educação tem um

compromisso com a formação social do indivíduo a fim de ajudá-lo a engendrar sua cidadania e atuar como agente social na sociedade. Desse modo, Santos, Lima e Vale (2020) apresentam que:

A escola, enquanto ambiente de aprendizagem de valores democráticos, é produtora de capital social por meio do desenvolvimento de uma cultura cívica que fortalece laços de solidariedade e, como consequência, faz os sujeitos confiarem nas pessoas e nas instituições; dessa forma, contribuem para o desenvolvimento da capacidade associativa, da cooperação mútua, da construção de redes e de relações de reciprocidade. (SANTOS; LIMA; VALE, 2020, p. 14).

Outro embate que apontamos é que tendo em vista a promulgação da CF/1988 e da LDB/1996 a nossa base educacional tem que ser alicerçada nos princípios democráticos e participativos. Esse âmago é obtido para afirmação das políticas públicas e sociais, a fim de possibilitar que todos os indivíduos participem ativamente na democracia estabelecida. Nesse sentido, a educação em todos os seus panoramas deve estar:

[...] voltada para a humanização, pensada na perspectiva de construir uma sociedade capaz de assegurar direitos sociais, políticos, econômicos, culturais; visando à superação das desigualdades sociais, o exercício da justiça e da liberdade, a preservação ambiental, a constituição de referenciais éticos como a cooperação e a solidariedade. (ANGELUCCI; WATABE; BRANDSTATTER, 2018, p. 483).

Levando em consideração a citação supracitada sobre o papel da educação enquanto humanizadora, reiteramos o compromisso social e cultural que a educação tem com a sociedade. Esta nossa sociedade é pautada nos direitos consolidados pela luta democrática e por isso:

[...] se espera que a educação seja de fato um processo de humanização, é preciso que ela se torne mediação que viabilize, que invista na implementação dessas mediações mais básicas, que são as mediações práticas, de modo a contribuir para que elas se efetivem em suas condições objetivas reais. (SEVERINO, 2006, p. 309).

Ao captarmos o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente é preciso analisar suas vulnerabilidades, isto é, observar o contexto social, cultural, histórico e econômico, com o objetivo de possibilitar a preconização de uma educação humanizadora e que esteja atenta às necessidades dos indivíduos. A escola, neste sentido, não pode fazer esses discentes se sentirem “[...] condenados, nem culpados, mas acompanhados nos tenos percursos de sua formação” (ARROYO, 2011, p. 153). Assim, segundo Idelbrando (2019) é notório:

Entender o significado dessas dificuldades no interior da escola é, com efeito, fundamental para os educadores. Mas, ao questioná-los sobre tal, é possível que fiquem reféns de algum aspecto tido como especial para eles. Possivelmente, os professores entenderão «as necessidades dos alunos» como sendo carências próprias de alunos especiais, ou mesmo ausência de políticas de atendimento, podendo tais necessidades serem também concernentes a aspectos objetivos materiais, ou afetividade, ou ainda, consumo dos conteúdos desenvolvidos pela escola, aqueles memorizados e reproduzidos. No entanto, uma porcentagem menor de educadores terá entendido essas necessidades, nos processos de ensino e aprendizagem, sob as dimensões do desenvolvimento pleno do cidadão, bem como da construção de ferramentas que serão imprescindíveis para as lutas sociais que os alunos enfrentarão, seja no presente, seja no futuro. Se a escola não entender este aspecto, as lutas continuarão como estão, desiguais. (IDELBRANDO, 2019, p. 9).

Por conseguinte, a inclusão é um aparato essencial e vital para o efetivo desenvolvimento integral infantojuvenil. A educação inclusiva se constitui “[...] como instrumento de transformação dos atores sociais envolvidos na prática educacional; professores, alunos, familiares e gestores escolares” (SILVA, 2018a, p. 56) e também é preciso que “[...] para uma educação inclusiva a escola deve não só reconhecer as diferenças, mas fazer com que todos participem dos processos decisórios” (SILVA, 2018a, p. 58). Por isso, a escola deve promover em todos os âmbitos a “[...] inclusão democrática e o pluralismo [...] pois uma forma distribuída de liderança parece refletir melhor o caráter integrador e participativo das burocracias governamentais [...]” (CARVALHO; SOBRAL; MANSUR, 2020).

Pensar numa educação democrática e participativa é considerar todos os participantes do meio educacional estejam incluídos no processo formativo de ensino e aprendizagem, porque essa política educacional prevê “[...] a garantia da equidade no processo educacional, fazendo avançar a responsabilidade da escola com a promoção da cidadania” (DUTRA; GIBROSKI, 2001, p.1).

Outro aspecto fundamental para a efetivação da gestão participativa é a comunicação entre todos os indivíduos do processo formativo, desde os funcionários do corpo que compõem a escola, passando pelos docentes e seus assistentes, até os educandos e afins. Por isso, Almeida e Bueno (2021) afirmam que é necessário que haja a escuta e a valorização do que os funcionários digam, pois, esse servidor “[...] pode trazer importante contribuição para tornar a instituição educativa em um espaço de aprendizagem coletiva, pois permite a aproximação entre o discurso pedagógico e a dinâmica cotidiana da vida escolar” (ALMEIDA; BUENO, 2021, p. 10).

Por conseguinte, a escola enquanto espaço de formação e desenvolvimento dos

múltiplos saberes e culturas é:

[...] um ambiente educativo no qual a aprendizagem ocorre em diferentes espaços, é importante destacar o papel dos funcionários que, nos horários de fluxo, ficam em locais estratégicos: o portão nos horários de entrada e saída e os corredores nos horários de intervalo, por exemplo. Assim, as necessidades da comunidade, os anseios dos alunos, em grande medida, chegam a esses profissionais que, às vezes, orientam; em outras, encaminham; em outras, ainda, consolam aqueles que necessitam de um ombro amigo. Nesse contexto, o funcionário tem potencial para contribuir com a construção de uma visão positiva ou negativa da escola. (ALMEIDA; BUENO, 2021, p. 15).

Quando pensamos como a escola está envolta de ideais exacerbados e intencionalmente *positivos*, sendo que esta positividade está associada ao que Byung-Chul Han discute em *Sociedade do Cansaço* (2017), isto é, o autor dialoga que: “É bem verdade que os adoecimentos neurais do século XXI seguem, por seu turno, sua dialética, não a dialética da negatividade, mas a da positividade. São estados patológicos devidos a um exagero de positividade” (HAN, 2017, p. 14). O escritor também afirma que essa situação impõem “A violência da positividade não pressupõem nenhuma inimizade. Desenvolve-se precisamente numa sociedade permissiva e pacificadora” (HAN, 2017, p. 19) gerando o seguinte contexto “A positivação do mundo faz surgir novas formas de violência” (HAN, 2017, p. 19). Observa-se que esse tipo de pensamento começa a englobar as instituições de ensino fazendo-as fixarem e se preocuparem não com o processo de ensino e aprendizagem dos discentes e sim com as potencialidades e habilidades que os mesmos devem atingir para satisfação das políticas de mercado e das avaliações em larga escala. Nesta sequência e ao refletir sobre as concepções, é possível considerar os discursos por trás da prática do *coaching* no ambiente escolar, isto é, a “[...] otimização na administração de tempo e no rendimento da equipe; aumento no índice da própria qualidade de vida; pessoalmente, viriam a ser profissionais mais eficazes, assertivos [...]” (BIRCK; ZILLOTTO, 2017, p. 168).

Sobre o processo de democratização na escola, há embates para a sua consolidação. Esse processo acaba gerando dicotomias como afirma Idelbrando (2019). A autora dialoga que:

[...] existe um grande número de escolas que, no desenvolvimento deste processo de democratização, ainda se encontram orientadas por ações tradicionais, expondo os jovens a horários rígidos, a serem ouvintes passivos em sala de aula, copistas de lousa, entrincheirados em carteiras enfileiradas, reféns de livros didáticos, tarefeiros de lições repetitivas, muitas vezes, sem sentido e avaliados burocraticamente, de forma que este conjunto de condutas os insiram em um sistema macroeconômico que os manterão em um determinado lugar social. Por outro lado, há inúmeras escolas que se

encontram bem desenvolvidas no que se refere ao processo de democratização e que promovem experiências de valorização da participação com voz e vez, com opinião, tomada de decisões, divisão de trabalho e de poder, ação e construção cooperativa e social do conhecimento muito especialmente pela pesquisa como base da Educação. Mediante essas últimas ações citadas, não se pode pensar que a denominação «escola democrática» tenha se tornado um adjetivo. (IDELBRANDO, 2019, p. 20).

Assim sendo, a proposição de uma educação pautada em preceitos democráticos e participativos se efetiva quando se propõem o que é afirmado categoricamente por Freire (2001), em que ele diz:

[...] Proponho e defendo uma pedagogia crítico-dialógica, uma pedagogia da pergunta. A escola pública que desejo é a escola onde tem lugar de destaque a apreensão crítica do conhecimento significativo através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar; onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber crítico, mediados pelas experiências no mundo. (FREIRE, 2001, p. 83).

Também é assertivo que a educação se pautar no: “[...] livre fluxo das ideias, permitindo às pessoas o acesso à informação; a fé na capacidade individual e coletiva; uso da reflexão e da análise crítica para avaliar ideias, problemas e políticas [...]” (HORA, 2007, p. 52). Assim sendo e com essa criticidade no ambiente educacional, a criança e o adolescente poderão contemplar e efetivar seus direitos legais.

Por fim, captar a importância dessas ações para a promoção de uma educação comprometida com o processo formativo da criança e do adolescente nos faz pensar e assegurar que somente a partir do cumprimento da lei maior, isto é, da CF/1988 e da LDB/1996 e sob o decreto de uma gestão democrática e participativa que poderemos ofertar ambientes de desenvolvimento e aprendizagem significativas aos discentes. Todos que estão envolvidos na instituição tem compromisso com o processo de ensino e aprendizagem. Assim é possível afirmamos que:

A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável e maior aproximação entre professores, alunos e pais. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 450-451).

Chegamos ao fim deste item atestando, categoricamente, que a gestão escolar impacta no processo de ensino e aprendizagem infantojuvenil para o desenvolvimento integral dos indivíduos-cidadãos. Assim, como Hooks (2017, p. 28) dialoga que deve haver uma pedagogia

engajada, isto é uma pedagogia que dá “[...] ênfase ao bem-estar. Isso significa que os professores devem ter o compromisso ativo com um processo de autoatualização que promova seu próprio bem-estar”. Em outro momento, a autora afirma que “Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos” (HOOKS, 2017, p. 35). Neste sentido é essencial a participação de todos os pares para a consolidação desta política pública, isto é, a gestão democrática e participativa implementada nas instituições de ensino.

Nesse viés e a partir do resgate das leituras e autores citados neste subitem, é possível compreender que existem diversas garantias para uma educação de qualidade que se pautem na visão e nos princípios democráticos e participativos, em vista que esses ideais promovam uma educação atenta ao contexto sócio, histórico e cultural de cada cidadão, sendo assim uma educação que está vigilante as necessidades de cada educando. Ao compreendermos as limitações humanas em relação a nossa imperfeição, foi possível assinalar que a prática pedagógica só é viável por meio do pleno diálogo, de modo que assim haja o completo desenvolvimento infantojuvenil, isto é, a partir desses preceitos legais é possível que se obtenha uma educação humanizadora, acolhedora e respeitosa com cada criança e adolescente. Por isso, a educação democrática e participativa oferta uma livre comunicação entre todos da instituição, de tal maneira que visem o objetivo central que é a democratização do ensino e o seu livre exercício.

Baseados nesses fundamentos democráticos e participativos obteremos uma educação que dê garantias para que o indivíduo possa de fato ter o integral desenvolvimento, de tal maneira que consiga se ampliar por todas áreas do conhecimento e da vida. Neste sentido, este subcapítulo nos apresenta garantias que uma gestão democrática e participativa possibilitam a democratização da educação, isto é, que ela possa ser ofertada a todos em cumprimento de lei maior. Também, a partir desses preceitos se terá enquanto foco uma educação de qualidade que preze pelo bem-estar do educando, escutando atentamente suas necessidades a fim de se obter uma educação inclusiva e humanizadora. Por conseguinte, ao implementar nas instituições de ensino uma gestão democrática e participativa teremos uma educação de qualidade que possibilita o desenvolvimento pleno infantojuvenil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“E, se algum dia minha prudência me abandonar: - oh, ela gosta de bater as asas! -, que meu orgulho, então, ainda voe juntamente com minha tolice!”*  
(NIETZSCHE, 2018, p. 23-24).

Ao observar a discussão assimilada na proposição da pesquisa, torna-se possível reafirmar que a temática é significativa no que tange a todo o processo formativo do educando, isto é, as bases democráticas e participativas na educação provocaram o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, com vistas a ser um cidadão que compreende e entende o quanto a sua cidadania é importante para toda a comunidade. Assim sendo, esses ideais são necessários para que ocorra o desenvolvimento das aprendizagens de todos os campos do conhecimento do educando, afinal, o saber é para além da sala de aula.

Neste sentido, a partir dos procedimentos metodológicos, foi seguro compreender que a temática deve ser debatida e pesquisada, uma vez que a mesma aflui-se da meta do PNE/2014-2024 e é um direito reconhecido pela CF/1988, como também pela LDB/1996. Entretanto, como observamos durante o estudo, é possível verificar que a temática é pouco pesquisada em nosso Estado e que não há teses que contemplem as relações estabelecidas entre a direção escolar e o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente. Posto isso, fica o incentivo para a promoção de mais estudos que viabilizem essas relações que ocorrem no seio escolar.

No terceiro capítulo observamos a caracterização da gestão, tanto como entidade própria, como também de suas vertentes democráticas e participativas e de seus pormenores, para a efetivação do desenvolvimento infantojuvenil. Nesse intuito compreendemos o que é a gestão e como subsistem relações estabelecidas entre esses dois campos da escola - o corpo gestor e a sala de aula. Desse modo, foi verificável que este trabalho necessita ser desempenhado em conjunto e com todos os membros da comunidade escolar. A democratização da própria educação possibilitará que o todo tenha a efetiva possibilidade de acessá-la de forma pública, de qualidade, gratuita e laica, de tal maneira que reforça a importância de práticas inclusivas no ambiente escolar.

Também foi analisado como as instituições de ensino devem ratificar uma gestão democrática e participativa a fim de assegurar a democratização, a inclusão e a humanização da educação brasileira, isto é, ao defender a escola pública é seguro afirmar que neste espaço existe a construção do que concebemos por democratização, a fim de findar com as políticas de

mercado e do capital, para que haja o livre acesso ao saberes e conhecimento de tal modo que dê possibilidades para que haja o pleno e integral desenvolvimento da criança e do adolescente.

No quarto capítulo foi possível compreender os aspectos fundantes para a proposição do desenvolvimento infantojuvenil, isto é, de que formas ocorre esse desenvolvimento. Dessa maneira compreendemos qual educação almejamos e que desenvolvimento esperamos com essa educação, em outras palavras, uma educação pautada e gerida nos preceitos democráticos e participativos ofertará uma educação da inclusão e do dever de estar atentos às necessidades dos educandos. Ao analisar a retrospectiva histórica e de silenciamento do povo brasileiro, é possível vislumbrar que existem saídas e que elas só ocorrem por meio de uma gestão que é compartilhada, sendo de todos e para todos.

Outro aspecto importante foi entender que uma gestão democrática e participativa dá garantias para a proposição do desenvolvimento da criança e do adolescente, oferecendo uma educação inclusiva e humanizadora, ou seja, as instituições de ensino estarão atentas às necessidades de cada educando para assim ofertar uma educação que promova o seu melhor desenvolvimento, a fim de que possa exercer sua cidadania nesta sociedade.

Neste sentido, refletir sobre as práticas de organização da escola e suas relações com o processo de ensinar e aprender favorecem uma melhor compreensão de como ocorre o desenvolvimento integral dos educandos. Por conseguinte, esta análise possibilita contemplar sobre como os ideais e as ações democráticas e participativas auxiliam no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente no ambiente escolar, já que possibilitam a escuta atenta e a devida atenção dada às necessidades de cada educando.

Há de se existir resistência da sociedade em sua plenitude às políticas neoliberais, neoconservadoras e gerencialistas, para que não fomente ainda mais a sua legitimação nas instituições de ensino, a fim de que hajam barreiras às suas implementações e que esses discursos liberais não sejam multiplicados pelos cidadãos usando a educação como moeda de troca do capitalismo, para a ascensão desses ideais conservadores e mercadológicos. Educação não se faz somente entre quatro paredes, ela se faz a partir da dialogicidade, do respeito, da escuta acolhedora e da atenção às necessidades de quem precisa, sendo neste caso os próprios educandos, cidadãos brasileiros. Educação é um direito estabelecido em lei maior. Todos devem poder ter acesso a educação e que ela não deva estar preocupada em servir aos ditames do capital e de sua agenda, mas sim preocupada em poder apresentar e compartilhar relações, interações, a cultura de um povo e de uma nação, a fim de que este indivíduo possa se desenvolver em todos os campos da vida, tendo assim um desenvolvimento significativo, compreendendo seu papel de cidadão e de viver em prol da coletividade.

Tivemos enquanto objetivo analisar como o princípio constitucional da gestão democrática e participativa influencia no desenvolvimento infantojuvenil. Assim sendo, é transparente e objetivo às inúmeras relações estabelecidas entre este princípio e o desenvolvimento infantojuvenil. Neste sentido, a partir da análise do nosso referencial teórico e dos textos do levantamento bibliográfico, pudemos afirmar que somente a partir da gestão democrática e participativa que os educandos poderão acessar os múltiplos e as distintas maneiras de se desenvolverem de modo integral, tendo como ênfase a obtenção de aprendizagens significativas.

A educação enquanto direito estabelecido em lei deve fornecer aos seus educandos a possibilidade de pleno exercício de sua cidadania, uma vez que esses ideais se prezam pelas políticas inclusivas, emancipatórias, da criatividade, da reflexão e da transgressão, em busca de uma educação de qualidade. Sendo o cerne desta questão a negação das normas estabelecidas pelo mercado do capital no ambiente escolar, isto é, as imposições das políticas neoliberais, neoconservadoras e gerencialistas nas escolas. Por isso, a luta se faz presente e constante.

Por fim, deixo registrado nosso anseio enquanto educadores a partir da canção intitulada *Cálice* (1978) de Chico Buarque, ao qual poeticamente enuncia: “Como é difícil acordar calado / Se na calada da noite eu me dano / Quero lançar um grito desumano / Que é uma maneira de ser escutado”. Esta canção apresenta nossa vontade de esbravejar como forma de sermos escutados nessa luta por uma educação de qualidade que objetive o desenvolvimento da criança e do adolescente. Também aferimos, como Elis Regina em *Como nossos pais* (1976), que muito já se foi vencido no campo educacional, mas a luta é permanente e constante, como bem versado, “Minha dor é perceber / Que apesar de termos / Feito tudo o que fizemos / Ainda somos os mesmos / E vivemos / Ainda somos os mesmos / E vivemos / Como os nossos pais”.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Denise Regina Costa. As políticas educacionais em municípios que se orientam por referenciais freireanos: outro jeito de fazer escola. **Eccos – Revista Científica**, n. 42, p. 43-160, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/3720>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- ALENCAR, Eunice Soriano de, et al. Criatividade em sala de aula: fatores inibidores e facilitadores segundo coordenadores pedagógicos. **Psico-USF**, v. 23, p. 555-566, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/vmnNjrjYgsGNGSrzm5n44cp/?format=html>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- ALMEIDA, Júlio Gomes de; BUENO, Cristiane Ferreira Passos. A construção de indicadores de qualidade na escola: participação dos funcionários na tomada de decisões. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 56, p. 1-16, e8511, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n56.8511>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- ANDERY, Maria Amália P. A (org). **Para compreender uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: desafios contemporâneos. **Pesquisa em educação ambiental**, v. 1, n. 1, p. 43-57, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6112>. Acesso em: 7 jul. 2022.
- ANGELUCCI, Carla Biancha; WATANABE, Adriana; BRANDSTATTER, Renata Montrezol. A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação: análise de uma experiência de formação e seus efeitos sobre a escolarização de estudantes em situação de alta vulnerabilidade. **Educação Temática Digital**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003039551>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2002.
- ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de; ESTEVES, Maria Manuela Franco. A formação continuada de professores e a elevação da qualidade da educação básica. **EccoS Revista Científica**, n. 51, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/715/71566554015/71566554015.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetória e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes. 2011.
- ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- BELL, Judith. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. Tradução: Magda França Lopes. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BERTINETI, Elizane Pegoraro. **Gestão escolar democrática e participação dos sujeitos: uma análise a partir dos fundamentos filosóficos de John Dewey**. 2014. Dissertação

(Mestre em educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3173>. Acesso em: 8 jul. 2022.

BÍBLIA. Português. **Tradução do novo mundo da bíblia sagrada**. São Paulo: Associação torre de vigia de bíblias e tratados, 2015.

BIRCK, Fernanda Kleber; ZILIOOTTO, Denise Macedo. Coaching na Educação? Pesquisa-ação com gestores escolares. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 39, n. 2, p. 165-175, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/34871>. Acesso em: 1 jul. 2022.

BÔAS, Erika Aparecida Vilas. **Gestão democrática e participação das juventudes**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/erika-aparecida-vilas-boas/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

BORGES, Jorge Amaro de Souza; PEREIRA, Andreia Colares Cabral. O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação. **Revista do serviço público**, v. 67, n. 4, p. 555-574, 2016. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1132>. Acesso em: 1 jul. 2022.

BORGES, Heloisa; SILVA, Helena Borges da. Elementos essenciais do projeto e do relatório científicos na pesquisa em educação. **Revista Areté| Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, v. 4, n. 7, p. 34-47, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/22>. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima. Tradução de Cid Knipel. 3. ed. São Paulo: Globo, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Disponível em: 13 jul. 2022.

BRASIL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação (PNE)**.

Brasília, DF: Presidência da República, 2014a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 21 set. 2022.

CARDOZO, Maria José Pires Barros; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Gestão democrática na mesorregião Oeste Maranhense: enfoques e destaques nas leis dos Sistemas Municipais de Educação. **Educar em Revista**, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/wRwgQBXYgHCr4vWkTJ5YwjR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

CARVALHO, Ademar de Lima; MANGIALARDO, Izelda Goreth dos Santos. A formação centrada na escola: mediação para a organização do trabalho pedagógico. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 55, p. 1-16, e8389, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n55.8389>. Acesso em: 1 jul. 2022.

CARVALHO, Juliana; SOBRAL, Filipe; MANSUR, Juliana. Explorando a liderança compartilhada em organizações públicas: evidências da arena educacional. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 524-544, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81512>. Acesso em: 1 jul. 2022.

CARVALHO, Rosa Malena de Araújo; BERTI, Andreza Oliveira. O tempo na educação pública: ensaio a partir do movimento “ocupa tudo”. **Educação Unisinos**, 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.224.08>. Acesso em: 1 jul. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

BUARQUE, Chico. **Cálice**. São Paulo: Universal Music Ltda : 1978. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9y2xB90A0CY>. Acesso em: 23 nov. 2022.

CLEMENTE, Josafá da Conceição. **Gestão escolar na escola pública: interfaces entre gerencialismo e gestão democrática**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <http://www.tedebr.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/99>. Acesso em: 8 jul. 2022.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; BRYAN, Newton Antonio Paciulli. Formação continuada e gestão democrática: desafios para gestores do interior da Amazônia. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 16, n. 1, p. 174-191, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1336/pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; SOARES, Lucas de Vasconcelos; CARDOZO, Maria José Pires Barros. A gestão educacional como política: proposições na Escola Pública. **Holos**, v. 2, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/12003>. Acesso em: 1 jul. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola. **Brasília: Escola de gestores**, 2005. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2014/NRE/9o\\_direito\\_a\\_educacao.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/9o_direito_a_educacao.pdf). Acesso em: 14 jul. 2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. Editora Saraiva, 33a edição, 2016.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma " cultura educacional mundial comum" ou localizando uma " agenda globalmente estruturada para a educação"? **Educação & sociedade**, v. 25, p. 423-460, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvzwz9hngDXK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

DIAS, Lázaro Cezar; OLIVEIRA, Sibebe Vasconcelos de; PAULI, Rita Inês Paetzhold. Taxonomia das diretrizes para educação nos planos de governo dos elegíveis à Presidência da República Brasileira (2018). **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/RYWJMJSwTwxC3MmBCJ4DpSR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 921-946, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrFRD5ZRkMWr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2022.

DUARTE, Alessandra Ribeiro. **A organização do trabalho pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/375>. Acesso em: 8 jul. 2022.

DUTRA, Claudia Pereira; GRIBOSKI, Claudia Maffini. Gestão para a inclusão. **Revista Educação Especial**, n. 26, p. 1-5, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313127396002.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

DRUMOND, Alexandre Matos; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; SILVA, Edson Arlindo. Predominância ou coexistência?: modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 3-25, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/fsJhVDkhWY3n3HYXpJwcT9d/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2022.

FERREIRA, Dulcinéia de Fátima; LEITE, Kelen Christina; CORROCHANO, Maria Carla. Gestão escolar e conselho de escola, que relação é esta? Um estudo em busca de novas formas de cooperação entre escola-comunidade na Região de Sorocaba-SP. **Eccos – Revista Científica**, n. 38, p. 173-188, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/5876>. Acesso em: 1 jul. 2022.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na " cultura globalizada". **Educação & Sociedade**, v. 25, p. 1227-1249, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/bZtVgkPScg98jnHnp9CtzPp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

FILIFE, Fabiana Alvarenga; BERTAGNA, Regiane Helena. Avaliação e qualidade no novo Plano Nacional de Educação: avanços e possíveis retrocessos?. **EccoS Revista Científica**, n. 36, p. 49-66, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71541061004.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

FLOYD, Pink. **Another brick in the wall**. Reino Unido. Harvest Records : 1979. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YR5ApYxkU-U>. Acesso em: 12 dez. 2022.

FRANCO, Dalva de Souza. A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 – 1991) e suas consequências. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 25, n. 3, p. 103–121, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642435>. Acesso em: 1 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: UNESP, 1994.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 70ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 52ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2022. (a)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 81ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2022. (b)

FRIGOTTO, Galdêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ILDEBRANDO, Amália Galvão. Representações de professores e gestores de uma escola que se diz pesquisadora. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 2019. Disponível em: 10.11600/1692715x.17203. Acesso em: 1 jul. 2022.

GARSKE, Lindalva Maria Novaes; CASTILHO, Lucimara Afonso; CÂNDIDO, Crisnaiara. Organização da escola do campo: concepções e expectativas de professores. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 4, p. e5509-e5509, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.v4e5509>. Acesso em: 1 jul. 2022.

GATTI, Bernadete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 28, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/36066>. Acesso em: 7 jul. 2022.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª edição ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão educacional democrática**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. BNCC, agenda global e formação docente. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 13, n. 25, p. 187-201, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Alvaro-Hypolito-2/publication/335402074\\_BNCC\\_Agenda\\_Global\\_e\\_Formacao\\_Docente/links/5d63f574458515d610260f5c/BNCC-Agenda-Global-e-Formacao-Docente.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Alvaro-Hypolito-2/publication/335402074_BNCC_Agenda_Global_e_Formacao_Docente/links/5d63f574458515d610260f5c/BNCC-Agenda-Global-e-Formacao-Docente.pdf). Acesso em: 7 jul. 2022.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JARDIM, Alex Fabiano Correia. Michel Foucault e a educação: o investimento político do corpo. **Revista Unimontes Científica**, v. 8, n. 2, p. 103-118, 2006. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=Michel+Foucault+e+a+educa%C3%A7%C3%A3o%3A+o+investimento+pol%C3%ADtico+do+corpo&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Michel+Foucault+e+a+educa%C3%A7%C3%A3o%3A+o+investimento+pol%C3%ADtico+do+corpo&btnG=). Acesso em: 27 jul. 2022.

JUNIOR, Celestino Alves da Silva; et al. **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Iana Gomes de; HYPÓLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwbJx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

LIMA, Max Fernando Silva; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em/para os direitos humanos: justificando os porquês. In: RECHEMBACH, Fabiana; ANDRADE, Fernando César Bezerra. **Educação em Direitos Humanos: construindo políticas públicas**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvvhc8RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2022.

LOBOSCO, Ricardo Lengruber. **A escola em que (des)acredito**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

LUCENA, Rosivaldo de Lima; CENTURIÓN, Wanusa Campos; VALADÃO, José de Arimatéia Dias. Contribuições da pedagogia freireana na formação de administradores empreendedores. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 8, n. 1, p. 1-

16, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31167/contribuicoes-da-pedagogia-freireana-na-formacao-de-administradores-empresendedores>. Acesso em: 1 jul. 2022.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARCELINO, Fabiana Teixeira *et al.*. Estado-avaliador e a reforma do Ensino Médio no Brasil: influências e confluências. **Revista Serviço Pública**, Brasília, jan/mar, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5389>. Acesso em: 1 jul. 2022.

MARCONDES, Danilo. **Textos Básicos de Filosofia: dos Pré Socráticos a Wittgenstein**. A Alegoria da caverna: A Republica, 514a-517c tradução de Lucy Magalhães. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MARCUSE, Herbert. **O combate ao liberalismo na concepção totalitária de Estado, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, v.1, n.2, 2006.

MARTINS, Joel. A pesquisa qualitativa. In: JUNIOR, Celestino Alves da Silva Junior; FENELON, Dea; MASINI, Elcie; FRIGOTTO, Gaudêncio; MARTINS, Joel; ANDRÉ, Marli; NORONHA, Olinda; LUNA, Sérgio; GAMBOA, Silvio; Ivani Fazenda (organizadora). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

MARTINS, Marcelo Feijó *et al.*. Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público**, v. 59, n. 2, p. 151-185, 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/144>. Acesso em: 1 jul. 2022.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 22, p. 84-108, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dxChfBYZjdfgPRc3v3wYZXS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

MENDONÇA, Priscilla Bibiano de Oliveira. A metodologia científica em pesquisas educacionais: pensar e fazer ciência. **EDUCAÇÃO**, v. 5, n. 3, p. 87-96, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4020>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MENEGOLLA, Maximiliano. **E agora, escola?** Editora Vozes LTDA. Petrópolis, RJ, 1991.

MESENBURG, Fernanda Arndt. **A gestão escolar como elemento de qualidade da educação pública: limites e possibilidades**. 2019. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pelotas, RS, 2019. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5648>. Acesso em: 8 jul. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu Gomes; MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

MIRANDA, Marília Gouvea de. O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. **Revista Inter Ação**, v. 45, n. 1, p. 1-15, 2020. Disponível: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/62691>. Acesso em: 3 ago. 2022.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, v. 37, p. 353-381, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/D9rWCZq8yqtBmtCTQSCjnPk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2022.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém; tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. - 1º ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

NOBRE, Doralice Rodrigues. **Páginas de um diário de bordo**. Arte ciencia. São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Alexandre William Barbosa; CLEMENTINO, Ana Maria. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos(as) diretores(as). **RBPAAE** - v. 33, n. 3, p. 707 - 726, set./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79303>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 13 ed. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4 ed. São Paulo. Editora Cortez, 2016.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Escolar Democrática. Youtube. 22/06/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WhvyRmJatRs&t=446s>. Acesso em: 26 ago. 2022.

PEREIRA, Ulisséa Ávila; FRANÇA, Magna. Novas diretrizes educacionais e novos projetos pedagógicos? (ETFRN E CEFET-RN): entre o pensar e o fazer. **HOLOS**, v. 6, p. 328-337, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/view/3351>. Acesso em: 1 jul. 2022.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. 2 ed. Jandira, SP: Princípios, 2019.

QUARESMA, Daniel Gelini. **Gestão democrática na escola de ensino integral: limites e possibilidades**. Dissertação (Mestrado profissional em educação: formação de Formadores) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/10249>. Acesso em: 8 jul. 2022.

QUINQUIOLO, Natália Carvalho Rosas; QUINQUIOLO, José Manoel. Gestão escolar: a influência do modelo democrático na formação do aluno. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/35556>. Acesso em: 11 nov. 2022.

REGINA, Elis. **Como nossos pais**. São Paulo: Universal Music Ltda : 1976. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gdgj1kYqiFI>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ROGGERO, Rosemary; SILVA, Adriana Zanini da. A disputa dos recursos públicos da educação básica, os arranjos do estado com o mercado e seus impactos na gestão democrática e participativa da educação no âmbito dos municípios. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 58, p. 1-17 e20847, jul./set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n58.20847>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as Ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Emina Márcia Nery dos; LIMA, Francisco Willams Campos; VALE, Cassio. Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 54, p.1-18, e8338, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n54.8338>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SANTOS, Edson Xavier dos. **Ouvidoria universitária e avaliação institucional: uma análise da proposta do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e das orientações da Controladoria Geral da União**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Programa de PósGraduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16399>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SATHLER, André Rehbein; SATHLER, Malena Rehbein. **150 termos para entender política**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. Disponível em: [https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/40058/termos\\_entender\\_politica\\_Sathler.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/40058/termos_entender_politica_Sathler.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 29 jul. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: autores associados, 2019.

SCAFF, Elisangela Alves da Silva; OLIVEIRA, Marli dos Santos de; LIMA, Simone Estigarribia de. O planejamento educacional frente às fragilidades do processo democrático brasileiro. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 20, n. 4, p. 905-923, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8649255>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Fundamentos éticos/políticos da educação no Brasil hoje. In: LIMA, Júlio Cesar; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fio Cruz/EPSJU. 2006.

SILVA, Claudio Lopes da. **Educação inclusiva e os desafios da equipe gestora de uma escola regular de ensino**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018(a). Disponível em: [https://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR\\_8d8667ea2f7f1f9bffb615e6ca769e11](https://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR_8d8667ea2f7f1f9bffb615e6ca769e11). Acesso em: 8 jul. 2022.

SILVA, Givanildo da; SILVA, Alex Vieira da; SANTOS, Inalda Maria dos. Reformas, privatização e política educacional: tendências e riscos atuais. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 55, p. 1-16, e8717, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n55.8717>. Acesso em: 01 jul. 2022.

SILVA, Iorim Rodrigues da. **Gestão democrática na educação do campo: o significado do projeto político pedagógico na construção de ações e relações participativas**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2014(a). Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/408>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SILVA, Roza Maria Soares da. **Gestão colegiada em escolas públicas estaduais: confronto do sentido democrático no legal e no real.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014(b). Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/92>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SILVA, Vanessa Silva da. **Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica do texto da política.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2018(b). Disponível em: <http://repositorio.ufrpe.edu.br:8080/handle/prefix/4386>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian de. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

SOUZA, Ângelo Ricardo De. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, p. 159-174, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rY9xqhfrzkYyVdCXnyHD9TK/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SOUZA, Fábio Araujo de; FLORES, Maria Marta Lopes. Uma análise sobre a implementação das Organizações Sociais nas escolas de Goiás: Os recursos públicos em questão. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 11, n. 1, p. 217-229, 2017(a). Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1604>. Acesso em: 20 set. 2022.

SOUZA, Marcia Pereira de Almeida. **O funcionamento efetivo do conselho escolar como prática de gestão democrática.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017(b). Disponível em: [https://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR\\_b36f9cdf3a7e0ec3966d25edee4f1b0b](https://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR_b36f9cdf3a7e0ec3966d25edee4f1b0b). Acesso em: 8 jul. 2022.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele.** Companhia das letras, 1º ed. São Paulo, 2020.

VARGAS, Ana Lúcia Silva. **A gestão democrática na escola municipal: o conselho escolar em questão.** Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16223>. Acesso em: 8 jul. 2022.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007. Disponível em: [http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf). Acesso em: 11 nov. 2022.

VIEIRA, Leandro Costa. **Escola experimental de tempo integral e gestão democrática: um estudo do cotidiano escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/183>. Acesso em: 8 jul. 2022.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; SCHEFFER, Lisandra Scheneider; MOREIRA, Marilan de Carvalho. Avaliação e qualidade social da educação. **ETD-Educação Temática Digital**, v.

14, n. 2, p. 19-37, 2012. Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1220/pdf>. Acesso em: 19 out.  
2022.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - ARTIGOS ENCONTRADOS NA CAPES

**QUADRO 2** - Artigos encontrados no Descritor (1): "gestão democrática" AND desenvolvimento AND "infantojuvenil" na CAPES

Nº	Título do Artigo	Aderência ao objeto de estudo ou não aderência	Critério de escolha	Critério de não escolha
1.	Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
2.	A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação: análise de uma experiência de formação e seus efeitos sobre a escolarização de estudantes em situação de alta vulnerabilidade	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
3.	Entre saúde e educação: sobre um ambulatório de saúde mental infantojuvenil	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

**QUADRO 3** - Artigos encontrados no Descritor (2): "gestão democrática" AND "infantojuvenil" na CAPES

Nº	Título do Artigo	Aderência ao objeto de estudo ou não aderência	Critério de escolha	Critério de não escolha
----	------------------	--	---------------------	-------------------------

1.	Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( X )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras-chave ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
2.	A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação: análise de uma experiência de formação e seus efeitos sobre a escolarização de estudantes em situação de alta vulnerabilidade	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( X )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras-chave ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
3.	Entre saúde e educação: sobre um ambulatório de saúde mental infantojuvenil	Nenhuma ( ) Baixa ( X ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( X )

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

**QUADRO 4 - Artigos encontrados no Descritor (5): "gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante na CAPES**

Nº	Título do Artigo	Aderência ao objeto de estudo ou não aderência	Critério de escolha	Critério de não escolha
1.	A disputa dos recursos públicos da educação básica, os arranjos do estado com o mercado e seus impactos na gestão democrática e participativa da educação no âmbito dos municípios	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( X )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras-chave ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
2.	Gestão educacional como política: proposições na escola pública	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( X )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras-chave ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )

3.	Sergio Arouca, construtor de instituições e inovador democrático	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
4.	Taxonomia das diretrizes para educação nos planos de governo dos elegíveis à presidência da República Brasileira (2018)	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
5.	Ouvidoria e gestão pública: uma relação necessária	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
6.	Gestão escolar e conselho de escola, que relação é esta? Um estudo em busca de novas formas de cooperação entre escola-comunidade na região de Sorocaba - SP	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
7.	Terapeutas ocupacionais na gestão da atenção básica à saúde 1	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
8.	A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
9.	Tomada de decisão do gestor escolar das escolas públicas de ensino médio no Distrito Federal e a interface com o letramento informacional	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )
10.	Programa Mais Educação: diálogos partindo da	Nenhuma ( )	Título ( )	Estudo de caso ( )

	percepção de pais de estudantes de uma comunidade rural	Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )
11.	O dever fundamental de não atentar contra o estado democrático de direito: uma aproximação entre Jürgen Habermas e Thomas S. Kuhn e a extinção da política	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )
12.	Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
13.	Contribuição da Casa Rural Familiar para a permanência da família no campo: o caso de Realeza/PR	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
14.	Organização da escola do campo: concepções e expectativas de professores	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
15.	Explorando a liderança compartilhada em organizações públicas: evidências da arena educacional	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
16.	Avaliação e qualidade no novo plano nacional de educação: avanços e retrocessos?	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
17.	O desafio da participação popular na construção e implementação da Política Estadual de Habitação de	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )

	Interesse Social do estado da Bahia	Alta ( )		
18.	Audiências públicas propositivas e a persecução do ensino fundamental de qualidade: uma proposta de atuação para o ministério público com base na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas.	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
19.	Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
20.	FUNDEB Counselors: knowledge of the function and challenges in the social control of public education	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )
21.	Exibição do filme “uma viagem extraordinária” nas aulas de física: a importância da interligação entre ciência e arte na EJA	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
22.	Planejamento e sustentabilidade: o caso das instituições federais de ensino superior	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
23.	O processo de ensino nas escolas multisseriadas do campo e o Programa Escola Ativa	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
24.	Apropriações e produções curriculares de professores de educação física	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )

25.	A sexta meta do PNE 2014-2024: um diálogo possível em busca de uma educação integral e(m) tempo integral	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
26.	Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias no IFSULDEMINAS/Campus Inconfidentes	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
27.	A construção de indicadores de qualidades na escola: participação dos funcionários na tomada de decisões	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
28.	O perfil do diretor das escolas públicas de Itabaiana (SE): um estudo multivariado	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
29.	O PROGESTÃO (Programa de capacitação a distância de gestores escolares) como política pública de formação continuada docente, sob olhar do tutor	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )
30.	Política Nacional de Promoção da Saúde: um estudo de avaliabilidade em uma região de saúde no Brasil	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
31.	Ações de escolas da rede pública municipal da mesorregião do oeste de Santa Catarina em prol da qualidade do ensino fundamental	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
32.	O ensino em turmas multisseriadas e suas condições de trabalho: um olhar para as escolas do	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> )	Título ( ) Resumo ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( )

	campo na região do Alto Solimões, Amazonas	Média ( ) Alta ( )	Palavras-chave ( )	Não aderência ao tema ( )
33.	A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 - 1991) e suas consequências	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( X )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras-chave ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
34.	Lazer, juventude e violência: uma análise da literatura vigente	Nenhuma ( ) Baixa ( X ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( X )
35.	O Burocrata de Médio Escalão na implementação de políticas públicas	Nenhuma ( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( X )
36.	Compreendendo os movimentos sociais do campo e o MST: projeto educativo	Nenhuma ( ) Baixa ( X ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( X )
37.	Trazendo os governos de volta: a chefia do executivo e os resultados do ativismo institucional LGBT (2003-2014)	Nenhuma ( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( X )
38.	O tempo na educação pública: ensaio a partir do movimento “ocupa tudo”	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta ( )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras-chave ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
39.	Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência	Nenhuma ( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( X )

40.	O Plano Nacional de Educação: desafios a partir da construção do plano Municipal de Educação de Uberlândia	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
41.	Coaching na Educação? Pesquisa-ação com gestores escolares	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
42.	O planejamento educacional frente às fragilidades do processo democrático brasileiro	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
43.	O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
44.	Encontro entre Educação Especial e Educação Inclusiva: a formação de professores-mediadores na área da deficiência intelectual	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
45.	A Educação do Campo na pesquisa educacional brasileira	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )
46.	A crítica jesuíta à Escola Nova na Revista Brotéria (décadas de 1930 e 1940)	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
47.	Criatividade em Sala de Aula: Fatores Inibidores e	Nenhuma ( )	Título ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( )

	Facilitadores Segundo Coordenadores Pedagógicos	Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
48.	Novas diretrizes educacionais e novos projetos pedagógicos (ETFRN E CEFET-RN): Entre o pensar e o fazer	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
49.	Financiamento da educação? Limites e avanços do Plano Nacional de Educação (2014-2024)	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )
50.	Perfil e expectativas dos alunos concluintes dos cursos técnicos integrados do IFRN, CAMPUS APODI	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
51.	Contribuições da pedagogia freireana na formação de administradores empreendedores	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
52.	Estado-avaliador e a reforma do Ensino Médio no Brasil: influências e confluências	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
53.	O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
54.	Representações de professores e gestores de uma escola que se diz pesquisadora	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )

		Alta ( )		
55.	Evasão escolar na 1º série do ensino médio: o caso de Joaçaba, Santa Catarina	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
56.	Reformas, e privatização e política educacional: tendências e riscos atuais	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
57.	As políticas educacionais em municípios que se orientam por referenciais freirianos: outro jeito de fazer escola	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
58.	A mediação enquanto política pública aplicada no ensino, na pesquisa e na extensão nas universidades comunitárias	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )
59.	A formação continuada de professores e a elevação da qualidade da educação básica	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
60.	A política de institucionalizada de polos de apoio presencial da universidade aberta do Brasil	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
61.	O CAQi e o novo papel da União no financiamento da Educação Básica	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

**QUADRO 5** - Artigos encontrado no Descritor (6): "gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes na CAPES

Nº	Título do Artigo	Aderência ao objeto de estudo ou não aderência	Critério de escolha	Critério de não escolha
1.	Taxonomia das diretrizes para educação nos planos de governo dos elegíveis à Presidência da República Brasileira (2018)	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
2.	Análise da influencia da cultura organizacional no planejamento estratégico participativo de uma universidade estadual multicampi na região centro-oeste do Brasil	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
3.	Ouvidoria e gestão pública: uma relação necessária	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
4.	Inovação institucional e democracia participativa: mapeamento legislativo da Emenda do Programa de Metas	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )
5.	Criatividade em Sala de Aula: Fatores Inibidores e Facilitadores Segundo Coordenadores Pedagógicos	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
6.	O processo de ensino nas escolas multisseriadas do campo e o Programa Escola Ativa	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
7.	Planejamento e sustentabilidade: o caso das	Nenhuma ( )	Título ( )	Estudo de caso ( )

	instituições federais de ensino superior	Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
8.	Controle social: a atuação dos conselhos municipais na região nordeste	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chaves ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )
9.	A sexta meta do pne 2014-2024: um diálogo possível em busca de uma educação integral e(m) tempo integral	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
10.	Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
11.	O Progestão (Programa de Capacitação a Distância de Gestores Escolares) como política	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
12.	Lazer, juventude e violência: uma análise da literatura vigente	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
13.	A formação centrada na escola: mediação para a organização do trabalho pedagógico	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
14.	Perfil e expectativas dos alunos concluintes dos cursos técnicos integrados do IFRN, campus APODI	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )

		Alta ( )		
15.	Novas diretrizes educacionais e novos projetos pedagógicos (ETFRN E CEFET-RN): Entre o pensar e o fazer	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavra- chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
16.	Contribuições da pedagogia freireana na formação de administradores empreendedores	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
17.	Representações de professores e gestores de uma escola que se diz pesquisadora	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
18.	Exibição do filme “uma viagem extraordinária” nas aulas de física: a importância da interligação entre ciência e arte na EJA	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
19.	A mediação enquanto política pública aplicada no ensino, na pesquisa e na extensão nas universidades comunitárias	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

## APÊNDICE B - DISSERTAÇÕES E/OU TESES ENCONTRADAS NA BDTD

**QUADRO 6** - Dissertações e/ou Teses encontrados no Descritor (5): "gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante na BDTD

Nº	Título de Dissertação ou Tese	Aderência ao objeto de estudo ou não aderência	Critério de escolha	Critério de não escolha

1.	Dificuldades na implementação da gestão participativa em uma escola da Zona da Mata Mineira.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
2.	Gestão democrática na escola de ensino integral: limites e possibilidades.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
3.	Conquistas e desafios da gestão escolar na prática da gestão democrática participativa: um estudo de caso na cidade de Querência (MT).	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
4.	Gestão democrática e participação das juventudes.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
5.	Escola e comunidade: um estudo sobre a participação das famílias na Escola de Ensino Fundamental e Médio Anastácio Alves Braga, Itapipoca, Ceará.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
6.	Expectativas sobre a gestão escolar participativa: o caso da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Tabela José Pinto Quezado.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
7.	Os desafios da gestão democrática na Escola Estadual Nossa Senhora da Assunção localizada no município de São Paulo de Olivença - Amazonas.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
8.	A influência das práticas de gestão escolar nos resultados das avaliações externas: o caso da Escola Estadual Presidente	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> )	Título ( ) Resumo ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( )

	Kennedy.	Média ( ) Alta ( )	Palavras-chave ( )	Não aderência ao tema ( )
9.	O funcionamento efetivo do conselho escolar como prática de gestão democrática.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( X )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras- chaves ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
10.	A gestão democrática na escola municipal: o conselho escolar em questão.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( X )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras- chaves ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
11.	Gestão democrática e a participação da família na escola: estudo de caso de uma escola estadual do Amazonas.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( X ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
12.	Escola experimental de tempo integral e gestão democrática: um estudo do cotidiano escolar.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( X )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras- chaves ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
13.	Gestão democrática na educação do campo: o significado do projeto político pedagógico na construção de ações e relações participativas.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( X )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras- chaves ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
14.	Gestão escolar na escola pública : interfaces entre gerencialismo e gestão democrática.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( X )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras- chaves ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
15.	Gestão colegiada em escolas públicas estaduais: confronto do sentido democrático no legal e no real.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta ( )	Título ( X ) Resumo ( X ) Palavras- chaves ( X )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )

16.	Organização da equipe gestora de uma escola estadual do município de Caruaru (AM): desafios no fazer pedagógico.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
17.	A implementação do conselho escolar como estratégia de gestão democrática em uma escola no município de Apuí - AM.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
18.	Gestão democrática na escola pública: o olhar dos educadores da rede pública municipal de Rondonópolis.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
19.	Gestão democrática: ferramentas e desafios encontrados em cinco escolas do Rio de Janeiro.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
20.	Conselho da Escola Municipal Adele de Oliveira em CearáMirim/RN: análise de uma experiência de participação na Gestão Escolar Pública.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
21.	O projeto político pedagógico como instrumento de mudança organizacional numa instituição de ensino da rede estadual do Amazonas.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
22.	Ações da equipe gestora e a participação dos professores na revisão do projeto político pedagógico de uma escola de Manaus.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
23.	Gestão democrática escolar: uma experiência em duas escolas públicas na rede municipal de João Pessoa-Paraíba.	Nenhuma ( ) Baixa ( )	Título ( ) Resumo ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( )

		Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Palavras- chaves ( )	Não aderência ao tema ( )
24.	A gestão escolar como elemento de qualidade da educação pública: limites e possibilidades.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras- chaves ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
25.	Os colegiados escolares e o discurso da gestão democrática: a situação da participação em uma escola estadual de Minas Gerais.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
26.	Atuação dos conselhos escolares na rede municipal de ensino de Santa Maria – RS: em pauta o fortalecimento da gestão democrática.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
27.	O Plano Municipal de Educação de Dourados, MS: 2015-2025: desafios e perspectivas à implementação da gestão democrática da educação.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
28.	[Re] articulação do sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul/RS: gestão democrática no cenário da política educacional.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
29.	O conselho escolar como espaço de participação: uma reflexão sobre a prática democrática em uma escola pública.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
30.	Formação lato sensu a distância em gestão escolar: a experiência dos gestores de escolas públicas do RN (2010-2012).	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )

31.	A construção do projeto político pedagógico das escolas estaduais da coordenadoria regional de Alvarães/AM.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
32.	Gestão escolar democrática: a participação dos conselhos escolares na rede municipal de Campina Grande (PB).	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
33.	Participação da família nas atividades escolares: o caso da Escola Estadual Professor Pedro Calmon.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
34.	Projeto político pedagógico: uma análise dos desafios e perspectivas para a construção em sete escolas de uma coordenadoria distrital de educação de Manaus.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
35.	A participação das famílias na vida escolar dos alunos do Ensino Médio da escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
36.	Gestão do trabalho pedagógico na escola: análise da implementação da Hora de Trabalho Pedagógico - HTP em uma escola de ensino médio da SEDUC/AM no município de Manaus.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
37.	Conselho escolar: desafios e novas possibilidades de promoção da participação democrática em escolas estaduais de Governador Valadares.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras- chaves ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
38.	Limites e possibilidades da autonomia escolar nos CMEI's de Teresina.	Nenhuma ( ) Baixa ( )	Título ( ) Resumo ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( )

		Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Palavras- chaves ( )	Não aderência ao tema ( )
39.	A participação das mães no conselho escolar do CMEI Amor de Mãe.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
40.	Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica do texto da política.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
41.	Plano de ações articuladas na gestão da educação de municípios pertencentes à associação dos municípios da zona da produção (AMZOP)-RS.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
42.	Os efeitos da implementação das coordenadorias distritais de educação na gestão das escolas estaduais da Zona Norte de Manaus.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
43.	Educação inclusiva e os desafios da equipe gestora de uma escola regular de ensino.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
44.	A ferramenta PDDE Interativo como indicador de caminhos: relato de experiência em uma escola da rede municipal de São Paulo.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
45.	O equilíbrio entre as dimensões administrativa e pedagógica da gestão escolar como um desafio para diretores de escola: o caso da superintendência regional de	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( <b>X</b> ) Não aderência ao tema ( )

	ensino de Pirapora/MG.			
46.	O projeto político-pedagógico como instrumento de gestão pedagógica, democrática e de participação para uma escola estadual do Amazonas.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
47.	Caminhos educacionais entre o processo de aumento dos índices de desempenho e a certificação ISO 9001: estudo de caso em uma escola do interior do estado do Amazonas.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
48.	Autoavaliação Institucional Participativa: experiência de um Centro de Educação Infantil (CEI) com os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista (IQEIP).	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
49.	O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: um estudo no município de Palmas - TO.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
50.	Gestão universitária e qualidade na extensão: institucionalização de cursos de línguas estrangeiras na UFSM.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
51.	Horário de trabalho pedagógico - HTP implementado pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas – SEDUC: estudo de caso em duas escolas da rede estadual de Manaus – AM.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
52.	Gestão escolar democrática e participação dos sujeitos: uma análise a partir dos fundamentos filosóficos de John Dewey.	Nenhuma ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( <b>X</b> )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )

53.	O programa profuncionário e a valorização e profissionalização dos (as) servidores (as) não docentes da educação básica.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
54.	A participação de escolas da rede escolar pública municipal de Santa Maria (RS) no Sistema de Avaliação da Educação Básica.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
55.	O desafio da retenção de professores em escolas do campo: o caso da Escola Estadual José Franco em Caldas – MG.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
56.	Perfil dos gestores das escolas públicas municipais de São José de Ribamar - MA	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
57.	Plano municipal de educação do município de Itamarati/AM: uma análise da meta 7 e o seu alinhamento com PEE/AM.	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
58.	Desenvolvimento do clube de história da matemática: um diálogo das ciências humanas com a matemática.	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
59.	A participação do Comitê Local do Compromisso na rede de ensino de Natal/RN no Plano de Ações Articuladas (2011-2014).	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
60.	O curso Extrapolando - discutindo a ação de formação continuada para os professores dos laboratórios de	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> )	Título ( ) Resumo ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( )

	aprendizagem de Juiz de Fora.	Média ( ) Alta ( )	Palavras-chave ( )	Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
<b>61.</b>	O caso de intervenção educacional para o ensino médio de uma escola em Dionísio/MG.	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
<b>62.</b>	Análise da implementação do Projeto de Educação Profissional Concomitante ao Ensino Médio no município de Porto Velho-RO.	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
<b>63.</b>	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na UFGD/MS: recorrências e solicitações da realidade.	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
<b>64.</b>	Formação continuada de professores em serviço: implicações no processo do desenvolvimento profissional.	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
<b>65.</b>	Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego: o curso de agente de desenvolvimento cooperativista sob a ótica dos egressos.	Nenhuma ( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

**QUADRO 7 - Dissertações e/ ou Teses encontrados no Descritor (6): "gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes na BDTD**

<b>Nº</b>	<b>Título de Dissertação ou Tese</b>	<b>Aderência ao objeto de estudo ou não aderência</b>	<b>Critério de escolha</b>	<b>Critério de não escolha</b>
<b>1.</b>	Escola e comunidade: um estudo sobre a participação das famílias na Escola de Ensino	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> )	Título ( ) Resumo ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( )

	Fundamental e Médio Anastácio Alves Braga, Itapipoca, Ceará	Média ( ) Alta ( )	Palavras-chave ( )	Não aderência ao tema ( )
2.	Organização da equipe gestora de uma escola estadual do município de Caruaru (AM): desafios no fazer pedagógico	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
3.	Culturas de gestão democrática na rede municipal de ensino de Caxias do Sul/RS (1983-1996)	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
4.	Gestão Democrática: participação e representatividade dos servidores técnico administrativos nos colegiados da Universidade Federal de Viçosa	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
5.	O efeito da gestão democrática na Escola Estadual De Ensino Médio Professor João Bento da Costa do Município de Porto Velho entre os anos de 2011 a 2017: um estudo de caso	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
6.	Leituras da participação dos discentes e da comunidade externa no conselho superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( <b>X</b> )
7.	Na esperança de ser mais : a territorialização da EMEF Osório Ramos Corrêa, Gravataí - RS	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
8.	A organização do trabalho pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar	Nenhuma ( ) Baixa ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( )

		Média ( <b>X</b> ) Alta ( )	Palavras-chave ( <b>X</b> )	Não aderência ao tema ( )
<b>9.</b>	Ouvidoria universitária e avaliação institucional: uma análise da proposta do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e das orientações da Controladoria Geral da União	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( <b>X</b> ) Resumo ( <b>X</b> ) Palavras-chave ( <b>X</b> )	Estudo de caso ( ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )
<b>10.</b>	O caso de intervenção educacional para o ensino médio de uma escola em Dionísio/MG	Nenhuma ( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta ( )	Título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave ( )	Estudo de caso ( <b>X</b> ) Tangenciando o tema ( ) Não aderência ao tema ( )

Fonte: Elaborado pela autora (2022).



1	"gestão democrática" AND desenvolvimento AND "infância juvenil"	Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante	Emina Márcia Nery Dos Santos (UFPA) Francisco Willams Campos Lima (UEPA) Cassio Vale (UFPA) São Paulo	2020	SANTOS, Emina Márcia Nery dos; LIMA, Francisco Willams Campos; VALE, Cassio. Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante. <b>Eccos - Revista Científica</b> , São Paulo, n. 54, p.1-18, e8338, jul./set. 2020. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.5585/eccos.n54.8338">https://doi.org/10.5585/eccos.n54.8338</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Educação em direitos humanos. Escola como espaço protetivo de direitos. Escola e democracia	Neste artigo, sistematizam-se elementos estruturantes da escola como ambiente que se consolida como espaço de proteção de direitos e de valorização da diversidade, relevando que tal entendimento é condição de possibilidade de sua constituição como espaço formativo de empoderamento de crianças e adolescentes e propiciador de sua elevação a sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história. O texto objetiva reafirmar a premissa da educação em Direitos Humanos como condição para o fortalecimento de relações sociais baseadas na inclusão social e na democracia participativa, ressignificando, portanto, sua secular função social, baseada na racionalização de conteúdos formativos hegemônicos adequados aos interesses dirigentes. O artigo resulta de estudo documental dos principais referenciais normativos da política educacional brasileira pós Constituição Federal, e bibliográfico, com base em autores que pesquisam e argumentam em torno dos valores humanistas, de inclusão social e democracia política como Touraine (1992; 1994; 1996; 1998), Estêvão (2004), Cury (2005) e Freire (1992). Dessas análises, defende-se a tese segundo a qual a escola – como instituição política e social contraditória, pois reprodutora de arranjos não menos contraditórios presentes na sociedade – pode se assentar como lugar privilegiado para toda essa complexa dinâmica, formando universalmente as pessoas para que possam ocupar os espaços políticos e levar ao Estado suas demandas plurais como conteúdo das políticas públicas.
---	---	--	--	------	--	---	---

2	"gestão democrática" AND desenvolvimento AND "infanto juvenil"	A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação: análise de uma experiência de formação e seus efeitos sobre a escolarização de estudantes em situação de alta vulnerabilidade	Carla Biancha Angelucci (FE/USP)  Adriana Watanabe ( Rede Municipal de Ensino de São Paulo)  Renata Montezol Brandstatter (Diretora de Escola da Secretaria Municipal de Educação / SP)  Campinas, São Paulo	2018	ANGELUCCI, Carla Biancha; WATANABE, Adriana; BRANDSTATTER, Renata Montrezol. A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação: análise de uma experiência de formação e seus efeitos sobre a escolarização de estudantes em situação de alta vulnerabilidade. <b>Educação Temática Digital</b> , São Paulo, 2018. Disponível em: <a href="https://repositorio.usp.br/item/003039551">https://repositorio.usp.br/item/003039551</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Educação. Política Pública educacional. Medicalização. Direitos Humanos. Escola Justa.	O Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (Naapa) é um serviço criado pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Este trabalho objetiva analisar as contribuições do processo formativo das equipes para a produção de práticas democráticas no âmbito da Educação, observando dois níveis de incidência que se inter-relacionam: gestão participativa; apoio ao processo de escolarização. Para cumprir tal objetivo, a discussão foi organizada em três momentos: a) apresentação de marcos regulatórios e escopo de debates sobre a relação Saúde-Educação; b) sistematização das concepções que orientaram tanto o processo formativo em serviço quanto as modalidades de atendimento ofertadas; c) análise dos resultados do processo formativo, tendo em vista duas dimensões (gestão participativa do trabalho educacional, apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social). Método: Dois são os eixos de análise propostos neste trabalho: a gestão participativa do trabalho educacional; o apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social. Resultados: Após análise, pode-se afirmar que as informações quanti-qualitativas apresentadas indicam a grande abrangência das diferentes modalidades de atendimento, com interações tanto junto às unidades educacionais, quanto aos equipamentos referentes a outras políticas setoriais e que permitem a articulação da rede de proteção social. Conclusões: É possível afirmar que o Naapa se consolidou como política pública estratégica, atendendo aos objetivos de articular e fortalecer a rede de proteção social; apoiar e acompanhar equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem de educandos/as que experimentam barreiras ao direito à Educação.
---	--	---	--	------	--	--	--

## PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES

Quantidade de trabalhos encontrados: 5  
 Quantidade de trabalhos selecionados: 2

N.	Descritores usados	Título do artigo	Autores / Instituição  Local da Pesquisa/Região	Ano	Referência – Conforme norma da ABNT	Palavras-chave	Resumo
1	"gestão democrática" AN D "infância" juvenis"	Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social	Emina Márcia Nery Dos Santos (UFPA)  Francisco Willams Campos Lima (UEPA)  Cassio Vale (UFPA)  São Paulo	2020	SANTOS, Emina Márcia Nery dos; LIMA, Francisco Willams Campos; VALE, Cassio. Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante. <b>Eccos - Revista Científica</b> , São Paulo, n. 54, p.1-18, e8338, jul./set. 2020. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.5585/eccos.n54.833">https://doi.org/10.5585/eccos.n54.833</a>	Educação em direitos humanos. Escola como espaço protegido de direitos. Escola e democracia	Neste artigo, sistematizam-se elementos estruturantes da escola como ambiente que se consolida como espaço de proteção de direitos e de valorização da diversidade, relevando que tal entendimento é condição de possibilidade de sua constituição como espaço formativo de empoderamento de crianças e adolescentes e propiciador de sua elevação a sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história. O texto objetiva reafirmar a premissa da educação em Direitos Humanos como condição para o fortalecimento de relações sociais baseadas na inclusão social e na democracia participativa, ressignificando, portanto, sua secular função social, baseada na racionalização de conteúdos formativos hegemônicos adequados aos interesses dirigentes. O artigo resulta de estudo documental dos principais referenciais normativos da política educacional brasileira pós Constituição Federal, e bibliográfico, com base em autores que pesquisam e argumentam em torno dos valores humanistas, de inclusão social e democracia política como Touraine (1992; 1994; 1996; 1998), Estévão (2004), Cury (2005) e Freire (1992). Dessas análises, defende-se a tese segundo a qual a escola – como instituição política e social contraditória, pois reprodutora de arranjos não menos contraditórios presentes na sociedade – pode se assentar como lugar privilegiado para toda essa complexa dinâmica, formando universalmente as pessoas para que possam ocupar os espaços políticos e levar ao Estado suas demandas plurais como conteúdo das políticas públicas.

		da escola como espaço democratizante;			8. Acesso em: 1 jul. 2022.		
2	"gestão democrática" AN D "infância juvenil"	A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação: análise de uma experiência de formação	Carla Biancha Angelucci (FE/USP)  Adriana Watanabe ( Rede Municipal de Ensino de São Paulo)  Renata Montrezol Brandstatter	2018	ANGELUCCI, Carla Biancha; WATANABE, Adriana; BRANDSTATTE R, Renata Montrezol. A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação: análise de uma experiência de formação e seus efeitos sobre a escolarização de estudantes em	Educação. Política Pública educacional . Medicalização. Direitos Humanos.	O Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (Naapa) é um serviço criado pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Este trabalho objetiva analisar as contribuições do processo formativo das equipes para a produção de práticas democráticas no âmbito da Educação, observando dois níveis de incidência que se inter-relacionam: gestão participativa; apoio ao processo de escolarização. Para cumprir tal objetivo, a discussão foi organizada em três momentos: a) apresentação de marcos regulatórios e escopo de debates sobre a relação Saúde-Educação; b) sistematização das concepções que orientaram tanto o processo formativo em serviço quanto as modalidades de atendimento ofertadas; c) análise dos resultados do processo formativo, tendo em vista duas dimensões (gestão participativa do trabalho educacional, apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social). Método: Dois são os eixos de análise propostos neste trabalho: a gestão participativa do trabalho educacional; o apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social. Resultados: Após análise, pode-se afirmar que as informações quanti-qualitativas apresentadas indicam a grande abrangência das diferentes modalidades de atendimento, com interações tanto junto às unidades educacionais, quanto aos equipamentos referentes a outras políticas setoriais e

		<p>ão e seus efeitos sobre a escolarização de estudantes em situação de alta vulnerabilidade.</p>	<p>(Diretora de Escola da Secretaria Municipal de Educação / SP)</p> <p>Campinas, São Paulo</p>	<p>situação de alta vulnerabilidade.</p> <p><b>Educação Temática Digital</b>, São Paulo, 2018.</p> <p>Disponível em: <a href="https://repositorio.usp.br/item/003039551">https://repositorio.usp.br/item/003039551</a>. Acesso em: 1 jul. 2022.</p>	<p>Escola Justa.</p>	<p>que permitem a articulação da rede de proteção social. Conclusões: É possível afirmar que o Naapa se consolidou como política pública estratégica, atendendo aos objetivos de articular e fortalecer a rede de proteção social; apoiar e acompanhar equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem de educandos/as que experimentam barreiras ao direito à Educação.</p>
--	--	---	---	---	----------------------	---

**PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES**

Quantidade de trabalhos encontrados: 62

Quantidade de trabalhos selecionados: 24

N.	Descrições usados	Título do artigo	Autores / Instituição  Local da Pesquisa/ Região	Ano	Referência – Conforme norma da ABNT	Palavras-chave	Resumo
1	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	A Disputa Dos Recursos Públicos Da Educação Básica, Os Arranjos Do Estado Com O Mercado E Seus Impactos Na Gestão Democrática E Participativa Da Educação No âmbito Dos	Roggero, Rosemary (UNIMOVE) Adriana Zanini Da Silva (Rede Municipal de Santo André)  São Paulo	2021	ROGGERO, Rosemary; SILVA, Adriana Zanini da. A disputa dos recursos públicos da educação básica, os arranjos do estado com o mercado e seus impactos na gestão democrática e participativa da educação no âmbito dos municípios. <b>Eccos - Revista Científica</b> , São Paulo, n. 58, p. 1-17 e20847, jul./set. 2021. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.5585/eccos.n58.20847">https://doi.org/10.5585/eccos.n58.20847</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	CAC S Fundeb; financiamento da educação básica; gestão democrática da educação; privatização da educação básica	Este trabalho analisa o financiamento da educação, com foco na transferência dos recursos da Educação Básica para o setor privado e seus impactos para a gestão democrática da educação, no âmbito dos municípios. Justifica-se pelo processo de disputa em que se encontram a regulamentação no Novo Fundeb e os recursos destinados à Educação Básica brasileira, neste período de capitalismo financeiro, e pela importância do acompanhamento das tensões na regulamentação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundeb. A questão que se coloca é: a que está vinculado todo esse processo? Para respondê-la, considerando o objetivo e a justificativa apresentados, o trabalho se fundamenta em estudos teóricos e empíricos sobre a temática. Conclui-se que o comprovado avanço do capital em vários setores da educação básica impacta a gestão democrática e participativa da educação, no âmbito dos municípios, colocando em risco o fortalecimento da escola pública como garantia do direito constitucional à educação e como caminho para a redução das desigualdades sociais. E também que esse processo é parte do projeto neoliberal de interesse de determinados grupos nacionais e internacionais, acelerado pelo avanço de um certo radicalismo de direita no país.

		Municípios					
2	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	A gestão educacional como política: proposições na Escola Pública	MARIA LÍLIA IMBIRIBA SOUSA COLARES (Universidade Federal do Oeste do Pará)  LUCAS DE VASCO NCELOS SOARES (Universidade Federal do Oeste do Pará)	2021	COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; SOARES, Lucas de Vasconcelos; CARDOZO, Maria José Pires Barros. A gestão educacional como política: proposições na Escola Pública. <b>Holos</b> , v. 2, p. 1-20, 2021. Disponível em: <a href="https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1">https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1</a> 2003. Acesso em: 1 jul. 2022.	Gestão Educacional, Gestão Democrática, Políticas Públicas Educacionais, Escola Pública	O estudo visa analisar práticas e desafios sobrepostos à implementação da Gestão Educacional na escola pública, enquanto eixo central das políticas brasileiras, apresentando proposições na garantia de processos democráticos e participativos. Nas reflexões em torno do tema trabalhamos com a metáfora do ciclo da rosa. As discussões são fruto de pesquisa de campo, contemplando o uso de levantamento teórico, análise documental e aplicação de entrevista semiestruturada. Os resultados indicam inúmeros desafios vivenciados na construção dos processos de gestão: ausência de participação da comunidade, conflitos internos, inexistência de planejamento e avaliação, falta de autonomia, cobranças governamentais em avaliações externas e falta de articulação do Projeto Político Pedagógico com a realidade, num contexto de inoperâncias entre as prescrições das políticas públicas e a escola. Indubitavelmente, assim como a rosa precisa ser desfolhada para florir novamente, a Gestão precisa ser reinventada, com parâmetros que ultrapasse o mero gerencialismo, para concretizar-se efetivamente.

			MARIA JOSÉ PIRES BARROS CARDOSO (Universidade Federal do Maranhão)  Natal, RN				
3	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Gestão escolar e conselho de escola, que relação é esta? Um estudo em busca de novas formas de cooperação	Dulcinéia De Fátima Ferreira (UFSCar)  Kelen Christina Leite (UFSCar)  Maria Carla Corrochano (UFSCar)	20 15	FERREIRA, Dulcinéia de Fátima; CORROCHANO, Maria Carla; LEITE, Kelen Christina. Gestão escolar e conselho de escola, que relação é esta? Um estudo em busca de novas formas de cooperação entre escola-comunidade na Região de Sorocaba-SP. <b>Eccos – Revista Científica</b> , n. 38, p. 173-188, 2015. Disponível em: <a href="https://periodicos.un">https://periodicos.un</a>	Gestão escolar. Conselho de escola. Cooperação escola-comunidade.	O presente trabalho é resultado do projeto de pesquisa “Gestão escolar e Conselho de escola que relação é esta? Uma análise das experiências de participação da comunidade na escola a partir dos conselhos de escola na região de Sorocaba – SP”. Tomamos como problema a relação entre escola e comunidade a partir dos conselhos de escola. Tivemos como objetivos: mapear experiências de participação da comunidade na escola a partir do conselho de escola; analisar e revelar a potência desta experiência coletiva. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, com foco na abordagem cartográfica. Como resultado, apontamos diversos dispositivos mobilizadores e potencialidades de novas formas de cooperação escola-comunidade. Esta pesquisa contou com o apoio MCTI/CNPq/MEC/Capes e está vinculado ao Grupo de Pesquisa Educação Comunidade e Movimentos Sociais da UFSCar – campus Sorocaba.

		entre escola-comunidade na Região de Sorocaba-SP	São Paulo		inove.br/eccos/articloe/view/5876. Acesso em: 1 jul. 2022.		
4	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação: análise de uma experiência de formação e seus efeitos sobre a escolarização de estudantes	Carla Biancha Angelucci (FE/USP)  Adriana Watanabe (Rede Municipal de Ensino de São Paulo)  Renata Montrezol Brandstatter (Diretora de Escola da	2018	ANGELUCCI, Carla Biancha; WATANABE, Adriana; BRANDSTATTER, Renata Montrezol. A produção conjunta dos pactos de trabalho em educação: análise de uma experiência de formação e seus efeitos sobre a escolarização de estudantes em situação de alta vulnerabilidade. <b>Educação Temática Digital</b> , São Paulo, 2018. Disponível em: <a href="https://repositorio.usp.br/item/003039551">https://repositorio.usp.br/item/003039551</a>	Educação. Política Pública educacional. Medicalização. Direitos Humanos. Escola Justa.	O Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (Naapa) é um serviço criado pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Este trabalho objetiva analisar as contribuições do processo formativo das equipes para a produção de práticas democráticas no âmbito da Educação, observando dois níveis de incidência que se inter-relacionam: gestão participativa; apoio ao processo de escolarização. Para cumprir tal objetivo, a discussão foi organizada em três momentos: a) apresentação de marcos regulatórios e escopo de debates sobre a relação Saúde-Educação; b) sistematização das concepções que orientaram tanto o processo formativo em serviço quanto as modalidades de atendimento ofertadas; c) análise dos resultados do processo formativo, tendo em vista duas dimensões (gestão participativa do trabalho educacional, apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social). Método: Dois são os eixos de análise propostos neste trabalho: a gestão participativa do trabalho educacional; o apoio ao processo de escolarização de pessoas que vivem em condições de alta vulnerabilidade social. Resultados: Após análise, pode-se afirmar que as informações quanti-qualitativas apresentadas indicam a grande abrangência das diferentes modalidades de atendimento, com interações tanto junto às unidades educacionais, quanto aos equipamentos referentes a outras políticas setoriais e que permitem a articulação da rede de proteção social. Conclusões: É possível afirmar que o Naapa se consolidou como política pública estratégica, atendendo aos objetivos de articular e fortalecer a rede de proteção social; apoiar e acompanhar equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem de educandos/as que experimentam barreiras ao direito à Educação.

		es em situação de alta vulnerabilidade	Secretaria Municipal de Educação / SP)  Campinas, São Paulo		. Acesso em: 1 jul. 2022.		
5	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Organização da escola do campo: concepções e expectativas de professores	Lindalva Maria Novaes Garske (UFMT)  Lucimara Afonso Castilho (UFMT)  Crisnaiara Cândido (SEDUC/MT)  Tocantópolis, MT	2019	GARSKE, Lindalva Maria Novaes; CASTILHO, Lucimara Afonso; CÂNDIDO, Crisnaiara. Organização da escola do campo: concepções e expectativas de professores. <b>Revista Brasileira de Educação do Campo</b> , v. 4, p. e5509-e5509, 2019. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.20873/uft.rbec.v4e5509">https://doi.org/10.20873/uft.rbec.v4e5509</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Política de Educação do Campo, Organização do Campo, Organização Escolar, Gestão Escolar.	Este texto é resultado de um projeto de pesquisa que objetivou analisar as concepções e expectativas de professores com relação à organização da escola do campo. Os estudos teóricos se deram em torno das Políticas de Educação do Campo, apoiados nos trabalhos de Arroyo (2007) e Caldart (2004, 2008). A metodologia teve abordagem qualitativa, sendo que para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com professores de uma escola do campo, situada no Assentamento Carimã, município de Rondonópolis, Região Sudeste do Estado de Mato Grosso e análise do Projeto Político - Pedagógico da referida escola. As informações obtidas apontam para a preocupação dos entrevistados com a necessidade de aprofundar a compreensão acerca dos princípios democráticos que norteiam a gestão e a organização da escola do campo.

6	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Explorando a liderança compartilhada em organizações públicas : evidências da arena educacional	Juliana Carvalho (FGV EBAPE)  Filipe Sobral (FGV EBAPE)  Juliana Mansur (FGV EBAPE)  Rio de Janeiro	20 20	CARVALHO, Juliana; SOBRAL, Filipe; MANSUR, Juliana. Explorando a liderança compartilhada em organizações públicas: evidências da arena educacional. <b>Revista de Administração Pública</b> , v. 54, p. 524-544, 2020. Disponível em: <a href="https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81512">https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81512</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	liderança compartilhada; liderança pública; clima organizacional ; rotatividade; educação pública	A liderança coletiva, que reflete o caráter representativo e participativo das burocracias públicas, é reconhecida como um bom modelo para este tipo de organizações. No entanto, apesar da importância do tópico, poucos estudos exploraram o que promove a emergência da liderança compartilhada ou participativa em organizações públicas e como essas formas plurais de liderança se traduzem em resultados organizacionais. Para preencher essa lacuna, exploramos como a existência de um clima organizacional caracterizado pela segurança participativa (um clima marcado por propósito compartilhado, apoio social e voz) pode facilitar o de estilos de coletivos de liderança, como a liderança compartilhada. Além disso, investigamos se a liderança pode impactar um importante indicador organizacional: rotatividade. Para testar nosso modelo, realizamos um estudo de campo com 96 escolas públicas e mais de 1.000 professores da rede pública de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Nossos resultados ressaltam a importância da existência de um clima organizacional favorável ao surgimento de liderança compartilhada e evidencia os efeitos positivos desse tipo de liderança na redução dos índices de rotatividade de profissionais da rede pública.
7	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Avaliação e qualidade do novo Plano Nacional de Educação: avanços e possíveis	Fabiana Alvarenga Filipe (UNESP/Rio Claro/SP)  Regiane Helena Bertagna (UNESP/Rio Claro/SP)	20 15	FILIPE, Fabiana Alvarenga; BERTAGNA, Regiane Helena. Avaliação e qualidade no novo Plano Nacional de Educação: avanços e possíveis retrocessos?. <b>EccoS Revista Científica</b> , n. 36, p. 49-66, 2015. Disponível em: <a href="https://www.redalyc.org/pdf/715/715">https://www.redalyc.org/pdf/715/715</a>	Plano Nacional de Educação. Avaliação externa em larga escala.	Este artigo possui o objetivo de examinar o novo Plano Nacional de Educação – PNE (Lei n.º 13.005/2014), enfatizando o caráter que a referida lei emprega às avaliações externas em larga escala e à qualidade educacional. A partir da análise realizada foi possível constatar que o novo PNE apresenta um viés marcado por entendimentos de caráter mercadológico (assentados na ideologia neoliberal), que atrela a qualidade educacional a índices preestabelecidos (como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb), restringindo o conceito de qualidade educacional a resultados e produtos (quantitativos), desconsiderando os processos, além de ampliar a noção de educação pública. Diante das discussões suscitadas pela lei analisada, aponta-se para outra concepção de qualidade educacional, a qualidade social, pautada na construção coletiva (participativa) em defesa da educação como um direito social que possibilita a emancipação humana.

		retrocesos?	São Paulo		41061004.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.	Qualidade da educação.	
8	"gestão democrática" AND "Gestão participativa" AND estudo	Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória	Marcelo Feijó Martins (UFV)  Simone Martins (UFVJM)  Adriel Rodrigues de Oliveira (UFV)  Jéferson Boechat Soares (UFV)  Brasília	2014	MARTINS, Marcelo Feijó et al. Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. <b>Revista do Serviço Público</b> , v. 59, n. 2, p. 151-185, 2008. Disponível em: <a href="https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/144">https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/144</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Conselhos Gestores; Governança; Governabilidade	Os Conselhos Gestores são fóruns híbridos onde se viabiliza a participação popular no desenho das políticas públicas, nas negociações de interesses da coletividade, na elaboração de programas e projetos sociais e na fiscalização das ações governamentais. O significado e a dimensão dos Conselhos para a democracia participativa são enormes, justificando a importância da realização deste estudo, que se baseou na análise exploratória de 12 Conselhos locais do município mineiro de Viçosa, com o objetivo de avaliar o desempenho dos mesmos. A avaliação do desempenho levou em consideração os mesmos parâmetros dimensionais, tanto para a coleta de dados primários quanto para a coleta secundária. A coleta de dados primários foi realizada a partir da aplicação de questionários semi-estruturados aos presidentes dos Conselhos em análise. Utilizou-se o programa SPSS, versão 15.0, para análise estatística das questões objetivas dos questionários e a técnica de análise de conteúdo para exame das questões abertas. Após essa etapa, realizou-se um workshop com os presidentes dos Conselhos, visando à obtenção de novos dados e informações. Os Conselhos municipais analisados apresentaram resultados pouco discrepantes entre a teoria aplicada ao tema e a sua efetiva prática no campo público. Contudo, a pesquisa revelou que o grau de desenvolvimento institucional dos Conselhos não é homogêneo, ou seja, há alguns melhores gestores que outros. A escolha independente e democrática dos membros não-governamentais dos Conselhos em Viçosa revelou o seu grau de independência do Poder Executivo. Porém, a capacitação de conselheiros precisa ser implementada para evitar uma desfiguração dos Conselhos. No que tange à governança, destacou-se em Viçosa o seu grau e formas de aplicabilidade observadas na gestão de várias políticas. Da mesma forma, foi observado um nível de governabilidade que confere legitimidade às políticas implementadas. Por fim, verificou-se que a efetividade da accountability societal tem sido instrumentalizada

							pelos Conselhos no âmbito das diversas políticas setoriais. Já os dados secundários da análise foram obtidos por meio das sínteses dos relatórios de fiscalização de municípios do Estado de Minas Gerais, realizadas pela Controladoria Geral da União. Foram identificados todos os registros pertinentes aos Conselhos Gestores Municipais do Estado de Minas Gerais, no período de 2003 a 2006. Verificou-se que os maiores problemas se referem aos Conselhos Municipais de Saúde e Assistência Social. Entre as inúmeras falhas apontadas, destacam-se problemas graves na constituição e operacionalização dos Conselhos, resultando na inoperância desses mecanismos nos municípios fiscalizados. A avaliação do desempenho dos Conselhos locais de Viçosa possibilitou concluir que esses mecanismos apresentaram um desempenho bem satisfatório na gestão e controle das políticas públicas no município.
9	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	A construção de indicadores de qualidade na escola: participação dos funcionários na tomada de decisões	Júlio Gomes de Almeida (FEUSP)  Cristiane Ferreira Passos Bueno (UNICID)  São Paulo	2021	ALMEIDA, Júlio Gomes de; BUENO, Cristiane Ferreira Passos. A construção de indicadores de qualidade na escola: participação dos funcionários na tomada de decisões. <b>Eccos - Revista Científica</b> , São Paulo, n. 56, p. 1-16, e8511, jan./mar. 2021. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.5585/eccos.n56.8511">https://doi.org/10.5585/eccos.n56.8511</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Educação. Formação. Funcionários. Participação. Qualidade.	Este artigo discute dados de uma pesquisa realizada com funcionários de uma escola da rede pública municipal como parte de uma pesquisa mais ampla que ouviu todos os segmentos da comunidade escolar sobre avaliação educacional. A referida pesquisa realizou-se no período de 2013- 2015 mediante parceria entre a escola e o Programa de Mestrado em Educação de uma universidade da cidade de São Paulo e contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Neste recorte, discute-se a percepção dos funcionários sobre qualidade da educação e o que eles consideram importante ser avaliado na escola. Os dados revelam que os funcionários constituem um segmento tradicionalmente excluído das questões pedagógicas, porém são os que apresentam as ideias mais coesas, mesmo em questões dessa natureza. Indicam, por isso, tratar-se de um segmento cuja contribuição para a melhoria da qualidade da educação escolar não pode ser descartada.

10	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 – 1991) e suas consequências	Dalva de Souza Franco (Secretaria Municipal de Educação) São Paulo	2014	FRANCO, D. de S. A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 – 1991) e suas consequências. <b>Proposições</b> , Campinas, SP, v. 25, n. 3, p. 103–121, 2015. Disponível em: <a href="https://periodicos.sbnu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642435">https://periodicos.sbnu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642435</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Gestão democrática, Paulo Freire, qualidade da educação	Este trabalho tem por objetivo retomar a gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de São Paulo, nos anos de 1989 a 1991, e realizar uma análise das propostas políticas para a construção de uma educação democrática. Para que o município tivesse uma reorganização de suas ações em favor de uma educação de qualidade foram traçados quatro eixos, perseguidos durante toda aquela gestão, 1. Democratização da gestão. 2. Acesso e permanência. 3. Qualidade da educação. 4. Educação de jovens e adultos. O texto descreve o desenvolvimento dessa gestão, assim como as contribuições do educador Paulo Freire para a continuidade de uma educação de qualidade, para além daquela necessária à rede municipal de São Paulo, tendo em vista a importância da educação democrática em todos os espaços da sociedade.
11	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	O tempo na educação pública: ensaio a partir do movimento “ocupa tudo”	Rosa Malena de Araújo Carvalho (UFF) Andreza Oliveira Berti (UFRJ) Rio Grande do Sul	2018	CARVALHO, Rosa Malena de Araújo; BERTI, Andreza Oliveira. O tempo na educação pública: ensaio a partir do movimento “ocupa tudo”. <b>Educação Unisinos</b> . outubro;/ novembro 2018. Disponível em: <a href="http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.224.08">http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.224.08</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Escola pública, experiência, tempo escolar.	: Compreendendo que a indagação da escolarização como uma questão pública faz parte da responsabilidade docente, ensaiamos uma aproximação com o veiculado sobre o movimento ‘Ocupa Tudo’, objetivando identificar os desafios que esses estudantes colocam quando exercitamos gestos pedagógicos em consonância com a educação como direito, o conhecimento como bem público e a escola pública como bem comum. A estrutura do texto, consequência de uma metodologia marcada pela experiência, traz o que consideramos público, a escola como espaço de proteção e o que se constitui autoridade no trabalho docente. Na interlocução com Arendt, Larrosa, Masschelein e Simons, abordamos os impactos que o ‘Ocupa Tudo’ causou, no momento de nossa formação continuada, fora do Brasil. Nas conclusões, identificamos o protagonismo juvenil desse movimento e destacamos pistas para a contínua formação de gestos pedagógicos em concordância com uma educação pública que resista à mercantilização e à colonização do estudar.

1 2	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Coaching na Educação? Pesquisa-ação com gestores escolares	Fernanda Kleber Birck (Universidade La Salle)  Denise Macedo Ziliotto (Universidade La Salle)  Maringá, RS	20 17	BIRCK, Fernanda Kleber; ZILLOTTO, Denise Macedo. Coaching na Educação? Pesquisa-ação com gestores escolares. <b>Acta Scientiarum. Human and Social Sciences</b> , v. 39, n. 2, p. 165-175, 2017. Disponível em: <a href="https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/3487">https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/3487</a> 1. Acesso em: 1 jul. 2022.	administração escolar, coaching, escola, gestão escolar.	O artigo tem como objetivo analisar uma experiência de coaching realizada com gestores em contexto escolar, de modo a avaliar as potencialidades da ferramenta neste âmbito. A investigação teve como método a pesquisa-ação, sendo sujeitos de pesquisa gestores de diferentes setores de uma escola privada. Os norteadores teóricos são oriundos do campo da Educação - Lück (2000, 2005, 2006, 2009 e 2011), Paro (2010), Libâneo, Oliveira e Toschi (2005), Santos e Sales (2012) e Rodrigues (2009) - e do Coaching, como Dutra (2010), Whitmore (2010), Pérez (2009) e Goldsmith (2012). O processo de coaching foi percebido como uma experiência que permitiu aos gestores reverem suas práticas profissionais e projetarem mudanças necessárias. Os participantes avaliaram-no como um dispositivo que lhes oportunizou reflexão e espaço para o diálogo, fortaleceu o grupo e possibilitou mais proximidade e integração. Como desdobramentos do processo, os gestores identificaram o desenvolvimento da capacidade de planejamento e de organização, potencializando sua atuação no cotidiano da escola. Como desafios pode-se mencionar a instabilidade empregatícia na escola privada, a multiplicidade de demandas feitas aos gestores e uma possível resistência inicial no ambiente escolar, pois a prática do coaching prevalece no âmbito empresarial.
--------	--	--	--	----------	--	--	--

1 3	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	O planejamento educacional frente às fragilidades do processo democrático brasileiro	Elisangel a Alves da Silva Scaff, (USP)  Marli dos Santos de Oliveira (UFMS)  Simone Estigarribia de Lima (UFGD)  São Paulo	20 18	SCAFF, Elisangela Alves da Silva; OLIVEIRA, Marli dos Santos de; LIMA, Simone Estigarribia de. O planejamento educacional frente às fragilidades do processo democrático brasileiro. <b>ETD-Educação Temática Digital</b> , v. 20, n. 4, p. 905-923, 2018. Disponível em: <a href="https://periodicos.sb.u.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8649255">https://periodicos.sb.u.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8649255</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Planejamento Educacional. Plano Nacional de Educação de Educação. Política Educacional.	O objetivo do presente texto é examinar o Planejamento educacional brasileiro, notadamente o Plano Nacional de Educação (2014-2024), no que se refere às limitações que se apresentam à sua concretização, face à recente aprovação da Emenda Constitucional n.º 95 de 2016. A metodologia adotada foi a pesquisa documental, por meio de levantamento de documentos oriundos do governo federal, analisados à luz da literatura atinente a temática. Nota-se que, historicamente, o planejamento educacional brasileiro é marcado por intermitências de ordem político-econômica. A aprovação da Emenda Constitucional n.º 95 de 2016 sinaliza percalços no alcance das metas e estratégias dos planos decenais de educação, haja vista reduzir os investimentos públicos, de modo geral, nos direitos sociais e, em particular, na educação.
1 4	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Criatividade em Sala de Aula: Fatores Inibidores e Facilitadores Segundo os Coordenadores	Eunice Soriano de Alencar (Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília)  Denise de Souza Fleith	20 18	ALENCAR, Eunice Soriano de, et al. Criatividade em sala de aula: fatores inibidores e facilitadores segundo coordenadores pedagógicos. <b>Psico-USF</b> , v. 23, p. 555-566, 2018. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/psuf/a/vmnNjrjYgsGNGSrzm5n44cp/">https://www.scielo.br/j/psuf/a/vmnNjrjYgsGNGSrzm5n44cp/</a>	criatividade, coordenador pedagógico, escola, práticas docentes,	Este estudo investigou, em uma amostra de 66 coordenadores pedagógicos de instituições de ensino fundamental, fatores que dificultam o professor a estimular o desenvolvimento da criatividade discente e procedimentos que o coordenador poderia utilizar para apoiar o docente na promoção da criatividade em sala de aula. Os participantes responderam um questionário composto por uma checklist de barreiras à criatividade em sala de aula e quatro questões abertas. Desconhecimento pelo professor de práticas pedagógicas para favorecer o desenvolvimento da criatividade discente e de textos a esse respeito, além de insegurança para testar novas práticas pedagógicas foram os fatores inibidores mais sinalizados. Oferecer cursos para professores, além de orientação, apoio e incentivo aos docentes foram os procedimentos mais apontados pelos coordenadores para auxiliar o professor a encorajar a criatividade em sala de aula.

		Pedagó gicos	(Instituto de Psicologi a da Universid ade de Brasília)  Clarissa Nogueira Borges (Secretari a de Educação do Distrito Federal)  Evely Boruchov itch (UNICA MP)  São Paulo	?format=html. Acesso em: 1 jul. 2022.	profe ssor	
--	--	-----------------	--	---	---------------	--

1 5	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Novas diretrizes educacionais e novos projetos pedagógicos? (ETFRN E CEFET-RN): entre o pensar e o fazer.	Ulisséia Ávila Pereira (IFRN)  Magna França (UFRN)  Natal, RN	20 15	PEREIRA, Ulisséia Ávila; FRANÇA, Magna. Novas diretrizes educacionais e novos projetos pedagógicos? (ETFRN E CEFET-RN): entre o pensar e o fazer. <b>HOLOS</b> , v. 6, p. 328-337, 2015. Disponível em: <a href="https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/view/3351">https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/view/3351</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Proposta curricular.  Projeto Político-Pedagógico.  ETF RN.  CEFET-RN.	Este artigo trata da implementação da Proposta Curricular da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte no ano de 1995 e do Projeto Político-Pedagógico do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte em 2005. Analisamos os documentos específicos e a legislação que nortearam as diretrizes à implementação da Proposta. Os resultados apontam que a compreensão dos princípios norteadores desses documentos por parte da maioria dos professores contribuiu para alguns avanços nas atividades de ensino e na redefinição do trabalho da equipe pedagógica, bem como ao desenvolvimento de ações mais direcionadas à integração entre ensino, pesquisa e extensão.
1 6	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Contribuições da pedagogia freireana na formação de administradores empreendedores	Rosivaldo de Lima Lucena (UFPB)  Wanusa Campos Centurión (UFBA)  José de Arimatéia Dias Valadão (UFPE)	20 14	LUCENA, Rosivaldo de Lima; CENTURIÓN, Wanusa Campos; VALADÃO, José de Arimatéia Dias. Contribuições da pedagogia freireana na formação de administradores empreendedores. <b>Revista Pensamento Contemporâneo em Administração</b> , v. 8, n. 1, p. 1-16, 2014. Disponível em:	Empreendedorismo.  Paulo Freire.  Ensino.  Administração.	O objetivo deste ensaio foi analisar como a Pedagogia Freireana contribui para o desenvolvimento de profissionais empreendedores na área de Administração. A fundamentação teórica foi baseada em questões relacionadas à Pedagogia Freireana, ao empreendedorismo, à educação empreendedora e ao ensino nos cursos de Administração. Uma comparação da educação empreendedora com a pedagogia de Paulo Freire foi feita com o intuito de identificar os aspectos convergentes e possibilidades de contribuição dessa pedagogia para o desenvolvimento de profissionais empreendedores nas Instituições de Ensino Superior (IES), mais especificamente do curso de Administração. Foi identificado que a educação empreendedora enfatiza comportamentos e atitudes, envolvendo o desenvolvimento de potencialidades fundamentais em um âmbito maior que o fazer empresarial e o saber técnico-científico, buscando na auto-realização a valorização do ser e da coletividade, fatores que convergem diretamente com a pedagogia proposta por Paulo Freire.

			Rio de Janeiro		<a href="http://www.spell.org.br/documentos/ver/31167/contribuicoes-da-pedagogia-freireana-na-formacao-de-administradores-empresendedores">http://www.spell.org.br/documentos/ver/31167/contribuicoes-da-pedagogia-freireana-na-formacao-de-administradores-empresendedores</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.		
17	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Estado-avaliador e a reforma do Ensino Médio no Brasil: influências e confluências	Fabiana Teixeira Marcelino (IFRN)  Shilton Roque dos Santos (IFRN)  Márcio Adriano de Azevedo (IFRN)  Lenina Lopes Soares Silva (IFRN)	2019	MARCELINO, Fabiana Teixeira et al. Estado-avaliador e a reforma do Ensino Médio no Brasil: influências e confluências. <b>Revista Serviço Pública</b> , Brasília, jan/mar, 2019. Disponível em: <a href="https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5389">https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5389</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	política educacional, avaliação de políticas públicas, indicadores educacionais, ensino médio, desigualda	Desde os anos 1990, vários Estados, independentemente de suas orientações políticoideológicas, têm participado ou interferido ativamente na construção de um sistema de indicadores de avaliação comparada internacionalmente e em larga escala. Esse tem como principais consequências a legitimação de discursos e a aquisição de uma certa imunidade ou indiferença às realidades e especificidades nacionais quando da formulação e implementação de políticas públicas. Este trabalho tem como objetivo analisar as influências e confluências da reforma do Ensino Médio, pela Lei Federal nº 13.415/2017, no contexto do Estado-avaliador no Brasil, adotando-se procedimentos teórico-metodológicos como revisão bibliográfica e documental, análise de instrumentos de avaliação da Educação Básica, tendo em destaque o Ensino Médio (o Ideb e o Enem), além da Medida Provisória nº 746/2016. Concluímos que a reforma vem para destacar a meritocracia na educação brasileira, acentuando o elemento de competitividade característico da ideologia neoliberal, confluindo para uma educação que reforça as desigualdades sociais no país

			Brasília			de social, meritocracia	
18	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação	Jorge Amaro de Souza Borges (UFRGS)  Andreia Colares Cabral Pereira (PUCRS)  Brasília	2016	BORGES, Jorge Amaro de Souza; PEREIRA, Andreia Colares Cabral. O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação. <b>Revista do serviço público</b> , v. 67, n. 4, p. 555-574, 2016. Disponível em: <a href="https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1132">https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1132</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	deficiente, políticas públicas, inclusão social, educação, acessibilidade, direitos humanos	Este artigo pretende apresentar um panorama das políticas para as pessoas com deficiência no Brasil, abordando sua estrutura organizacional e propondo um diálogo com a educação, visando conectar, assim, os diferentes saberes da escola, que são reprodução social, para procurar pistas sobre as políticas transversais, que talvez sejam o maior desafio de uma democracia em evolução. Além de tentar compreender como essas políticas se organizam, e em que espaços sociais se materializam, buscamos pensar, a partir das teorias educacionais, a defesa do argumento de que a transversalidade pode contribuir para um processo de diálogo entre a sociedade civil e os órgãos governamentais, exigindo uma pedagogia da participação social, assim como novas formas de fazer e compreender a política e, mais do que isso, exercitar diferentes práticas para um mundo mais inclusivo.

19	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Representações de professores e gestores de uma escola que se diz pesquisadora	Amália Galvão Idelbrand (FMU)	2019	ILDEBRANDO, Amália Galvão. Representações de professores e gestores de uma escola que se diz pesquisadora. <b>Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud</b> , 2019. Disponível em: 10.11600/1692715x.17203. Acesso em: 1 jul. 2022.	Pesquisa de escolas eficazes, envolve o escolar, pesquisas escolares.	O presente texto é parte integrante dos resultados de uma pesquisa em Educação que se propõe a refletir tanto sobre as representações de professores e gestores de uma escola que se autointitula Escola Pesquisadora como também sobre a relação entre suas práticas e a construção de conhecimento de seus alunos. Os procedimentos metodológicos empreendidos foram: entrevistas semiestruturadas com 5 gestores, 8 professores e 10 alunos egressos, bem como análises documentais e observação participante. A perspectiva teórica que se buscou seguir foi a antropologia dialética, a partir da obra de Henri Lefebvre, para quem as representações se formam entre o vivido e o concebido de sujeitos determinados. O desdobramento das ações dessa escola inovadora proporcionou aos professores a ocupação de um lugar diferenciado: o de sujeitos de criação.

20	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Reformas, privatização e política educacional: tendências e riscos atuais	Givanildo da Silva (UFAL)  Alex Vieira da Silva (UFAL)  Inalda Maria dos Santos (UFAL)	20 20	SILVA, Givanildo da; SILVA, Alex Vieira da; SANTOS, Inalda Maria dos. Reformas, privatização e política educacional: tendências e riscos atuais. <b>Eccos - Revista Científica</b> , São Paulo, n. 55, p. 1-16, e8717, out./dez. 2020. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.5585/eccos.n55.8717">https://doi.org/10.5585/eccos.n55.8717</a> . Acesso em: 01 jul. 2022.	Privatização. Reformas educacionais. Políticas educacionais.	As mudanças decorrentes das reformas de privatização geram conflitos em todas as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais. O ensaio teórico objetiva realizar uma discussão sobre as reformas educacionais no contexto da privatização desenvolvida na política educacional. A metodologia está pautada em uma perspectiva crítico-reflexiva, por meio da abordagem qualitativa e da pesquisa bibliográfica. Como apontamentos, foi possível perceber que a globalização configurou-se em um fenômeno que contribuiu para as mudanças na sociedade, através da concepção política do neoliberalismo com ênfase na privatização; as reformas educacionais desenvolvidas ocasionaram configurações com destaque à avaliação em larga escala, à reestruturação dos profissionais da educação e à defesa da competição entre as escolas, sendo que as tendências atuais estão pautadas na lógica da mercantilização e da ausência do Estado nas políticas sociais, ocasionando riscos para a educação pública.
21	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	As políticas educacionais em municípios que se orientam por referências freireanas: outro jeito de	Denise Regina da Costa Aguiar (PUC/SP)	20 17	AGUIAR, Denise Regina Costa. As políticas educacionais em municípios que se orientam por referências freireanas: outro jeito de fazer escola. <b>Eccos – Revista Científica</b> , n. 42, p. 43-160, 2017. Disponível em: <a href="https://periodicos.uninove.br/eccos/articl">https://periodicos.uninove.br/eccos/articl</a>	Educação Popular e Democrática. Paulo Freire. Políticas Educacionais.	: O presente artigo tem o propósito de estudar a influência e as contribuições do pensamento de Paulo Freire nos sistemas de ensino, mais especificamente nas propostas de políticas públicas educacionais desenvolvidas nas redes municipais de São Paulo, no período de 1989 a 1992, e Diadema, no período de 2005 a 2008, com o objetivo de ilustrar empiricamente a teorização pedagógica de base freireana. Foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa, por meio de revisão da literatura sobre a temática e análise de dissertações e teses localizadas por consulta ao banco de teses da CAPES. No estudo de caso, foram utilizados os seguintes procedimentos: análise documental, observação participante e entrevistas. Os resultados da pesquisa, aqui, apresentados evidenciam que a proposta de política pública popular e democrática desse autor caracteriza-se como projeto de escola ousado, inovador, em permanente construção e que institui um outro jeito de fazer escola pelo fato de, potencialmente, provocar uma ruptura com fazeres e saberes tão arraigados na organização da escola, ainda fortemente orientados por uma concepção de educação bancária voltada para a seletividade e a expulsão, sobretudo das camadas populares. Essa perspectiva político-pedagógica se pauta nas questões de acesso ao conhecimento e à cultura e no direito humano de “ser mais”, enfim, no direito à ética humana.

		fazer escola			e/view/3720. Acesso em: 1 jul. 2022.		
2 2	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	A formação continuada de professores e a elevação da qualidade da educação básica	Maria Manuela Franco Esteves  (Professora Auxiliar Aposentada do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa)  Regina Magna Bonifácio	20 19	ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de; ESTEVES, Maria Manuela Franco. A formação continuada de professores e a elevação da qualidade da educação básica. <b>EccoS Revista Científica</b> , n. 51, p. 1-21, 2019. Disponível em: <a href="https://www.redalyc.org/journal/715/71566554015/71566554015.pdf">https://www.redalyc.org/journal/715/71566554015/71566554015.pdf</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Educação Básica. Formação Continuada. Qualidade da Educação.	Compreendemos a formação e o desenvolvimento profissional docente que a mesma proporciona como uma questão social e política de primeira ordem no campo da educação e que se agrava em tempos atuais. A discussão desses aspectos configurase como uma importante estratégia na busca de melhorias da educação e das práticas formativas e profissionais dos professores. Este artigo apresenta algumas reflexões acerca da formação continuada, tendo como foco as realidades de dois países Brasil e Portugal que, desconsiderando as distâncias que os separam, trazem proximidades e singularidades que mobilizam novas aprendizagens e diálogos no desafio de se pensar a formação e o desenvolvimento profissional docente. É fruto do encontro de duas educadoras, uma brasileira e a outra portuguesa, que em suas trajetórias acadêmicas tiveram a oportunidade de unirem seus interesses e questionamentos num projeto de pesquisa. Em linha com as mais recentes discussões que vêm tomando lugar no campo da formação docente, com este texto pretendemos ampliar os debates e incitar novos questionamentos tomando como referência as realidades educacionais desses dois países.

			de Araújo (UFOP)				
2 3	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estudante	Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como	Emina Márcia Nery Dos Santos (UFPA)  Francisco Willams Campos Lima (UEPA)  Cassio Vale (UFPA)  São Paulo	20 20	SANTOS, Emina Márcia Nery dos; LIMA, Francisco Willams Campos; VALE, Cassio. Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante. <b>Eccos - Revista Científica</b> , São Paulo, n. 54, p.1-18, e8338, jul./set. 2020. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.5585/eccos.n54.8338">https://doi.org/10.5585/eccos.n54.8338</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Educação em direitos humanos. Escola como espaço protetivo de direitos. Escola e democracia	Neste artigo, sistematizam-se elementos estruturantes da escola como ambiente que se consolida como espaço de proteção de direitos e de valorização da diversidade, relevando que tal entendimento é condição de possibilidade de sua constituição como espaço formativo de empoderamento de crianças e adolescentes e propiciador de sua elevação a sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história. O texto objetiva reafirmar a premissa da educação em Direitos Humanos como condição para o fortalecimento de relações sociais baseadas na inclusão social e na democracia participativa, ressignificando, portanto, sua secular função social, baseada na racionalização de conteúdos formativos hegemônicos adequados aos interesses dirigentes. O artigo resulta de estudo documental dos principais referenciais normativos da política educacional brasileira pós Constituição Federal, e bibliográfico, com base em autores que pesquisam e argumentam em torno dos valores humanistas, de inclusão social e democracia política como Touraine (1992; 1994; 1996; 1998), Estêvão (2004), Cury (2005) e Freire (1992). Dessas análises, defende-se a tese segundo a qual a escola – como instituição política e social contraditória, pois reprodutora de arranjos não menos contraditórios presentes na sociedade – pode se assentar como lugar privilegiado para toda essa complexa dinâmica, formando universalmente as pessoas para que possam ocupar os espaços políticos e levar ao Estado suas demandas plurais como conteúdo das políticas públicas.

		espaço democr atizante							
--	--	------------------------------	--	--	--	--	--	--	--

2 4	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND estuda nte	Taxonomia das diretrizes para educação nos planos de governo dos elegíveis à Presidência da República Brasileira (2018)	Lázaro Cezar Dias (PPGE&D, UFSM)  Sibele Vasconcelos de Oliveira(PPGE&D, UFSM)  Rita Inês Paetzhold Pauli (PPGE&D, UFSM)	20 21	DIAS, Lázaro Cezar; OLIVEIRA, Sibele Vasconcelos de; PAULI, Rita Inês Paetzhold. Taxonomia das diretrizes para educação nos planos de governo dos elegíveis à Presidência da República Brasileira (2018). <b>Revista Brasileira de Ciência Política</b> , 2021. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/RYWJNSwTwxC3MmBCJ4DpSR/abstract/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/RYWJNSwTwxC3MmBCJ4DpSR/abstract/?lang=pt</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Eleição presidencial. Políticas públicas. Sistema fuzzy.	Compreendendo a importância da política e da participação pública no fortalecimento e legitimidade de estados democráticos, o artigo tem por objetivo analisar as diretrizes para educação dos planos de governo dos cinco candidatos mais votados na eleição presidencial brasileira em 2018. O uso da metodologia fuzzy é justificado pela grande aplicabilidade do método nas áreas das ciências sociais, sendo capaz de mapear quali e quantitativamente as informações e detalhamento das propostas. Sugere-se uma taxonomia, a qual dá um passo adiante em comparação à tradicional lógica booleana. Ressaltam-se como resultados: (i) preponderantemente, as diretrizes analisadas estão contidas em conjuntos mormente e eminentemente políticos; (ii) apenas dois candidatos dedicaram-se mais ao critério “Gestão democrática e participativa dos espaços educacionais”; (iii) proposições de candidatos que se aproximam de um espectro político à direita foram qualificadas como mormente e/ou eminentemente políticas e as de candidatos que se aproximam da esquerda, mormente e/ou eminentemente técnicas. Assumindo que tais propostas impactam diretamente na atuação governamental, é urgente e recomendado que os elegíveis exerçam um tratamento legítimo e responsável dessa etapa da formação de agenda de políticas públicas para que as desigualdades sociais, lato sensu, sejam atenuadas ao longo das próximas décadas.
--------	---	---	--	----------	--	--	--

Quantidade de trabalhos encontrados: 19  
Quantidade de trabalhos selecionados: 7

N.	Descritores usados	Título do artigo	Autores / Instituição  Local da Pesquisa/Região	Ano	Referência – Conforme norma da ABNT	Palavras-chave	Resumo
1	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes	Taxonomia das diretrizes para educação nos planos de governo dos elegíveis à Presidência da República Brasileira (2018)	Lázaro Cezar Dias (PPGE&D, UFSM)  Sibele Vasconcelos de Oliveira(PPGE&D, UFSM)  Rita Inês Paetzhold Pauli (PPGE&D, UFSM)	2021	DIAS, Lázaro Cezar; OLIVEIRA, Sibele Vasconcelos de; PAULI, Rita Inês Paetzhold. Taxonomia das diretrizes para educação nos planos de governo dos elegíveis à Presidência da República Brasileira (2018). <b>Revista Brasileira de Ciência Política</b> , 2021. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/RYWJMNSwTwxC3MmBCJ4DpSR/abstract/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/RYWJMNSwTwxC3MmBCJ4DpSR/abstract/?lang=pt</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Eleição presidencial. Políticas públicas. Sistema fuzzy.	Compreendendo a importância da política e da participação pública no fortalecimento e legitimidade de estados democráticos, o artigo tem por objetivo analisar as diretrizes para educação dos planos de governo dos cinco candidatos mais votados na eleição presidencial brasileira em 2018. O uso da metodologia fuzzy é justificado pela grande aplicabilidade do método nas áreas das ciências sociais, sendo capaz de mapear quali e quantitativamente as informações e detalhamento das propostas. Sugere-se uma taxonomia, a qual dá um passo adiante em comparação à tradicional lógica booleana. Ressaltam-se como resultados: (i) preponderantemente, as diretrizes analisadas estão contidas em conjuntos mormente e eminentemente políticos; (ii) apenas dois candidatos dedicaram-se mais ao critério “Gestão democrática e participativa dos espaços educacionais”; (iii) proposições de candidatos que se aproximam de um espectro político à direita foram qualificadas como mormente e/ou eminentemente políticas e as de candidatos que se aproximam da esquerda, mormente e/ou eminentemente técnicas. Assumindo que tais propostas impactam diretamente na atuação governamental, é urgente e recomendado que os elegíveis exerçam um tratamento legítimo e responsável dessa etapa da formação de agenda de políticas públicas para que as desigualdades sociais, lato sensu, sejam atenuadas ao longo das próximas décadas.

2	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes	Predominância ou coexistência?: modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação.	Alexandre Matos Drumond (UFV)  Suely de Fátima Ramos Silveira (UFV)  Edson Arlindo Silva (UFV)  Rio de Janeiro	2013	DRUMOND, Alexandre Matos; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; SILVA, Edson Arlindo. Predominância ou coexistência?: modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. <b>Revista de Administração Pública</b> , v. 48, p. 3-25, 2014. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/rap/a/fsJhVDkhWY3n3HYXpJwcT9d/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/rap/a/fsJhVDkhWY3n3HYXpJwcT9d/?lang=pt</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	modelos de administração pública brasileira; ciclo político; Política Nacional de Habitação	No Brasil, identifica-se que a administração pública tem sido conduzida ao longo dos anos por diferentes modelos de gestão: patrimonialista, burocrático, gerencial e societal, cada qual representando determinado contexto histórico, econômico e político. Este artigo verifica quais elementos desses modelos predominam na administração pública brasileira, tendo como objeto de análise a Política Nacional de Habitação e suas etapas no ciclo político. Constata-se que essa política pública é marcada pelo hibridismo de elementos característicos dos modelos de administração pública burocrático, gerencial e com predominância do modelo societal, por se tornar evidente em todas as etapas do ciclo político analisadas.
3	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes	A formação centrada na escola: mediação para a organização do trabalho pedagógico	Ademar de Lima Carvalho (PPGEdu/UFR)  Izelda Goreth dos Santos Mangialardo (Professora da rede pública municipal)	2020	CARVALHO, Ademar de Lima; MANGIALARDO, Izelda Goreth dos Santos. A formação centrada na escola: mediação para a organização do trabalho pedagógico. <b>Eccos - Revista Científica</b> , São Paulo, n. 55, p. 1-16, e8389, out./dez. 2020. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.5585/e">https://doi.org/10.5585/e</a>	Educação. Formação centrada na escola. Professor. Trabalho pedagógico.	Este artigo apresenta uma reflexão teórica sobre a formação centrada na escola como instrumento para a organização do trabalho pedagógico. Ancora-se em alguns teóricos que contribuíram para elucidar a questão, dentre eles, destacamos: Freire (1991; 1997; 2001; 2011; 2015), Carvalho (2005; 2006; 2010), Veiga (1995), Ferreira (2008), Domingues (2014), Imbernón (2009). O estudo fundamenta-se na perspectiva de uma formação onde há interação, diálogo, reflexão, participação e avaliação entre os atores envolvidos no âmbito escolar para que possam ser criadas alternativas para melhoria da prática educativa. O ato da reflexão da prática impulsiona o professor à busca investigativa como possibilidade de transformação e inovação da prática pedagógica. A formação centrada na escola toma como ponto de partida as situações problemáticas que desafiam a prática do professor no processo em que se organiza o trabalho pedagógico e o levam a assumir-se como sujeito da ação comprometido com sua transformação.

			de ensino de Rondonópolis, MT)		ccos.n55.8389. Acesso em: 1 jul. 2022.		
			São Paulo				
4	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes	Contribuições da pedagogia freireana na formação de administradores empreendedores	Rosivaldo de Lima Lucena (UFPB)  Wanusa Campos Centurión (UFBA)  José de Arimatéia Dias Valadão (UFPE)  Rio de Janeiro	2014	LUCENA, Rosivaldo de Lima; CENTURIÓN, Wanusa Campos; VALADÃO, José de Arimatéia Dias. Contribuições da pedagogia freireana na formação de administradores empreendedores . <b>Revista Pensamento Contemporâneo em Administração</b> , v. 8, n. 1, p. 1-16, 2014. Disponível em: <a href="http://www.spell.org.br/documentos/ver/31167/contribuicoes-da-pedagogia-freireana-na-formacao-de-administradores-empreendedores">http://www.spell.org.br/documentos/ver/31167/contribuicoes-da-pedagogia-freireana-na-formacao-de-administradores-empreendedores</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	Empreendedorismo. Paulo Freire. Ensino . Administração.	O objetivo deste ensaio foi analisar como a Pedagogia Freireana contribui para o desenvolvimento de profissionais empreendedores na área de Administração. A fundamentação teórica foi baseada em questões relacionadas à Pedagogia Freireana, ao empreendedorismo, à educação empreendedora e ao ensino nos cursos de Administração. Uma comparação da educação empreendedora com a pedagogia de Paulo Freire foi feita com o intuito de identificar os aspectos convergentes e possibilidades de contribuição dessa pedagogia para o desenvolvimento de profissionais empreendedores nas Instituições de Ensino Superior (IES), mais especificamente do curso de Administração. Foi identificado que a educação empreendedora enfatiza comportamentos e atitudes, envolvendo o desenvolvimento de potencialidades fundamentais em um âmbito maior que o fazer empresarial e o saber técnico-científico, buscando na auto-realização a valorização do ser e da coletividade, fatores que convergem diretamente com a pedagogia proposta por Paulo Freire.

5	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes	Representações de professores e gestores de uma escola que se diz pesquisadora	Amália Galvão Idelbrando (FMU)	2019	ILDEBRANDO, Amália Galvão. Representações de professores e gestores de uma escola que se diz pesquisadora. <b>Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud</b> , 2019. Disponível em: 10.11600/1692715x.17203. Acesso em: 1 jul. 2022.	Pesquisa de escolas eficazes, envolvimento escolar, pesquisas escolares.	O presente texto é parte integrante dos resultados de uma pesquisa em Educação que se propõe a refletir tanto sobre as representações de professores e gestores de uma escola que se autointitula Escola Pesquisadora como também sobre a relação entre suas práticas e a construção de conhecimento de seus alunos. Os procedimentos metodológicos empreendidos foram: entrevistas semiestruturadas com 5 gestores, 8 professores e 10 alunos egressos, bem como análises documentais e observação participante. A perspectiva teórica que se buscou seguir foi a antropologia dialética, a partir da obra de Henri Lefebvre, para quem as representações se formam entre o vivido e o concebido de sujeitos determinados. O desdobramento das ações dessa escola inovadora proporcionou aos professores a ocupação de um lugar diferenciado: o de sujeitos de criação.
---	--	--	--------------------------------	------	--	--	--

6	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes	Criatividade em Sala de Aula: Fatores Inibidores e Facilidades Segundo Coordenadores Pedagógicos	Eunice Soriano de Alencar (Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília)  Denise de Souza Fleith (Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília)  Clarissa Nogueira Borges (Secretaria de Educação do Distrito Federal)  Evely Boruchovitch (UNICAMP)	2018	ALENCAR, Eunice Soriano de, et al. Criatividade em sala de aula: fatores inibidores e facilitadores segundo coordenadores pedagógicos. <b>Psico-USF</b> , v. 23, p. 555-566, 2018. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/psuf/a/vmnNjrjYgsGNGSrzm5n44cp/?format=html">https://www.scielo.br/j/psuf/a/vmnNjrjYgsGNGSrzm5n44cp/?format=html</a> . Acesso em: 1 jul. 2022.	criatividade, coordenador pedagógico, escola, práticas docentes, professor	Este estudo investigou, em uma amostra de 66 coordenadores pedagógicos de instituições de ensino fundamental, fatores que dificultam o professor a estimular o desenvolvimento da criatividade discente e procedimentos que o coordenador poderia utilizar para apoiar o docente na promoção da criatividade em sala de aula. Os participantes responderam um questionário composto por uma checklist de barreiras à criatividade em sala de aula e quatro questões abertas. Desconhecimento pelo professor de práticas pedagógicas para favorecer o desenvolvimento da criatividade discente e de textos a esse respeito, além de insegurança para testar novas práticas pedagógicas foram os fatores inibidores mais sinalizados. Oferecer cursos para professores, além de orientação, apoio e incentivo aos docentes foram os procedimentos mais apontados pelos coordenadores para auxiliar o professor a encorajar a criatividade em sala de aula.
---	--	--	--	------	---	--	--

			São Paulo					
--	--	--	-----------	--	--	--	--	--



1	"gestão democrática na escola de ensino integral: limites e possibilidades"	Gestão democrática na escola de ensino integral: Limites e Possibilidades	Daniel Gelini Quaresma  São Paulo	2015	QUARESMA, Daniel Gelini. <b>Gestão democrática na escola de ensino integral: limites e possibilidades</b> . Dissertação profissional em educação: formação de Formadores) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <a href="https://tede.pucsp.br/handle/handle/10249">https://tede.pucsp.br/handle/handle/10249</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	Paulo Freire e Gestão democrática; Ensino Integral; Categorias: diálogo, participação e autonomia	A pesquisa investiga os limites e as possibilidades da efetivação da gestão democrática numa escola estadual de ensino integral em São Paulo, considerando os princípios de diálogo, participação e autonomia propostos por Paulo Freire em sua pedagogia libertadora. Com foco em gestão escolar, este estudo descreve a criação de condições para a reorientação das ações na Escola de Ensino Integral, a fim de reorganizá-las e reinventá-las, ambicionando o respeito às necessidades dos alunos. Como a gestão escolar não se dá de uma forma neutra – estando condicionada a um tipo de educação e resultados sujeitos a diversas concepções e interesses no cotidiano escolar – espera-se, por meio de uma ação democrática, que todos os atores envolvidos na comunidade escolar se apropriem da valorização e da identificação cultural para a efetiva participação no reduto social. Os resultados apontam para possibilidades concretas da gestão democrática no Programa Escola de Ensino Integral, orientadas pela criação de novas condições para a superação de enfrentamentos e limitações a partir da necessidade de se travar uma ação gestora compartilhada, participativa e desalienada.
---	---	---	---	------	--	---	--

2	"gestão democrática e participativa"	Gestão democrática e participação das juventudes	ERIK A APARECIDA ECID A VILA S BÔAS	2018	BÔAS, Erika Aparecida Vilas. <b>Gestão democrática e participação das juventudes.</b> Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <a href="http://mestrado.caedufjf.net/erika-aparecida-vilas-boas/">http://mestrado.caedufjf.net/erika-aparecida-vilas-boas/</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	Gestão democrática e participativa. Protagonismo Juvenil. Grêmios Estudantis.	A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado discutiu a participação das juventudes da Escola Estadual Cinira Carvalho. O objetivo geral foi analisar como acontece a participação das juventudes na Escola, considerando o viés da gestão democrática e participativa, focada no protagonismo juvenil. No capítulo 1, o caso foi delineado a partir da descrição da participação das juventudes da escola pesquisada. Foram apresentadas as legislações de onde é contemplada a gestão democrática e participativa, considerando as esferas nacional e estadual. Logo após, foi abordada a caracterização da escola e suas documentações e ações que fomentam a gestão democrática e participativa, bem como a participação e envolvimento das juventudes nas ações promovidas pela instituição. O capítulo 2 apresentou o referencial teórico que deu aporte para esse caso de gestão, a partir de conceitos de Dayrell, Carrano e Maia (2014), Paro (2016), Lück, (2009), Freire (2004), Costa (2000), no que tange a participação das juventudes na escola, considerando as condições juvenis, as políticas sociais, a gestão democrática e participativa, os espaços de participação, a participação e o protagonismo juvenil. A metodologia abordada foi a pesquisa qualitativa, realizada a partir de um estudo de caso; e, como instrumentos, adotamos a observação em campo e o grupo focal. A execução da pesquisa trouxe respostas à questão norteadora. Os jovens demonstram desconhecer os mecanismos de participação da escola e não sabem como criar tais espaços. Constatou-se que as e os estudantes participam parcialmente das ações propostas, sendo elas repassadas, além disso, sem orientação e acompanhamentos. Diante das problemáticas identificadas, foi proposto um Plano de Ação Educacional, que sugere ações que podem fomentar a participação das juventudes, a partir do protagonismo juvenil. Considera-se que as para efetivar a formação focada no protagonismo juvenil, as juventudes deverão participar ativamente em todo o procedimento, desde a execução, até a avaliação das ações propostas.
---	--------------------------------------	--	-------------------------------------	------	---	---	--

3	"gestão de participação AN D	O funcionamento efetivo do conselho escola como prática de gestão democrática AN D	MAR CIA PEREIRA DE ALMEIDA SOUZA Juiz de Fora, MT	2017	SOUZA, Marcia Pereira de Almeida. <b>O funcionamento efetivo do conselho escolar como prática de gestão democrática.</b> Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <a href="https://www.la referencia.info/vufind/Record/BR_b36f9cdf3a7e0ec3966d25edee4f1b0b">https://www.la referencia.info/vufind/Record/BR_b36f9cdf3a7e0ec3966d25edee4f1b0b</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	Gestão de mo crática. Participação. Conselho escolar	O presente trabalho teve como objetivo investigar as causas que dificultam o funcionamento efetivo do Conselho Escolar da Escola Estadual de Tempo Integral Raimundo Lourenço. Assumimos como hipótese que o funcionamento efetivo do Conselho Escolar não ocorre devido à falta de participação dos diversos segmentos da comunidade escolar nas atividades desenvolvidas pela escola. Foi realizada uma descrição do caso em questão e apresentada uma contextualização do princípio da gestão democrática no cenário educacional público brasileiro, estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e nos Planos Nacionais de Educação de 2001 e 2014 (BRASIL, 1988; 1996; 2001; 2014). Os referenciais teóricos, que fundamentaram as considerações apresentadas acerca da participação social, autonomia e gestão democrática na escola, foram de contribuições de Cury (2002), Dallari (1984), Luck (2011; 2013) e Paro (2002). Examinamos a gestão democrática, no contexto educacional do ensino público brasileiro e a concepção de Conselho Escolar como instrumento de gestão democrática no âmbito escolar. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, procurando compreender os fenômenos, segundo a perspectiva dos sujeitos envolvidos na situação em estudo. Como instrumentos para produção de dados, foram feitas análises documentais e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o gestor e com os demais conselheiros do conselho escolar, no intuito de descrever a forma de participação do conselheiro e o que os levou a essa participação. Ainda, objetivou-se conhecer a percepção de cada entrevistado sobre o funcionamento do CE e sobre o tipo de gestão que é exercida na escola. De acordo com as informações obtidas por meio das entrevistas, foi possível constatar alguns desafios que impedem a atuação a contento do CE como prática de uma gestão participativa. Dentre esses desafios, destacam-se a existência de um CE que não atende a sua finalidade de promover a gestão democrática dentro da escola; conselheiros que não conhecem suas atribuições nem as funções do conselho, bem como sua real importância. Podemos identificar também que a gestão da escola não é desenvolvida de forma democrática. Diante disso, propomos, no último capítulo, um Plano de Ação Educacional (PAE) com quatro ações: Formação dos Conselheiros; sensibilização da comunidade escolar sobre a importância de um CE atuante; fortalecimento das parcerias com a gestão escolar e demais órgãos colegiados da escola; e a construção de um Plano de Ação que atenda às prioridades e especificidades da escola. Tais ações possuem o objetivo de contribuir com a concretização da atuação dos diversos segmentos da comunidade escolar no cotidiano da escola. No entanto, reconhecemos que o tema abordado é complexo, o que exige novas investigações sobre a atuação do CE, para que venham contribuir com a concretização de uma vivência democrática dentro da escola.
---	------------------------------	--	---	------	--	--	---

4	"gestão democrática na escola municipal: o Conselho Escolar em questão"	AN D	Ana Lúcia Silva Vargas	2018	VARGAS, Ana Lúcia Silva. <b>A gestão democrática na escola municipal:</b> o conselho escolar em questão. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <a href="https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16223">https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16223</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	Gestão Democrática. Conselho Escolar.	O tema da presente dissertação destacou-se como “Os espaços de democracia no Sistema Municipal de Educação”, tendo como campo de pesquisa o Conselho Escolar das escolas públicas municipais no Município de Alegrete, com base no problema: quais os limites e possibilidades de concretização de uma democracia participativa nos Conselhos Escolares como espaços públicos de representatividade social na gestão escolar? Nesta perspectiva, o objetivo geral foi analisar os Conselhos Escolares em escolas municipais de Alegrete como espaços de democracia e participação no Sistema Municipal de Educação, a partir de suas concepções e ações. Os objetivos específicos foram: Investigar os espaços de exercício da democracia existentes na realidade político-social e econômica; Investigar concepções e formas de atuação do Sistema Municipal de Educação na perspectiva da democratização dos órgãos colegiados; Identificar funções e atribuições dos Conselhos Escolares como espaços de exercício da democracia na realidade escolar; Investigar em que medida acontece a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão no Conselho Escolar de quatro escolas da Educação Básica da rede municipal; Aplicar na escola municipal, aqui denominada Escola A, o projeto de intervenção, tomando o Conselho Escolar como objeto da pesquisa. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizado o Estudo de Caso, como um método de pesquisa qualitativa, começando com uma revisão de literatura pertinente ao assunto. Para a coleta de dados foram utilizadas a Pesquisa Documental e Questionários e para o projeto de intervenção, o debate se deu por meio de Grupo Focal. Os sujeitos da pesquisa foram os integrantes do Conselho Escolar de 4 escolas da Rede Municipal, que responderam ao questionário. Na escola “A” foi realizado o Grupo Focal e desenvolvido um curso de formação para a comunidade escolar, o qual foi o produto deste Mestrado Profissional. Os resultados destas atividades evidenciaram que o grande desafio é conquistar maior efetividade na participação e co-responsabilização dos participantes dos Conselhos Escolares em uma perspectiva democrática, o que implica na busca dos interesses dos diversos segmentos envolvidos e maior transparência e legitimidade nas decisões tomadas, contribuindo para a formação de todos numa perspectiva cidadã, em espaços de democracia na comunidade escolar.
---	---	------	------------------------	------	--	---------------------------------------	---

5	"gestão do modelo curricular AN D Ge stã o par tici pat iva " AN D est uda nte	Escola experimental de tempo integral e gestão democrática: um estudo do cotidiano escolar	LEANDRO COSTA VIEIRA Cuiabá, MT	2015	VIEIRA, Leandro Costa. <b>Escola experimental de tempo integral e gestão democrática: um estudo do cotidiano escolar.</b> Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Disponível em: <a href="https://ri.ufmt.br/handle/1/183">https://ri.ufmt.br/handle/1/183</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	Educação Integral; Gestão Democrática; Autonomia; Participação	A pesquisa aqui apresentada retrata aspectos do cotidiano de uma comunidade escolar no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul. Tendo como objetivo central identificar as estratégias e articulações referentes à gestão democrática, constituída a partir das relações entre escola e comunidade, presentes na construção e no desenvolvimento de ações pedagógicas no Programa Especial de Educação Integral de Corumbá. Considerou-se pertinente, na realização da pesquisa, o Estudo do Cotidiano Escolar como metodologia para as interpretações referentes ao espaço de ocupação pelos sujeitos da comunidade escolar. Tendo como base teórica e epistemológica de pesquisa autores tais quais: Certeau (2014); Azevedo (2002-2003); Alves e Oliveira (2001, 2002); dentre outros que colaboram com estas obras, referindo-se ao estudo do cotidiano escolar. Para o embasamento teórico sobre gestão democrática e Educação Integral, buscaram-se referenciais em Moll (2000, 2012); Freire (1996, 2011, 2012, 2014); Arroyo (2011, 2012); Silva; Silva (2012); e outros autores relacionados ao tema. A pesquisa empírica deu-se a partir de observações, anotações em diário de campo, conversas e entrevistas com os sujeitos da escola e da comunidade do bairro, articulando teoria e prática como elementares no processo construído da pesquisa, evidenciando como tem se dado o processo democrático da escola, evidenciado a partir de três categorias: Democracia, Poder e Participação. Dos dados coletados, categorizados e analisados, encontram-se os resultados evidenciados a partir das interpretações sobre o modo como a comunidade escolar percebe o processo democrático na sua conjuntura mais ampla. Priorizou-se um olhar mais atento às ações referentes à formação, numa perspectiva emancipadora, capaz de promover a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educativo e, ainda, a formação integral e integrada dos educandos para a vida. O que se pode considerar é que há um discurso de democracia que não se efetiva na prática. A comunidade não participa democraticamente das decisões mais importantes da gestão. Constatou-se que há um movimento de gestão e organização do trabalho escolar verticalizado, embora se tenham algumas estratégias de participação que revelam muito mais um jogo de poder e de manipulação
---	--	--	------------------------------------	------	---	--	--

6	"gestão democrática"	Gestão democrática na educação do campo	IORM RODRIGUES DA SILVA	2014	SILVA, Iorim Rodrigues da. <b>Gestão democrática na educação do campo:</b> o significado do projeto político pedagógico na construção de ações e relações participativas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2014(a). Disponível em: <a href="https://ri.ufmt.br/handle/1/408">https://ri.ufmt.br/handle/1/408</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	Gestão Democrática. Relações participativas. Projeto Político Pedagógico.	A presente pesquisa, vinculada ao Programa de Pós Graduação em educação, (PPGEdu/CUR/UFMT) na linha de Formação de Professores e Políticas Públicas Educacionais, tem como objeto de estudo a gestão escolar na educação do campo: o significado do projeto político pedagógico na construção da Gestão Democrática da Escola. O objetivo geral foi analisar a compreensão que os professores apresentam sobre o significado do processo de construção do projeto político pedagógico como condição de construção de ações e relações participativas no interior da escola. Para o alcance do objetivo, adotou-se a abordagem qualitativa interpretativa, sendo que a coleta dos dados foi feita por meio de análise documental e aplicação de questionário. O lócus que possibilitou este estudo compreende uma escola do campo da rede municipal de Rondonópolis-MT, tendo como sujeitos seis educadores. Para subsidiar as discussões numa perspectiva crítica da educação tomamos como autores basilares: Severino (1998 e 2006); Haddad (2012); Hora ( 2007); Lück (1996 e 1998) e Oliveira (2005, 2007). As concepções de gestão democrática, seus elementos democratizantes e organização da Educação do Campo foram norteados pela leitura de autores como Freire (1988, 1997, 2006); Arroyo (2005, 2006); Caldart (2004); Carvalho (2005, 2006); Garske (1998, 2000, 2006); Gohn (2003); Paro (1993, 1996, 2002 e 2004); Sander (1995, 2005 e 2007. Constatou-se, no presente estudo, que os professores percebem a importância do PPP para a democratização da gestão, mas há ausência da consolidação de práticas de participação efetiva dos atores da comunidade escolar de maneira que contribua significativamente para a autonomia e para a consolidação da gestão mais democrática. Acredita-se que este estudo contribua para a avaliação das políticas públicas para a educação do campo, de modo que o papel da escola seja repensado e que o PPP constitua-se, na prática, como instrumento que fortalece a democracia com a participação de todos.
---	----------------------	---	-------------------------	------	---	---	--

7	"gestão democrática"	Gestão democrática na escola pública: interfaces entre gerencialismo e gestão participativa"	JOSAFÁ DA CONCEIÇÃO EICÃO CLEMENTE  São Luís	2015	CLEMENTE, Josafá da Conceição. <b>Gestão escolar na escola pública: interfaces entre gerencialismo e gestão democrática.</b> Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <a href="http://www.tede.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/99">http://www.tede.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/99</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	Política Educacional.	A presente dissertação trata da Gestão Escolar na Escola Pública: interfaces entre gerencialismo e gestão democrática, na perspectiva de apreender a concepção de gestão escolar que norteia as práticas gestoras em uma escola da rede pública estadual em São Luís-Maranhão. A metodologia orienta-se no materialismo histórico-dialético e utiliza pesquisa bibliográfica, documental e de campo, subsidiada por levantamento dos dados empíricos através da realização de entrevistas semiestruturadas aplicadas a uma amostra constituída por 35 sujeitos, cujas informações possibilitaram ampliar o conhecimento sobre a realidade social vivenciada pela escola pública e suas relações com o contexto social e educacional, materializado pelo reconhecimento dos discursos contraditórios dos sujeitos na efetivação das políticas de gestão escolar. Dentre os autores que referenciaram o presente estudo, destacam-se: Marx (1979), Gramsci (1999), Piote (1975), Kosik (1976), Gruppi (1978), Oliveira (2010), Cabral Neto (2007), (2009), (2011), Libâneo (2012), Ferreira (2006), Savianni (2001), (2007), Dourado (2001), (2006), Frigoto (1999), (2003), entre outros. O texto dissertativo está estruturado em capítulos, sendo o primeiro reservado à demarcação inicial do objeto, aos objetivos e às questões norteadoras, ao percurso metodológico e à organização do texto. No segundo, analisam-se as transformações decorrentes do progresso técnico científico e seus impactos na configuração das políticas educacionais e na gestão da educação. No terceiro, reflete-se sobre as concepções de administração e gestão escolar no âmbito do sistema educacional brasileiro. No quarto capítulo, abordam-se as políticas de gestão da educação no estado do Maranhão e realiza-se a caracterização das práticas gestoras em uma escola da rede pública estadual. A realidade observada revelou que as políticas educacionais de gestão escolar representam mais possibilidades de manutenção de controle do sistema educacional, dos resultados, da flexibilização, das metas e dos indicadores, do que a efetivação da autonomia, participação, do interesse coletivo e da democratização oriundos de uma perspectiva democrática. Concluiu-se que a realidade pesquisada caminha mais alinhada ao controle das concepções gerencialistas do que das orientações democrático-participativas.
---	----------------------	--	--	------	---	-----------------------	---

8	"gestão democrática"	Gestão colegiada em escolas públicas estaduais: confronto do sentido democrático no legal e no real	ROZA MARI A SOARES DA SILVA A  São Luís	2014	SILVA, Roza Maria Soares da. <b>Gestão colegiada em escolas públicas estaduais: confronto do sentido democrático no legal e no real.</b> Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014(b). Disponível em: <a href="https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/92">https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/92</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	Gestão Democrática. Conselho Escolar. Colegiado Escolar. Base legal. Concepis. Principios. Autonomia. Gestão De	<p>O presente trabalho integra o Grupo de Pesquisa Políticas de Educação Básica, Linha de Pesquisa: Estado e Gestão Educacional do Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão. A dissertação intitulada: <i>Gestão Colegiada em Escolas Públicas Estaduais: confronto do sentido democrático no legal e no real</i>, tem por objetivo analisar a relação entre a base normativa e atuação do Colegiado Escolar e suas implicações na implementação da Gestão Democrática. Reflete-se sobre as mudanças na educação a partir dos anos 1980, 1990 e 2000, incorporadas aos documentos oficiais que postulam a gestão democrática como princípio norteador para as escolas públicas, e sobre a evolução da administração geral para compreender como a mudança de paradigma de administração impactou a escola, além de refletir sobre o desenvolvimento das concepções e princípios que permeiam a prática de gestão. Aborda-se, ainda, o Conselho Escolar / Colegiado Escolar como um dos mecanismos do processo de democratização da gestão das escolas da rede pública de ensino. Tendo por base informações sobre a atuação dos Colegiados Escolares no Estado do Maranhão, desde sua implantação, reflete sobre sua contribuição para implementação da democratização das escolas estaduais, focalizando-o como instrumento que pode contribuir para a autonomia e fortalecimento da participação. A pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentada no materialismo historicodialético o que proporcionou a compreensão das categorias da gestão democrática: autonomia, participação e democratização para além dos limites impostos nas formulações oficiais sobre política educacional. As etapas de desenvolvimento da pesquisa contemplaram a pesquisa bibliográfica, documental e de campo onde foram feitas as coletas de dados sobre a atuação dos Colegiados Escolares. A análise desses dados/informações teve como referência autores como Abranches (2003), Antunes (2002), Oliveira (1997), Novaes (1995), Ferreira (2003), Libâneo (2003), Chiavenato (2000, 2003), Cabral Neto (2010), Dourado (2011), Barros Neto (2001), Ghon (2008), Kuenzer (2000), Kosik (2002), Triviños (1987), entre outros. Com base nos dados da pesquisa empírica analisou-se a percepção dos representantes da comunidade escolar através dos segmentos que compõem o Colegiado Escolar (pais, estudantes, professores, técnicos pedagógicos e administrativos e gestores), que responderam ao instrumento de pesquisa, entrevista semiestruturada, aplicada nas escolas da rede pública estadual: Centro de Ensino Nascimento de Moraes e Centro de Ensino Graça Aranha, localizadas no município de Imperatriz MA; no período de dezembro de 2013 a maio de 2014. Os dados da pesquisa sobre a gestão nas escolas públicas estaduais apontaram que a implementação do processo democrático se apoia na legislação com destaque para a Constituição Federal de 1988, Estadual de 1989, LDB nº 9.394/1996, PNEs e demais instrumentos normativos. As escolas utilizam o Colegiado Escolar, o Projeto Político Pedagógico e o Caixa Escolar como mecanismos que podem contribuir para a construção do processo de democratização da escola pública estadual. Constatou-se, ainda, que a compreensão é limitada e elementar sobre o processo de gestão democrática, no sentido de entender seus princípios, concepções e as diretrizes que dão sustentação para a construção da autonomia da escola.</p>
---	----------------------	---	---	------	--	---	--



9	"gestão escolar como elemento de qualidade da educação pública"	A gestão escolar como elemento de qualidade da educação pública: limites e possibilidades	Fernanda Arndt Mesenbrugg  Pelotas, RS	2019	MESENBURG, Fernanda Arndt. <b>A gestão escolar como elemento de qualidade da educação pública: limites e possibilidades</b> . 2019. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pelotas, RS, 2019. Disponível em: <a href="http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5648">http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5648</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	gestão escolar; gestão de mo crática; qualida de.	Esta Dissertação apresenta como objetivo geral analisar de que forma o trabalho da equipe gestora interfere na qualidade das escolas. Para tanto, foram escolhidas duas instituições da rede municipal de Pelotas com base nos seguintes critérios: escolas da zona urbana; localizadas em um bairro com mais de uma escola e considerado de vulnerabilidade social; e escolas com número aproximado de alunos. Para analisar a qualidade e seus múltiplos fatores, a realidade socioeconômica das escolas foi caracterizada, demonstrando outros aspectos que interferem nessa qualidade. Para tanto, se fez necessário aprofundar conceitos como gestão educacional, gestão escolar democrática, participação, qualidade, entre outros, os quais foram descritos tomando por base as contribuições de importantes autores como Vitor Paro, Heloisa Lück e José Carlos Libâneo. Além destes, a Nova Gestão Pública foi abordada, em virtude de a pesquisa de campo revelar a presença de sua lógica na rede municipal de Pelotas, impactando diretamente no trabalho das equipes gestoras. Para tal abordagem utilizou-se como base as contribuições de autores como Álvaro Hypolito, Dalila Andrade Oliveira, entre outros. No que diz respeito a metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com estudos de casos múltiplos, desenvolvida com base na perspectiva metodológica de Análise de Conteúdo. A análise dos dados obtidos com a pesquisa de campo, fazendo um contraponto com os achados teóricos, possibilitou constatar que o modelo de governo pautado nos princípios do Neoliberalismo, através da Nova Gestão Pública, adentrou o sistema de governo municipal, interferindo nas formas das equipes diretivas organizarem as instituições escolares. Com isso, evidenciou-se que a preocupação com os resultados esteve fortemente presente nas escolas, mobilizando as equipes e seus professores na busca pelo bom desempenho. Outro dado diz respeito a participação da comunidade, onde se concluiu que a mesma foi convidada a participar apenas em momentos festivos ou burocráticos, não sendo chamada nos momentos de decisões. A falta de material humano também foi apontada como uma dificuldade das equipes, que fez com que as coordenadoras se desviassem de sua função eminentemente pedagógica, fator essencial para a qualificação do trabalho docente. Em síntese, trataram-se de mecanismos que afastaram as equipes de modos democráticos de gestão escolar e as aproximou de modos gerencialistas que estão pautados em princípios como eficiência, produtividade mensurada por aferição de resultados em avaliações externas, regulação e controle do trabalho docente. Em contrapartida, a pesquisa possibilitou compreender que, mesmo ainda distante de modos de gestão democráticos, as equipes gestoras possuem papel de extrema importância na consolidação da escola pública de qualidade. Tal movimento ficou evidente também nas falas dos professores, que afirmaram que suas práticas se qualificam ao receberem orientações e suporte pedagógico.
---	---	---	--	------	--	---	---

10	"gestão democrática"	Base Nacional Comum Curricular:	Vanessa Silva	2018	SILVA, Vanessa Silva da. <b>Base Nacional Comum Curricular:</b> uma análise crítica do texto da política. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2018(b). Disponível em: <a href="http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4386">http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4386</a> . Acesso em: 08 jul. 2022.	Base Nacional Comum Curricular; Políticas educacionais e curriculares; Gestão Democrática da Educação	Esta pesquisa consistiu em analisar o texto da lei da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), política que unifica 60% dos conteúdos curriculares das etapas de ensino referente à educação infantil e ensino fundamental, atingindo todas as escolas no território nacional. Buscou-se elucidar quem foram os atores que participaram de cada uma das etapas de elaboração das três versões e do texto final da lei, além de contextualizar o período político nacional e internacional que permearam a elaboração de cada uma das quatro versões. A análise realizada no texto final desta política teve como intencionalidade compreender quais concepções de educação e de currículo permeiam a atual política curricular, traduzida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e quais seus possíveis efeitos na formação dos/das estudantes. Elencou-se como objetivo geral da pesquisa analisar o currículo nacional como instrumento de política educacional, buscando compreender seus nexos e sentidos. Para tal, adotou-se a abordagem metodológica qualitativa, na perspectiva crítica, utilizando como metodologia para a análise do texto da política a Análise de Conteúdo (AC), aplicando como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental com aporte teórico em Minayo, Ball, Bardin, entre outros. O estudo mostra evidente contradição entre o documento e o princípio da democracia, ao desconsiderar o pluralismo de ideias e os fundamentos da gestão democrática, participação e transparência, amparadas pelo artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Pode-se constatar que seu fundamento pedagógico pautado na Pedagogia da Competência é um visível retrocesso curricular à década de 1990, devido ao contexto de influência dos mecanismos internacionais e, diante do campo político favorável as interferências do terceiro setor nomeados como os reformadores empresariais que imprimem uma visão ideológica mercantil de educação que busca o sucesso escolar na perspectiva da qualidade total, passível de ser mensurado quantitativamente através de avaliações externas, em detrimento do sucesso educativo de qualidade social e propulsora da emancipação dos sujeitos. Sendo assim, conclui-se que a BNCC apresenta um currículo tecnocrático e utilitarista, que visa a formação de sujeitos através de competências cognitivas e socioemocionais para sua atuação no mercado, acabando por desumanizá-los ao percebê-los apenas como força de trabalho produtiva, dentro de uma visão reducionista de educação escolar, o que impossibilita sua emancipação para compreender criticamente o mundo e agir sobre ele, diante de suas necessidades, desejos e aspirações.
----	----------------------	---------------------------------	---------------	------	--	---	---

						caç ão; Av alia ção em larg a esc ala.	
1 1	"ge stã o de mo crá tica " AN D Ge stã o par tici pat iva " AN D est uda nte	Educa ção inclus iva e os desafi os da equip e gestor a de uma escola regula r de ensin o	CLÁU DIO LOPE S DA SILV A  Juiz de Fora, MG	20 18	SILVA, Claudio Lopes da. <b>Educação inclusiva e os desafios da equipe gestora de uma escola regular de ensino.</b> Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018(a).	Edu caç ão incl usi va; Ges tão de mo crát ica; Alu nos co m nec essi dad es edu caci ona	Este trabalho analisou os desafios encontrados pela equipe gestora de uma escola pública regular na inclusão de alunos com necessidade educativa especial. Trata-se de um estudo de caso que procurou descrever a perspectiva da Educação Inclusiva a partir de uma visão histórica, das condições legais e de atendimento, do cenário nacional, estadual, regional e na unidade escolar em que esse estudo foi realizado. Após essa descrição, realizou-se uma análise da gestão escolar, tendo como eixos a escola inclusiva e a gestão democrática, considerando que a inclusão denota uma equipe gestora com um perfil mais reflexivo e aberto às diferenças como condição básica para a construção de uma escola para todos. Logo, partiu-se da premissa que uma escola para ser inclusiva a gestão deve ser exercida de forma democrática e participativa. Contribuiu para essa análise o pensamento acadêmico de autores que investigam esses temas, como Mantoan (1997, 2011); Carvalho (2014); Dutra e Gribosk (2012); Seabra, Ferreira e Neiva (2017); Burgos e Canegal (2011); Neubauner e Silveira (2009); Paro (1998); Tezani (2004); Oliveira (2010); Luck (2010); e Silva (2006). Os resultados encontrados permitiram inferir que, na escola estudada, as ações pedagógicas e administrativas concernentes à efetivação da inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais ocorrem, mas sem a devida articulação entre os envolvidos – pais, alunos, professores e gestores. Isso evidenciou o despreparo da comunidade escolar para promover as condições necessárias para a efetivação da educação inclusiva como um direito e da gestão democrática como um instrumento. Essas constatações foram utilizadas na construção do Plano de Ação Educacional proposto ao final deste trabalho, com a definição de estratégias e de ações para o fortalecimento da educação inclusiva.

					Disponível em: <a href="https://www.la-referencia.info/vufind/Record/BR_8d8667ea2f7f1f9bffb615e6ca769e11">https://www.la-referencia.info/vufind/Record/BR_8d8667ea2f7f1f9bffb615e6ca769e11</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	is específica.	
1 2	"gestão democrática AN D Gestão participativa AN D estuda nte	Gestão Escolar Democrática e Participação dos sujeitos: Uma análise a partir dos Fundamentos Filosóficos de	Elizane Pegoraro Bertinetti Pelotas, RS	2014	BERTINETI, Elizane Pegoraro. <b>Gestão escolar democrática e participação dos sujeitos: uma análise a partir dos fundamentos filosóficos de John Dewey.</b> 2014. Dissertação (Mestre em educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul,	John Dewey; gestão escolar; democracia	Com esta dissertação, pretendeu-se apontar as contribuições dos Fundamentos Filosóficos sobre Democracia do autor John Dewey para a efetivação da Gestão Escolar Democrática. Objetivou-se, com esta problemática, discutir o que é democracia, qual a importância das experiências dos indivíduos na construção de uma educação democrática. Buscamos compreender o que é Gestão Escolar Democrática, desvendar seu histórico no Brasil e a relevância de sua implantação/operacionalização nas instituições de ensino. Neste processo, foram analisadas práticas de Gestão a partir da participação em Conselhos de Classe Participativos em duas Escolas Municipais de Canguçu/RS, para que se possa contribuir com o aprimoramento das práticas educativas e de gestão, a partir do aprofundamento teórico realizado. A pesquisa é de cunho bibliográfico, com um estudo de caso, tanto no que tange às teorias sobre Democracia, como também sobre Gestão. Em Delineamentos da pesquisa ou Introdução, fizemos a exposição a respeito da escolha do tema e acerca das motivações para pesquisar processos de gestão escolar. Em seguida, demos tratamento ao que denominamos Dewey: vida e obra, a fim de apresentar o pensamento do autor, situando-o dentro da corrente denominada pragmatismo. Na sequência, com os itens Democracia e Sociedade e Educação e gestão escolar, apontamos os elos inseparáveis que há para a efetivação de uma educação democrática, apartada de modelos tidos como tão somente administrativos, apontando a diferença entre gestão e administração. Com os relatos e entrevistas dos sujeitos de duas escolas (Escola A e Escola B), procedemos a uma avaliação de como os processos de gestão avançam e recrudescem, na medida do entendimento dos sujeitos a respeito do que é participar. Nas três últimas partes da dissertação, são trazidas conclusões em direção a que: a) as referências aos dados obtidos desembocam na análise de que o Conselho de Classe participativo pode representar um ponto de partida para iniciativas de gestão democrática, b) a filosofia da educação de Dewey oferece suporte satisfatório e condizente para pensarmos sobre gestão escolar, principalmente no que denominamos pré-requisitos ou aspectos envolvidos na metodologia democrática, qual sejam: 1) a liberdade de exame, 2) tolerância de opiniões diversas, 3) a liberdade de comunicação e 4) a distribuição para cada indivíduo como consumidor intelectual último do que for descoberto.



1	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes	Ouvidoria universitária e avaliação institucional: uma análise da proposta do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e das orientações da Controladoria Geral da União	EDSON XAVIER DOS SANTOS  João Pessoa	2019	SANTOS, Edson Xavier dos. <b>Ouvidoria universitária e avaliação institucional:</b> uma análise da proposta do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e das orientações da Controladoria Geral da União. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Programa de PósGraduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <a href="https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16399">https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16399</a> . Acesso em: 8 jul. 2022.	Ouvidoria Universitária Avaliação Institucional Controle Social Transparência University Ombudsman Institucional Evaluation Social Control Transparency Ouvidoria universitária - Avaliação Transparência Administrativa	A presente pesquisa tem como objetivo analisar se a Ouvidoria da Universidade Federal da Paraíba tem atuado como instrumento que possibilite a participação e controle social da comunidade acadêmica na gestão universitária. Para tanto foi feito um levantamento sobre a evolução do Estado brasileiro e a reforma administrativa pelo qual passou, incluindo a transição do Estado burocrático para o Estado gerencial; chegando-se aos modelos de gestão democrática e participativa, em que se tenha a transparência como regra da conduta administrativa e haja a possibilidade do exercício do controle social sobre os atos do Estado por parte da coletividade, amparados pela Lei de acesso à Informação. Onde nesse contexto a ouvidoria pública, bem como a ouvidoria universitária atuem como interlocutoras entre o cidadão e a administração. Com relação à metodologia adotada a pesquisa foi classificada como qualitativa, embasada pelo método fenomenológico, usado para investigar a experiência vivida. A coleta de dados foi feita através da análise documental de manuais de instrução da Controladoria Geral da União (CGU) e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES); relatórios de gestão emitidos pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e pela Ouvidoria da UFPB; da legislação relacionada à temática; assim como pela aplicação de entrevistas semiestruturadas com docentes, servidores técnico-administrativos, discentes e com o ouvidor da UFPB. Para interpretar os resultados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Os resultados mostraram que a Ouvidoria da UFPB apresenta problemas relacionados à infraestrutura, falta de avaliação de suas atividades, bem como escassez de divulgação de sua existência e de sua atuação. Como sugestão de melhorias, no sentido de tornar a Ouvidoria da UFPB um instrumento de participação e controle social à disposição da comunidade acadêmica, a pesquisa propõe a implementação de um sistema eficaz de avaliação institucional por parte do usuário, ações mais contundentes de divulgação que envolvam também a Administração da Universidade, mudança da sala onde funciona a Ouvidoria e melhorias em seu sítio eletrônico.
---	--	--	--	------	--	--	--

						o Públic a Democ racia digital Gover no eletrôn ico Ouvid oria - UFPB	
2	"gestão democrática" AND Gestão participativa" AND discentes	A organização do trabalho pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar.	ALESSANDRA RIBEIRO DUARTE  Manaus, AM	2019	DUARTE, Alessandra Ribeiro. <b>A organização do trabalho pedagógico e seus desdobramentos frente ao processo de reprovação escolar.</b> Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e	Reprovação Escolar  (Re) Organização do Trabalho Pedagógico  Gestão Participativa  Trabalho como princípio	A reprovação escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) é um fenômeno complexo e contraditório, isso porque sua existência, permanência e manutenção no ambiente educacional se dá pela própria forma de Organização do sistema escolar brasileiro, pois ao mesmo tempo em que a combate, também a alimenta. Neste sentido, no intuito de se estudar a complexidade da reprovação pelo viés da Organização do trabalho pedagógico, este estudo teve por objetivo compreender o fenômeno da reprovação escolar, a partir de sua relação com a organização do trabalho pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Óbidos. Este estudo se insere na linha de pesquisa Gestão e Organização dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica e trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo. Durante o percurso metodológico empregou-se a estratégia de investigação conhecida como Pesquisa Participante, utilizou-se a técnica de rodadas pedagógicas e a Análise de Conteúdo para os dados coletados - entrevista. Participaram das rodadas pedagógicas representantes dos segmentos docentes (06), discentes (20) e pais/responsáveis (07). As rodadas pedagógicas oportunizaram discussões e reflexões sobre a Organização do trabalho pedagógico do IFPA-Campus Óbidos e sua correlação com a reprovação escolar. O estudo possibilitou o entendimento de que a Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e seus desdobramentos frente ao processo reprovador sempre assumiu um papel de reprodução social, ou seja, sempre esteve direcionado para manter e consolidar a hegemonia da reprovação, não somente no campo educacional, mas também mantê-la como elemento de seletividade no campo social, explicitando a eterna luta de classes. Neste sentido, a reprovação escolar não se estruturou apenas como uma reprovação no e do ambiente da escola, pelo contrário, vai muito além

				<p>Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <a href="http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/375">http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/375</a>. Acesso em: 8 jul. 2022.</p>	<p>Educativo</p> <p>Educação Profissional Técnica de Nível Médio</p>	<p>disso, ela se constitui como uma reprovação social. Frente a isto, o produto educacional desenvolvido buscou estruturar uma proposta de (Re) Organização do Trabalho Escolar que diminuísse os índices de reprovação discente nos cursos técnicos integrados de nível médio. A proposta está atrelada ao uso da Tecnologia da Informação e Comunicação e fundamentada nos princípios estruturantes da Organização do Trabalho Pedagógico, nos quais são: a) o trabalho como princípio educativo e; b) a Gestão democrática da escola. Espera-se que o produto educacional possibilite um processo participativo e formativo, fomente a gestão participativa no ambiente escolar, possibilite o diálogo interativo entre escola e família e permita o acompanhamento pedagógico versátil e dinâmico do aluno.</p>
--	--	--	--	--	--	---